

REVISTA

DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO DE SERGIPE



Nº 31

1992

Revista

do

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

de

SERGIPE

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual nº 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução nº 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, de Buenos Aires, em 1916, e reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 14.074, de 19 de fevereiro de 1920.

*Número especial comemorativo do
octogésimo aniversário
de fundação.*

**REVISTA
DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE**

Rua Itabaianinha, 41
49010.190 – Aracaju – Sergipe
Fundado em 6 de agosto de 1912

Presidente Honorário:

Exmo. Sr. Governador do Estado
Dr. João Alves Filho

DIRETORIA

PARA O BIÊNIO 1992 – 1994

Presidente:

Profa. Maria Thétis Nunes

Vice-Presidente:

Engenheiro Fernando de Figueiredo Porto

Secretário Geral:

Prof. Luiz Fernando Ribeiro Soutelo

1º Secretário:

Profa. Maria da Glória S. de Almeida

2º. Secretário:

Prof. Vilder Santos

1º. Tesoureiro:

Prof. Gérson Vilas Boas

2º. Tesoureiro:

Engenheiro Emmanuel Franco

Orador:

Jornalista Luiz Antônio Barreto

Coordenação da Revista:

Prof. Luiz Fernando R. Soutelo

PESSOAL ADMINISTRATIVO:

Jane Marie Pinho Marques
Ângela Nickaulis Corrêa Silva
Gustavo Paulo Bonfim

APRESENTAÇÃO

Em 8 de agosto de 1912 instalava-se, solenemente, o Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, numa modesta sala cedida pelo Clube Esperanto, congregando os nomes mais representativos da intelectualidade sergipana. Resultava, sobretudo, do idealismo e entusiasmo de um jovem estudante de Medicina, Florentino Teles de Menezes.

Era, então, Presidente do Estado o General José de Siqueira Menezes, que seria o Presidente Honorário da instituição surgida.

Nesta longa caminhada de oitenta anos, imensas foram as lutas empreendidas pelos que, altruisticamente, estiveram à frente do Instituto Histórico para que possa, hoje, apresentar o valioso patrimônio representado pelo edifício-sede, a Pinacoteca, o Museu, o Arquivo e a Biblioteca, onde se destaca importante seção de obras de autores sergipanos e sobre Sergipe.

Este ano, as comemorações do octogésimo aniversário decorrem festivamente, com a entrega ao público do seu Auditório totalmente restaurado, permitindo que seja continuada a tradição de ali se realizarem os mais importantes acontecimentos da vida cultural e política sergipana, desde sua inauguração, em 1938.

Só nos é possível viver este momento graças a compreensão do Governador do Estado, Dr. João Alves Filho, que se empenhou para restaurá-lo ante a situação lamentável existente e que exigia altos custos financeiros.

Outro desafio vencido pela atual Diretoria é a publicação deste número de sua Revista, que vem sendo publicada desde 1913. Devemos esta vitória ao Governo do Estado, através da Secretaria da Cultura, que o financiou.

Maria Thétis Nunes
PRESIDENTE

ARTIGOS E ESTUDOS

FONTES PARA A HISTÓRIA INDÍGENA E DO INDIGENISMO EM ARQUIVOS DE ARACAJU

Beatriz Góis Dantas

Mestra em Antropologia Social
Profa. Aposentada do DCS/UFS

"Objeto de renovado interesse, a história indígena permanece ainda pouco elaborada no Brasil, lançando um considerável desafio à historiografia, nessa década de comemorações."

John Monteiro, 1991.

INTRODUÇÃO

Dentre os muitos desafios que se colocam aos pesquisadores que se propõem a estudar a dinâmica das sociedades indígenas em relação com a sociedade regional/nacional e a maneira pela qual essa dinâmica foi integrada à memória histórica dos povos indígenas, o conhecimento sobre as fontes primárias disponíveis é, certamente, um dos primeiros a ser enfrentado. O presente trabalho inscreve-se nessa retomada de interesse pela documentação e apresenta resultados parciais relativos a Sergipe, de um projeto a nível nacional, ainda em andamento, intitulado: ***Guia de Fontes para a História Indígena do Indigenismo em Arquivos Brasileiros***¹. Elaborado por professores e pesquisadores de universidades de São Paulo (USP, UNICAMP e UNESP), objetivando identificar e descrever o conteúdo de conjuntos documentais referentes à temática do índio, o projeto vem sendo executado nos diferentes estados da Federação através de equipes locais. No caso de Sergipe, o trabalho foi realizado por uma equipe multidisciplinar, envolvendo pessoas com formação em Antropologia e História, além de técnicos do Arquivo Público Estadual².

Na primeira fase foram trabalhados apenas os arquivos das capitais. O que agora se apresenta é, pois, o resultado do

levantamento realizado em Aracaju, aqui divulgado graças à compreensão do coordenador geral do projeto, que permitiu a divulgação dos resultados de Sergipe antes mesmo de sua publicação a nível nacional.

Visando contextualizar o trabalho realizado, após uma ligeira referência aos estudos sobre o índio em Sergipe, apresentamos uma informação geral sobre a organização do campo arquivístico local, seguindo-se uma descrição dos conjuntos documentais indexados no Guia, uma avaliação geral sobre a documentação e, por fim, a indicação de algumas perspectivas temáticas para pesquisas, que a publicação desse instrumento de trabalho poderá ajudar a incrementar.

I. ÍNDIO: ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO

De modo geral, em Sergipe, até a década de setenta do século atual, é como subdivisão, ou item de um tema maior, que o índio é enfocado. Assim é que aparece muitas vezes como capítulo nos livros de História, tratado como objeto de conquista e catequese, repetindo alguns dos autores as formulações sobre o tema, dadas pelo historiador Felisbello Freire no fim do século passado (FREIRE, 1891), ou citando diretamente as fontes primárias mais conhecidas referentes aos eventos da conquista. Informações sobre índios e aldeamentos/missões aparecem em obras diversas de caráter histórico fornecendo pistas documentais que, ao lado de alguns artigos publicados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico e de referências encontradas em cronistas, viajantes e memorialistas, lançam alguma luz sobre o passado das populações indígenas de Sergipe.

Nos anos setenta, o índio passa a ser tema específico de pesquisa sistemática, que se volta sobretudo para os arquivos, na busca de documentos que ajudassem a esclarecer a trajetória dos índios, considerados extintos em Sergipe no século XIX. No início da década de setenta essa questão nos levou aos arquivos, junto com alunos do curso de História da Universidade Federal de Sergipe. A situação em que se encontrava o Arquivo Público Estadual, guardião do principal acervo histórico documental do Estado, não permitia a realização da pesquisa antes da organização da documentação que, amontoada, exigia arranjo e classificação, trabalho então iniciado pela Secretaria da Educação e Cultura, através do Departamento de Cultura e Patrimônio Histórico, sob a orientação do Arquivo Nacional (OLIVA, 1975; DANTAS, 1984; SANTOS, 1988). Instaura-se, então, um período de reativação e interesse pelos arquivos

sergipanos. Refletindo o papel dos arquivos organizados na produção de trabalhos baseados em fontes primárias, a partir de então, alguns estudos têm sido publicados sobre o índio em Sergipe³.

De fundamental importância na reorganização dos arquivos locais foi o papel da Universidade, através do Departamento de Filosofia e História, que desde os anos setenta desenvolve o Levantamento de Fontes Primárias da História de Sergipe (FONTES, 1972, 1976). A partir de então vários arquivos públicos e particulares foram trabalhados na capital e no interior do Estado e alguns resultados encontram-se já publicados, constituindo-se em importantes instrumentos de pesquisa (ALMEIDA, 1982; GONÇALVES, sd). Como desdobramento desse trabalho, na década de 80, pesquisadores do Departamento ampliam a área de investigação em arquivos nacionais e portugueses (FONTES, 1976 e NUNES, sd.)

Paralelamente à ação da Universidade e à organização do Arquivo Público Estadual, uma nova dinâmica vai se instaurando no campo arquivístico local através de cursos, levantamentos de fontes, reorganização de acervos, criação de novos arquivos e incremento das pesquisas históricas, facilitadas pelos levantamentos e instrumentos de pesquisa que vão sendo produzidos sobre o acervo das instituições arquivísticas (OLIVA, 1974; VASCONCELOS, 1976; APES, 1987; MONTEIRO, 1989; SILVA, 1990 e MEIRA, 1991).

Especificamente em relação ao índio, no começo da década de 70, foi iniciado um levantamento de documentos, sobretudo no Arquivo Público Estadual (DANTAS, 1984). Retomado de forma intermitente nos anos 80, sob influxo do Grupo de trabalho sobre História Indígena e do Indigenismo da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), o trabalho foi intensificado em 89/90 com a participação dos Departamentos de Ciências Sociais e História da UFS e do Arquivo Público Estadual, visando à elaboração de um inventário das fontes.

Desse modo, a realização do Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros confluiu, em Sergipe, com uma tradição de levantamentos documentais que remonta a mais de vinte anos, permitindo que se desenvolvesse de forma articulada com trabalhos locais, desse trabalho, na década de 80. Os resultados aqui apresentados incluem, pois, a experiência de muitos anos de trabalho com documentação manuscrita e se beneficiou dos levantamentos prévios já realizados.

II. ARQUIVOS E CONJUNTOS DOCUMENTAIS CADASTRADOS

Seguindo a metodologia sugerida pela coordenação nacional, na definição e delimitação dos conjuntos documentais respeitamos a sistemática das instituições pesquisadas. Considerando que na quase totalidade dos arquivos visitados não há conjuntos documentais identificados como referentes a índio, e tendo em vista que os instrumentos de pesquisas disponíveis são muito genéricos (exceção feita a alguns inventários analíticos que cobrem um percentual insignificante dos acervos consultados), o levantamento foi realizado procedendo-se à consulta direta à documentação, sendo executado no último trimestre de 1990.

Na cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, foram cadastrados 6 (seis) arquivos contendo documentos de interesse para a História do índio e do indigenismo, nos quais foram identificados 17 (dezesete) conjuntos documentais, abaixo discriminados:

Arquivo Público Estadual de Sergipe: 8 (oito) conjuntos documentais; Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe: 3 (três) conjuntos documentais; Biblioteca Pública Epifânio Dória: 2 (dois) conjuntos documentais; Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe: 2 (dois) conjuntos documentais; Arquivo do Programa de Documentação e Pesquisa Histórica do Departamento de História e Arquivo do Departamento de Ciências Sociais, ambos integrantes da Universidade Federal de Sergipe, cada um deles com 1 (um) conjunto documental cadastrado. Embora a sede do Campus Universitário, onde se situam esses dois últimos arquivos, seja geograficamente localizada no município de São Cristóvão, os arquivos da UFS foram incluídos, pois sua vinculação histórica e institucional é com Aracaju, sede da capital.

Os conjuntos documentais cadastrados referentes à temática histórica do índio e do indigenismo, compreendem manuscritos originais, cópias (microfilmes e eletrostáticas), transcrições (no caso de documentos destruídos ou de originais não localizados), impressos oficiais (leis, decretos, relatórios, etc.), jornais, boletins, fitas magnéticas, fotografias, slides e vídeos.

1. ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE SERGIPE (APES)

A instituição que se originou na Seção de Arquivo da Biblioteca Pública Provincial, criada em 1848, encontra-se hoje vinculada à

Fundação Estadual de Cultura e abriga a maior massa de documentos organizados sobre Sergipe. O acervo é constituído de documentos manuscritos, impressos e cartográficos, provenientes da administração pública e de particulares, com datas limites de 1692 a 1982, sendo na sua quase totalidade dos séculos XIX e XX. Os documentos medem 980m textuais, arranjados e descritos, apresentam-se sob a forma de códices, documentos textuais (avulsos e encadernados), cartográficos e iconográficos. Existe ainda uma documentação de caráter intermediário, não avaliada, e uma hemeroteca composta de 44 títulos de jornais a partir de 1863 (MONTEIRO, 1989). No APES trabalhamos apenas com os manuscritos. Aí foram arrolados os seguintes conjuntos documentais, delimitados e denominados conforme os critérios adotados pelo próprio arquivo.

1.1. Fundo Governo

Reúne a documentação proveniente do poder executivo provincial e estadual. O estado da documentação é variável. Há livros muito danificados, às vezes até interditados à consulta, outros em bom estado de conservação. Compreende 4.338 unidades de arquivamento (livros e pacotes), organizadas em dez séries que se baseiam na estrutura do poder estadual. Nas três primeiras séries (G1, G2 e G3), que totalizam 3.141 unidades de arquivamento, encontram-se dispersos documentos sobre índios e política indigenista. Qualitativa e quantitativamente esse é o fundo mais rico em termos da temática em questão, abarcando uma variedade muito grande de assuntos e tipos de documentos.

Nos atos do governo e na correspondência do Presidente e Vice-Presidente da Província com o Governo Central, autoridades provinciais e presidentes de outras províncias (séries G1, G2 e G3) encontram-se informações sobre índios expressas em ordens e instruções diversas, relatórios, ofícios, representações, requerimentos, traslados de autos de sumários diversos, propostas de nomeação para diretores de aldeias, etc. Dispersa no Fundo Governo encontra-se a documentação da Diretoria dos Índios. O conjunto documental contém informações sobre missões e aldeamentos, política indigenista, terras e movimentos indígenas.

1.2. Fundo Segurança Pública.

Abrange documentação do Comando de Armas da Província, de delegacias, sub-delegacias, guardas nacionais e várias outras

instâncias policiais. Os documentos, em bom estado de conservação no geral, estão reunidos em 1.991 unidades de arquivamento que medem 85,26m lineares. O fundo é constituído de dez séries, três das quais interessam mais diretamente à temática do Guia (SP1, SP9 e SP10), respectivamente Gabinete do Secretário, Delegacias e Guarda Nacional. Notícias sobre índios são encontradas na correspondência do Comandante das Armas da Província com autoridades do poder central, dos Chefes de Polícia, Delegados e Subdelegados com autoridades locais. A documentação serve ao estudo de conflitos, terras, missões e aldeamentos, legislação e justiça.

1.3 Fundo Agricultura.

Reúne documentos relacionados com terras públicas, colonização e agricultura, abrigando uma série específica intitulada índios, classificada como A7. É o único conjunto documental do APES onde há um agrupamento específico de documentos sobre a temática "índio". Trata-se de pacotilha pequena, contendo aproximadamente duas dezenas de documentos, que não se referem apenas às questões de terras, como pode sugerir o fundo em que se encontram, mas tratam também de outros assuntos relacionados com índios. No conjunto documental há muitas informações sobre terras indígenas, interessando também ao estudo dos aldeamentos e movimentos sociais.

1.4 Coleção Clero

A coleção reúne documentação proveniente de diversas freguesias em sua relação com o governo. Mede 3,00m textuais e é constituída de 28 unidades de arquivamento (pacotes), algumas das quais interditadas à consulta pelo estado precário da documentação. No geral, os documentos encontram-se em estado regular de conservação.

Na sua função de "funcionários eclesiásticos", os agentes religiosos (padres, curas, vigários, capelães, diretores de aldeias e missionários), na sua correspondência com autoridades provinciais fornecem informações gerais sobre os aldeamentos. A coleção contém importantes informações para a demografia histórica, sobretudo mapas de população, com importantes dados qualitativos e quantitativos, já explorados, em parte, pelo antropólogo Luís Mott em alguns dos seus trabalhos sobre Sergipe (MOTT, 1986). Serve também ao estudo de missões e aldeamentos.

Através do *Projeto Inventário de Documentos sobre o Índio em Sergipe* (UFS/APES) foram relacionados os documentos dessa coleção que interessam à temática “índio” e microfilmados pelo Centro de Microfilmagem da UFS (CEMIC).

1.5. Coleção Câmaras Municipais

Formada pela documentação proveniente das Câmaras, essa coleção, constituída de 206 unidades de arquivamento, medindo 16,56m textuais, revelou-se rica na documentação sobre a temática do Guia. O conjunto é integrado por sete séries documentais das quais três (CM1, CM2 e CM3), constituídas de 170 pacotilhas, interessam mais diretamente ao estudo do índio. Na coleção há intrusão de vários documentos assinados pelos Juizes de Paz, também de interesse para o Guia. Sediadas nas proximidades dos aldeamentos e sujeitas ao embate dos interesses locais, as câmaras produziram documentos onde há muitas informações sobre terras e, em menor escala, sobre assuntos referentes a legislação e justiça.

O estado de conservação desse acervo impõe algumas restrições à consulta, particularmente de algumas unidades de arquivamento, sendo urgente a microfilmagem dessa coleção.

1.6. Coleção Assembléia Legislativa

Os documentos gerados pela Assembléia Legislativa, no período imperial e republicano, encontram-se dispersos em diferentes locais. No próprio APES a coleção assim intitulada abriga pequena parte da documentação da Assembléia, esta também encontrada nas coleções *Sebrão Sobrinho* e *Epifânio Dória*. A coleção denominada *Assembléia Legislativa* é constituída de 37 unidades de arquivamento, medindo 153m lineares e contém documentos em bom estado de conservação. Nos pareceres da Comissão de Justiça, Civilização e Catequese há disposições sobre administração dos aldeamentos e instruções sobre terras indígenas nas décadas de quarenta e cinquenta do século passado.

1.7. Coleções “Epifânio Dória” e “Sebrão Sobrinho”

Doadas ao APES na década de setenta como resultado da reorganização da instituição e do reconhecimento do trabalho que aí se desenvolvia, essas coleções apresentam algumas características comuns. Ambas abrigam, juntamente com a coleção pessoal de seus titulares, muitos documentos produzidos em diversos órgãos

públicos ligados ao executivo, ao legislativo e ao judiciário, em igrejas ou cartórios. É, pois, muito heterogêneo o conteúdo dessas coleções. Em ambas há documentos de interesse para o Guia.

Na coleção “Sebrão Sobrinho”, que mede 8,20m lineares, encontram-se registros de terras indígenas (Livros de Registro de Terras de 1854/56). Informes sobre situação de aldeamentos são encontrados na correspondência de autoridades diversas, em relatórios de Presidentes de Província e documentos da assembléia.

Na coleção Epifânio Dória, com 3,60m lineares, nas séries relacionadas com Câmaras, Assembléias e Conselho de Governo, há projetos de leis envolvendo populações indígenas aldeadas, tais como criação de freguesias em locais de aldeamentos, referências a comissões de Catequese e Civilização dos índios. Além de notícias contidas na documentação oficial, há apontamentos históricos sobre aldeamentos em conflitos com neo-brasileiros, escritos com base na tradição oral e memorialística.

2. ARQUIVO JUDICIÁRIO

Implantado em 1984, abriga documentação dos cartórios mais antigos e do Tribunal de Justiça. O estado da documentação dos fundos pesquisados, às vezes carcomida e nem sempre higienizada, dificultou a consulta tornando-a bastante morosa. Como o arquivo prescinde de certos serviços básicos (higienização, restauração) muitos processos tiveram que ser submetidos a uma limpeza prévia antes de serem manuseados. Não se dispondo de tempo para um trabalho mais aprofundado, fizemos uma pesquisa exploratória em alguns fundos, onde se constatou a existência de documentos sobre a temática do Guia. Privilegiamos a consulta aos fundos de cartórios de São Cristóvão e de Estância, pela antigüidade das comarcas aí sediadas e em cuja circunscrição localizavam-se aldeamentos indígenas.

2.1 Fundo do Cartório do 1º Ofício de São Cristóvão

Aí foram localizados importantes documentos referentes a escrituras de terras indígenas e sumários de culpa onde figuram índios, sendo pois de interesse ao estudo dos temas: terras, aldeamentos e justiça. O fundo é constituído de 21,51m lineares de documentos.

2.2 Fundo do Cartório do 2º Ofício de Estância

Mede 50,66m lineares. Na série penal há incidência de documentos sobre índios, sob a forma de autos de devassa, sumários de culpa, interrogatórios, livramento e crime, interessando sobretudo às questões referentes à justiça.

2.3 Fundo do Tribunal de Justiça

Acha-se em fase de organização. Foi encontrada uma planta de terras de aldeamento sugerindo a existência de processos relacionados com essa questão, do qual a planta parece ser uma peça solta.

Difícil avaliar a potencialidade desse arquivo para a temática do Guia. Devido às peculiaridades do próprio arquivo e ao caráter exploratório da pesquisa aí realizada, o que se pode afirmar é que há importantes documentos sobre índios nos fundos cadastrados (03) e, possivelmente, em muitos outros cuja consulta demandaria maior disponibilidade de tempo.

3. BIBLIOTECA PÚBLICA EPIFÂNIO DÓRIA

A Biblioteca Pública é uma instituição que data da primeira metade do século passado. Durante muito tempo tinha uma seção de manuscritos que até a primeira década deste século abrigava, entre outros, importantes documentos da Assembléia Provincial (DÓRIA, 1914). Não conseguimos localizar essa documentação no atual acervo da Biblioteca, onde identificamos dois conjuntos documentais de interesse para o Guia.

3.1 Documentação Sergipana

Com essa denominação existe na Biblioteca uma seção que abriga, além da produção de autores sergipanos e estudos sobre Sergipe, um grande número de relatórios, falas, leis, decretos e outros documentos produzidos pelo Governo, sob a forma de impressos, contendo informações sobre índios, que servem ao estudo dos temas: terras, política indigenista, legislação e aldeamentos.

3.2 Hemeroteca

Foi o segundo conjunto documental cadastrado na Biblioteca, por abrigar o maior acervo de jornais existente em Sergipe, sobretudo

periódicos antigos editados na Província e mais tarde no Estado. Encontram-se fichados 426 títulos referentes ao período 1833-1954. O acervo inclui também jornais atuais ainda não classificados. Além de matérias opinativas e noticiosas sobre a questão indígena, a publicação em jornais de atos e correspondência do Governo, particularmente no século XIX, torna os periódicos depositários de informações diversas sobre aldeamentos, terras, legislação e política indigenista.

O acesso aos jornais, no momento, é dificultado pela desorganização da instituição. Tratando-se de documentos impressos, partes dos conjuntos arrolados na Biblioteca são encontrados também em outros arquivos, como Arquivo Público Estadual e Instituto Histórico e Geográfico (AJU), ou Biblioteca e Arquivo Nacional (RJ). Acentue-se, porém, a riqueza das coleções reunidas na Biblioteca Pública Epifânio Dória.

4. INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE (IHGS)

Fundado em 1912, o IHGS abriga, além de livros e jornais, um significativo acervo de manuscritos provenientes de arquivos particulares e alguns órgãos públicos, como Câmaras, Assembléia Provincial, Cartórios, etc., foram cadastrados na instituição dois conjuntos documentais de interesse para o Guia.

4.1 Coleção documentos manuscritos (IHGS)

Na sala de documentos, denominação dada pelos encarregados do acervo da instituição, encontram-se, além de impressos sobre Sergipe, uma documentação manuscrita de procedência variada contendo informações sobre índios, no período 1836-1858. Livros de registro de atas e correspondência da Assembléia Provincial contêm informações sobre política indigenista, movimentos sociais, aldeamentos e terras.

4.2. Coleção Atas do Conselho de Governo

Consiste de transcrições de atas publicadas em vários números da Revista do Instituto Histórico e Geográfico, entre os anos de 1914 e 1958. As atas referentes ao período 1824-1832, cujos originais não foram localizados, registram medidas adotadas pelo governo na administração dos aldeamentos, contendo também informações sobre terras, aldeamentos e movimentos sociais.

5. ARQUIVO DO PROGRAMA DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA (PDPH/UFS)

Este programa, vinculado ao Departamento de Filosofia e História da UFS, reúne uma documentação variada da qual foi destacada como importante para o Guia uma coleção do acervo geral.

5.1 Coleção Manuscritos sobre Sergipe

É constituída de cópias (microfilmes e eletrostáticas) de documentos manuscritos sobre Sergipe, cujos originais encontram-se em instituições localizadas no Rio de Janeiro (Arquivo e Biblioteca Nacional), ou em Portugal (Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Biblioteca Nacional de Lisboa). Os documentos foram reunidos por pesquisadores do Departamento de História, em viagens de estudos realizadas nas décadas de setenta e oitenta.

Proveniente de arquivos diversos e abrangendo documentos da Colônia e do Império, a documentação é variada em seu conteúdo. Há petições ao Rei, patentes, nomeações, sentenças, correspondência entre autoridades diversas, descrições da Província no início do século XIX e apontamentos para a história local, incluindo várias notícias sobre índios. Destaque para o auto de devassa sobre a invasão da cadeia pública praticada por índios aldeados (1826) e para a sentença dada pela Relação da Bahia e aprovada pelo Rei, a favor de índios da Capitania de Sergipe (1732). No conjunto documental encontram-se informações sobre conflitos, legislação, aldeamentos e movimentos sociais.

6. ARQUIVO DA DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (DCS)

A característica básica da documentação sobre índios reunida no Departamento de Ciências Sociais da UFS é sua recenticidade, e nisso se diferencia dos demais arquivos até então pesquisados. Outro elemento de diferenciação é o tipo de documento que, além de textos, inclui fotos, slides, fitas áudio-magnéticas e vídeos, que retratam aspectos da atualidade indígena.

6.1 Coleção índios hoje: textos e imagens

Formada a partir de 1980, resulta de documentos recolhidos através de viagens de estudos realizadas por professores de

Antropologia da UFS à aldeia dos Xocó (SE) e da documentação da Comissão Pró-Índio de Sergipe, entidade civil fundada em 1981, cujo acervo documental encontra-se sob guarda do DCS da UFS.

A documentação da Comissão Pró-Índio compreende atas, relatórios, notas, correspondências, cópias de peças de processos diversos envolvendo índios, pareceres e estudos da FUNAI sobre Xocó, recortes de jornais, boletins e publicações diversas de entidades de apoio aos índios.

A documentação gerada pelo Departamento é constituída de uma etnografia visual (fotos, slides e filmes), registro da tradição oral (fitas audio-magnéticas), observações de campo, relatórios de pesquisa, textos e roteiros de exposições sobre temática do índio. A coleção interessa ao estudo do grupo Xocó na atualidade, da política indigenista e movimento indígena na década de oitenta.

III. AVALIAÇÃO GERAL SOBRE A DOCUMENTAÇÃO

A documentação sobre história indígena e do indigenismo existente em arquivos de Aracaju (SE) é muito dispersa: diferentes fundos e coleções de arquivos diversos. À exceção do Arquivo do DCS/UFS, que tem uma coleção específica sobre o tema, e do APES, onde no fundo agricultura há uma série intitulada "índios", no geral, a documentação sobre esta temática se encontra espalhada em vários conjuntos documentais, codificados sob denominações diversas.

Numa avaliação global da documentação consultada é possível delinear algumas das suas características gerais. Nos 17 conjuntos documentais cadastrados, a maior incidência de documentos recai sobre os temas "terras", "missões e aldeamentos" e "legislação e justiça". Em menor escala são tratados os temas: "política indigenista", "movimentos sociais", "demografia", "conflitos" e "mão-de-obra". Denominações étnicas pouco aparecem na documentação arquivística pesquisada. O termo "índio", grafado geralmente com inicial maiúscula, é a denominação genérica mais usual na documentação.

Quanto ao emissor, os documentos podem ser agrupados em duas categorias muito gerais: documentos emitidos por índios e documentos emitidos por não índios. Numericamente reduzidos, os documentos que tiveram origem nas diferentes aldeias são, na sua quase totalidade, requerimentos e representações dirigidas às autoridades (Presidente de Província, Conselho de Governo, Imperador) reivindicando providências para assegurar seus direitos, quase sempre relacionados com a terra. Os documentos emitidos

pelos não índios foram escritos por diferentes sujeitos sociais que se inserem, de diferentes modos, no jogo de interesses que permeiam os grupos sociais, que interagem no contexto da sociedade sergipana do século XIX. Revelam, em relação aos índios, posturas variadas que vão das visões românticas e paternalistas marcadas pela tolerância e até pela simpatia, às visões mais radicais em que os índios são apresentados como perigosos malfeitores que ameaçam a ordem da sociedade e devem ser, no limite, até eliminados. São falas de missionários, curadores e diretores de aldeia, delegados, juizes, fazendeiros, vereadores, presidente de província, deputados, ministros, etc.

A maior parte da documentação consultada foi produzida no âmbito de diversos órgãos do Estado ou a eles destinada, sendo escrita sobretudo por administradores e burocratas. Mesmo quando emitida por missionários, estes se inscrevem como diretores de aldeias ou catequistas pagos pelo Estado, enfim como “funcionários eclesiásticos”.

O Guia ampliou consideravelmente o *corpus* documental já conhecido sobre o índio em Sergipe, mas persiste a predominância absoluta de documentos datados do século XIX. Embora não se tenha feito ainda uma análise mais detida do conteúdo da documentação, percebe-se que ao lado de algumas dezenas de documentos mais longos e qualitativamente mais ricos, como as relações nominais, os históricos e descrições de aldeamentos, as medições e demarcações de terras, no geral, os documentos são curtos, contém informações de caráter administrativo, muitas vezes sumárias e repetidas. Referindo-se à documentação sobre índios, pesquisada em diferentes estados nordestinos, Luiz Mott aponta para o “laconismo de dados” da documentação sergipana quando comparada com a documentação encontrada em arquivos baianos (MOTT, 1984). Registre-se também a existência do mesmo documento (original, cópia) em diferentes conjuntos documentais, às vezes no mesmo arquivo.

Uma palavra final sobre o estado dos arquivos que prescindindo, no geral, de uma infra-estrutura adequada para a preservação dos acervos (serviços de restauração, higienização, microfilmagem ou mesmo pessoas qualificadas para a transcrição de manuscritos mais estragados) deixa preocupação quanto à conservação dos documentos e aponta para a urgente necessidade de ações mais decididas no tocante à preservação das fontes.

IV. PERSPECTIVAS TEMÁTICAS PARA PESQUISAS

A documentação levantada não permite aclarar os grandes vazios de informações sobre os índios em Sergipe nos séculos XVII e XVIII, mas indica amplas possibilidades de pesquisa em relação ao século XIX e, em menor escala, em relação ao século XX.

A questão das terras indígenas, um dos principais focos de tensão e conflito nos aldeamentos, é um dos temas — com certa visibilidade na documentação — que sugere pesquisas sob ângulos diversos, com possibilidade de trabalhos interdisciplinares.

A identificação e mapeamento das terras que pertenciam aos índios no século XIX, delimitação das dimensões e recursos que abrigavam, sua adequação às atividades econômicas dominantes ou subsidiárias existentes nas proximidades do aldeamento e a utilização atual dessas terras ajudarão a entender em que medida as pressões maiores ou menores sobre os aldeamentos estavam relacionadas com os recursos disponíveis pretendidos pelos regionais.

O processo de transformação das terras coletivas das aldeias em propriedades individuais poderá ser analisado através da aplicação de instrumentos legais (CUNHA, 1987) verificando-se os resultados de destinação de lotes a famílias indígenas, como resultado dos trabalhos das comissões de medição de terras que atuaram em Sergipe na segunda metade do século XIX.

As comissões de medição de terras, criadas em decorrência da legislação sobre terras devolutas nas décadas de 50 e 60 do século passado, constituem-se, em si, num tema a pesquisar. Fazendo a articulação entre o governo central, o provincial e os interesses locais, essas comissões tiveram em Sergipe uma atuação descontínua, marcada por ordens, contra-ordens e acusações, cujos resultados podem ser avaliados no que diz respeito às terras indígenas e também às terras caracterizadas como devolutas. As reações dos índios e a adoção de novas estratégias de sobrevivência em decorrência ao desapossamento das terras constituem o outro lado da mesma questão.

A frequência dos pedidos de recrutamento de índios aldeados para as tropas, marinha e trabalho braçal, sugerem que ainda no século XIX os aldeamentos tinham um peso significativo no suprimento de mão-de-obra, de soldados e marinheiros, peso que precisa ser devidamente avaliado. Uma outra dimensão do recrutamento é seu papel sobre a estrutura da população e como elemento neutralizador de forças disruptivas nos aldeamentos.

As representações sobre as populações indígenas aldeadas presentes na documentação do século XIX, sugerem a análise de como diferentes atores sociais trabalham as categorias “índio”, “caboclo”, “mestiço”, “misturados” associadas à raça e à cultura. Esses dados poderão ser trabalhados na perspectiva de identidade e etnicidade e sua emergência no século XIX, fazendo contraponto aos estudos que analisam o fenômeno no fim do século XX. Esses temas não esgotam as possibilidades de pesquisa sobre a história indígena e do indigenismo e muitos outros poderão surgir do contato mais estreito com a documentação analisada à luz de orientações teóricas diversas. Aqui foram enumerados os que se impuseram com mais força nas fontes consultadas e servem como estímulo à investigação científica.

ADENDO

Entregue para publicação em dezembro de 1992, alguns acréscimos merecem ser feitos a este texto visando a atualização de informações úteis aos pesquisadores:

1. O Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros que aqui aparece como projeto em andamento, foi concluído e publicado, tendo a seguinte referência: Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros (acervos das capitais). John Manuel Monteiro (organizador). São Paulo, NHII/USP/FAPESP, 1994. 496p.
2. Com o apoio do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo (NHII) da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e do Arquivo Público Estadual (APES) foram microfilmados documentos relacionados com a temática “índio” integrantes das coleções “Clero” e “Câmaras Municipais” e do Fundo Governo, do APES. Microfilmes encontram-se depositados na UFS, no APES e no NHII/USP. Através deste último, foram também publicados dois importantes instrumentos de pesquisa contendo resumo dessa documentação:
 - Repertório de Documentos Para a História Indígena — Arquivo Público Estadual de Sergipe: Coleções “Clero” e “Câmaras Municipais”. Beatriz Góis Dantas (organizadora). São Paulo, NHII/USP/

- FAPESP, 1993. 80p.
- Documentos Para a História Indígena no Nordeste — Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe. Maria Sylvia Porto Alegre, Marlene da Silva Mariz e Beatriz Góis Dantas (organizadoras). São Paulo, NHII/USP/FAPESP, 1994. 269p.
- 3. Através da Secretaria de Cultura do Estado de Sergipe foram editados em CD ROM importantes documentos para o estudo da história e da cultura indígena:
 - a. Xokó — CD ROM com gravação de músicas indígenas. SEC/Governo de Sergipe, 1996. (Também em fita cassete).
 - b. Jornais de Sergipe e Relatórios de Presidentes de Província. CD ROM contendo acervo microfilmado pela Biblioteca Nacional, referentes aos sec. XIX e XX. SEC/Governo de Sergipe, 1996.
- 4. A organização executada no acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dória por Jackson da Silva Lima, em 1995/1996, tornou os jornais e os livros, que estavam no depósito, novamente acessíveis aos pesquisadores.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Levantamento Parcial das Fontes Primárias do Arquivo Público do Estado de Sergipe*. 4 vol. *Programa de Documentação e Pesquisa Histórica*. Universidade Federal de Sergipe, 1982, datilo.
- APES. *O Processo de arranjo e descrição do Arquivo Público de Sergipe*. 1987, datilo.
- BEZERRA, Felte. *Etnias sergipanas: contribuição ao seu estudo*. Aracaju, Livraria Regina, 1950.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Os Direitos do Índio: ensaios e documentos*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- DANTAS, Beatriz Góis. "Índios e brancos em conflito pela posse da terra: Aldeia de Água Azeda, século XIX." *Anais do VIII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História*. 1976, p. 221-252.
- "Missão Indígena do Geru". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. 1983, nº 8 p. 115-123.
- "História de grupos indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe". *Comunicação ao VIII Encontro Nacional da ANPOCS, GT História Indígena e do Indigenismo*. Publicado *in Revista de Aracaju*, 1984,

- nº 8, p. 115-123. "A Tupimania na historiografia sergipana". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. 1987, nº 29 p. 39-47.
- DANTAS, Beatriz Góis e DALLARI, Dalmo de Abreu. *Terra dos índios Xocó*. São Paulo, Comissão Pró-Índio, 1980.
- DÓRIA, Epifânio. *Relatório da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe*. 1914.
- FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *Enforcados — O índio em Sergipe*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1981.
- FONTES, José Silvério Leite. "Levantamento das fontes primárias de Sergipe". *Cadernos da UFS*. 1972, s. n.
- "Um Projeto de História de Sergipe". *Momento*, Revista Cultural da Gazeta de Sergipe, 1976, Ano I, nº 22.
- FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe — 1575-1855*. Rio de Janeiro. 1891.
- GONÇALVES, Maria de Andrade. *Arquivo da Cúria Metropolitana. PDPH/UFS*, sd. datilo.
- MEIRA, Maria Lênia Silva. *Inventário Sumário: Ministério da Fazenda — Alfândegas, Coletorias e Delegacias*. Aracaju, 1991, datilo.
- MONTEIRO, Enilda Santos. *Guia do Arquivo Público Estadual de Sergipe*. Aracaju, 1989, datilo.
- MONTEIRO, John. "Índio chega sem História ao Século 21". *Folha de São Paulo*, 12.10.1991. (Especial).
- MORAIS, Giselda Santana. *Ibiradiô*. Aracaju, Editora Nacional, 1990.
- MOTT, Luiz. "Os índios do sul da Bahia: população, economia e sociedade — 1740 1854". Comunicação ao VIII Encontro Nacional da ANPOCS, GT História indígena e do Indigenismo. 1984, Publicado *in Cultura*, nº 1, p. 93-122. *Sergipe del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju, FUNDESC. 1986.
- NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro. UFS, 1989.
- Inventário dos documentos relativos ao Brasil, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, (Sergipe)*, Aracaju, PDH/UFS, sd.
- OLIVA, Terezinha Alves. *Levantamento de arquivos cartorários de Sergipe*. Aracaju, 1974, datilo.
- Sergipe em Tempo de Arquivo*. Arquivo e Administração, 1975, Ano I, nº 1, p. 22-23.
- SANTOS, Pedrinho. *O Arquivo Público e a pesquisa histórica em Sergipe*. Trabalho apresentado no 7º Congresso Brasileiro de Arquivologia. Brasília, 1988.
- SILVA, Eugênia Andrade Vieira. *Guia do Arquivo Judiciário do Estado de Sergipe*. Aracaju, 1990, datilo.

VASCONCELOS, Maristher Moura et alii. *Arrolamento de documentos sobre registro da propriedade territorial*. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. 1976.

NOTAS

- ¹ Coordenado pelo Dr. John Monteiro, do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP, o projeto é financiado pela FAPESP e, a nível local, contou com o apoio institucional do Arquivo Público Estadual e da Universidade Federal de Sergipe, através do DCS do DFH.
- ² Trabalharam no projeto, sob nossa coordenação em Sergipe, Verônica Pereira Ramos, Maria Lênia Silva Meira, Margarida M. de Carvalho, Maria da Conceição S. G. Mascarenhas, Maria Pureza Neta, Rosa Maria dos Santos, Stela Maria da Rocha e Cássio Murilo dos Santos. Agradecemos aos diretores e funcionários das instituições cadastradas, especialmente a Eugênia Andrade Vieira da Silva, diretora do Arquivo Judiciário, pelo seu entusiasmo com o levantamento, no qual terminou se envolvendo junto com os pesquisadores; e a Enilda Santos Monteiro, então diretora do Arquivo Público, pelo apoio dado ao trabalho.
- ³ Além dos trabalhos clássicos de Felisbello Freire (1891) e Félte Bezerra (1950), ver a produção local mais recente sobre a temática indígena: Ariosvaldo Figueiredo (1981), Beatriz Góis Dantas (1976, 1980, 1983, 1984, 1987), Luiz Mott (1986), Maria Thétis Nunes (1989) e, no campo da ficção, Giselda Santana Moraes (1990).

QUILOMBOS E QUILOMBOLAS EM TERRAS DE SERGIPE NO SÉCULO XIX

Lourival Santana Santos

Professor do Departamento de Filosofia e
História da Universidade Federal de
Sergipe.

Neste trabalho, proponho-me observar o desenvolvimento dos quilombos em Sergipe, considerando “Quilombo” a formação de escravos prevista na resposta do Rei de Portugal ao Conselho Ultramarino, de 2 de dezembro de 1740:

“toda habitação de negros fugidos que passem de cinco em partes despovoadas, ainda que não tenha rancho levantado nem se achem pilões neles”¹.

De acordo com Décio Freitas, o termo “quilombo” é o aportuguesamento de KILOMBU, que significa arraial ou acampamento. Na documentação dos séculos XVI e XVII, essas comunidades de negros fugidos recebiam a denominação de MOCAMBO. Seguindo as explicações do citado autor, o termo QUILOMBO foi dado por historiadores e não pelos negros aquilombados². Em Sergipe aparece na documentação do século XIX, ou porque foi mais constante ou porque a documentação preservada permite a sua constatação, surgindo em vários pontos da Província.

Desde o século XVII, temos notícias da existência de quilombos em Sergipe. Após a guerra contra os holandeses, os negros, sem a rígida fiscalização do período da guerra, “abandonam as fazendas e reúnem-se em mocambos”³. Em decorrência das comunicações recebidas referentes à existência de quilombolas na Província, o Governador Geral do Brasil, por ato de 22 de janeiro de 1662, ordenava que:

“todos os negros porventura aprisionados deviam ser trazidos para Salvador, salvo os que forem moradores na mesma capitania (Sergipe)”⁴.

Novo ato é baixado nesse mesmo ano, designando o capitão de campo Francisco Rodrigues para, “liquidar quilombos em Sergipe”⁵.

Sem resultados concretos, novo decreto é baixado, desta vez dando prioridade ao Capitão de Campo Fernandes Madeira para:

“destruir mocambos de negros fugidos que havia por aquelas bandas (Itabaiana)”⁶.

No final da década de 1670, o Capitão-Mor Fernão Carrilho destruiu mocambos na Província, antes de ser chamado para combater em Palmares⁷. Os Mocambos ou Quilombos desse período foram uma resultante da guerra contra os Holandeses, mas somente, a partir do século XIX esses redutos negros começaram a se destacar, ou porque foram mais constantes, ou porque a documentação preservada permite a constatação de sua existência, surgindo em vários pontos da Província como: Laranjeiras, Capela, Japarutuba, Rosário, Divina Pastora.

Em início do mês de abril de 1848, corriam boatos de que os escravos de vários engenhos se organizavam para uma revolta geral a eclodir em vários pontos da Província. Tendo conhecimento dessa revolta, o delegado de Socorro relata ao Chefe de Polícia:

“uma insurreição de escravos se prepara no dia dezessete do corrente a commetter diferentes pontos dessa Província, e conhecendo eu as tristes conseqüências que se poderão seguir (...) do governo exijo auxílio de cincoenta praças (...) e cartucharia que fosse possível a fim de que eu aqui possa fazer armar toda a guarda nacional.”⁸

Da mesma forma, o delegado de Capela comunicou que, nos últimos dias, tinham aparecido boatos na Vila, “anunciando insurreição de escravos, e acha a população aterrada por falta de forças para repelir.”⁹

De acordo com os comunicados dos delegados municipais, os locais de reunião eram os engenhos Poxim, São Francisco e São Pedro. Os cativos tinham como ponto de apoio o engenho Gameleira, do Capitão José Francisco de Menezes. Os revoltosos seguiriam o seguinte plano: invadiriam as vilas, e depois de matarem todos os brancos e atearem fogo às casas, passariam a atacar os engenhos. Depois seguiriam para a serra de Itabaiana onde preparariam a defesa.

Para a classe dominante, a rebelião era perigosa e devia ser combatida. A aliança com o Estado não se fez esperar. Assustado com as denúncias, o Presidente da Província deu ordens para que todos os delegados realizassem buscas e apreendessem os escravos que portassem armas de qualquer tipo.¹⁰

Em Itaporanga, o suplente de delegado Liberato Antônio da Costa Lôbo, acompanhado de mais da metade da força de linha sob

o comando do alferes José Joaquim Pereira Matos, dirigiu-se na madrugada do dia 13 de abril, para o engenho Roma. Após o cerco, deram as buscas necessárias sem, no entanto, lograrem êxito.¹¹ Essa revolta abortou no seu nascimento.

Com o exposto acima, o que podemos observar foi que os insurretos, nesse momento, já pretendiam se organizar em quilombos, na medida em que fugiam para a serra de Itabaiana para preparar a defesa. Como causa responsável pelo fracasso da revolta, podemos citar a distância entre os engenhos, impossibilitando uma melhor comunicação para congregar todos os revoltosos.

No dia 7 de janeiro de 1849, Manoel Cardoso foi assassinado por um grupo de quilombolas que o tinham no julgamento de espia. Foram presos, como suspeitos da morte, dois escravos: Benedito e Januário. Levados a Júri, mesmo sem provas concretas, os dois foram condenados a Galés perpétua, no dia 14 de maio de 1849.¹² Em 18 de setembro, o chefe de polícia expediu um mandato para captura de 8 escravos aquilombados nas matas do Engenho Canafístula, na região de Capela. Feita a diligência, foram presos quatro escravos; no entanto, quando a tropa voltava à vila de Capela, no caminho foram atacados pelos outros escravos que conseguiram resgatar os companheiros, malogrando a ação da justiça.¹³

Na Vila de Maruim, os escravos fugidos se reuniam nas matas entre os engenhos Unha de Gato, Pedras, Maria Teles e o sítio Oiteiros. Esse grupo atacava principalmente à noite, arrombando casas e roubando bois para sua subsistência. No engenho Baixa Verde, no termo de Pé do Banco (Siriri), escravos de um quilombo aí existente roubavam bois e cavalos, o que levou o chefe de polícia a recomendar ao Delegado da Vila de Divina Pastora que empregasse, “todo o seu zelo para que hum semelhante attentado não fique impunido (sic)”.¹⁴

No dia 18 de dezembro de 1863, quilombolas de Rosário, localizados nas matas das Urubas, próximo ao termo da Vila de Santo Amaro das Brotas, atacaram um escravo de nome Firmino. No dia seguinte tomaram uma carga de farinha de um feirante que vinha de Maruim. Também foi atacado o cidadão Francisco José da Costa, perdendo, no assalto, uma porção de fazendas. O Delegado de polícia de Santo Amaro das Brotas, frente aos fatos ocorridos, comunicava ao chefe de polícia que essa onda de assaltos tem amedrontado, “ao povo especialmente dos sítios”.¹⁵

Comunicava também o delegado que tinha feito recomendações aos inspetores de quartelão para combater os quilombolas; no entanto, eles não tinham armamentos suficientes, não sabiam a quantidade dos componentes do quilombo e onde

estava localizado. A solução encontrada seria fazer dispêndio “com espia e tendo a força pronta para atacá-los”.¹⁶

Em Sergipe, os quilombos eram predatórios. Os escravos faziam contínuos deslocamentos, atacando nas estradas e roubando produtos para garantia de sua subsistência. Os quilombos atraíam as forças policiais para o interior das matas, mas quando os policiais chegavam ao local, encontravam os ranchos abandonados. Poucas prisões se realizavam. Nas matas de vários engenhos se organizavam vários ranchos que, somados, formavam um quilombo, apesar de não haver articulação direta entre eles. Os quilombolas sempre informados pelos escravos dos engenhos, conseguiam burlar os esforços das autoridades.

Em 28 de setembro de 1871, a **Lei do Ventre Livre** dava liberdade a todos os filhos de escravos nascidos após esta data. A partir dessa lei, observa-se em Sergipe uma maior tendência dos escravos para fugirem e a se organizarem em quilombos. Interpretavam a lei como se fosse abolicionista, abrangente a todos os cativos. Sentindo que ela não atendia a suas aspirações, ou seja, a liberdade, as fugas dos engenhos tornam-se constantes em vários pontos da Província, o que levou o Presidente Luís Soares d'Azevedo Macedo a declarar:

“Alguns escravos mal aconselhados, e imbuídos da falsa idéia de que se acham de todos livres do cativeiro pela lei nº 2040 de setembro, e que não gozam de sua liberdade porque os seus senhores a isso se opõem, se têm refugiado nas matas, e reunidos em quilombos sahem de vez em quando de seus esconderijos e pelas estradas commettem roubos, espancam as vítimas de seus latrocínios, e já algumas mortes tem commettido. O susto e a desolação tem assaltado o povo, que vê em perigo a sua vida e a sua propriedade, e com instância se pede ao governo remédio para tão grande mal”.¹⁷

No final do ano de 1871, uma força de trinta praças, comandada pelo alferes Mathias José dos Santos, encontrou um quilombo nas terras dos engenhos Jardim e Coité, prendendo quatro escravos. Em Laranjeiras, os quilombolas se refugiavam nas matas dos engenhos Brejo e São Paulo. As pessoas das imediações, por conta própria, realizaram uma diligência conseguindo prender dois escravos. Em Rosário, sob o comando do Juiz Municipal, partiu uma força para desalojar negros fugidos, resultantes em um ferido e um morto por parte dos quilombolas.¹⁸

O Chefe de Polícia dá conta ao Presidente da Província:

"A comarca de Laranjeiras tem sido victimas de roubos, e violência de um bando de salteadores e escravos, tendo sido ultimamente victima de graves ferimentos e roubos feitos no engenho Cafuz o cidadão José Carvalho (...) o termo de Rosário é igualmente por outro bando de salteadores e escravos fugidos".¹⁹

No dia 2 de fevereiro de 1872, os habitantes da Patioba (na Vila de Japaratuba) tentaram prender dois quilombolas. Burlando o cerco, a nova fuga dos escravos fez o Jornal do Aracaju declarar na sua edição de 15 de fevereiro:

"continuam ousados os quilombolas a despeito das sérias providências que se tem tomado para extingui-los, convém redobrar os esforços nesse sentido".²⁰

No dia 21 do mesmo mês, uma expedição partiu para dar combate a um grupo que agia no termo da Vila de Rosário, sob o comando do Chefe de Polícia, acompanhado de oitenta praças da Guarda Nacional e coadjuvado pelo destacamento de diversas localidades. Estabeleceram o seguinte plano: uma parte da tropa daria batida nas matas dos engenhos ao lado de Rosário, onde se supunha estarem localizados os escravos fugidos, e o grosso da tropa ficaria na retaguarda da mata à espera dos escravos, pois os quilombolas ao serem atacados, ver-se-iam compelidos a fugir e ficariam então sob dois fogos. Com esse plano seguiu o tenente João Batista da Rocha para dar uma batida nos engenhos Capim Assu, Várzea Grande e Jurema. Perseguidos, os quilombolas deixaram grande quantidade de sêbo, corda e alimentos. Cercadas as senzalas do engenho Capim Assu foram presos quatro escravos.

Na mesma semana, sob o comando do Capitão João Esteves de Freitas, foram cercadas as senzalas dos engenhos Limeira, Piedade e Quindongá. No dia 16 nova diligência foi feita no engenho Floresta.²¹

No dia 21 de abril, foram presos, nas matas do engenho Capim Assu, três escravos que confessaram ser autores de ferimentos em um viajante no caminho da vila de Capela. Dois dias depois foram cercadas as matas do engenho Batinga, pelo Delegado de Divina Pastora auxiliado pela Guarda Nacional, sendo preso um escravo.²² Cerco idêntico se deu no engenho Floresta, sem resultados satisfatórios.

Ainda no mesmo mês, o Juiz Municipal da Vila de Divina Pastora realizou uma diligência contra alguns negros aquilombados, sendo presos dois escravos. Nova diligência em agosto no termo de Japaratuba. Sabedores, os escravos se refugiaram nas senzalas dos engenhos circunvizinhos.

Convencidos cada vez mais de sua situação de explorados pela classe dominante, os escravos formavam quistos. Não ficaram restritos somente à formação de quilombos: procuraram alcançar a própria senzala através de uma aliança, uma solidariedade com os que ali ficaram. Essa solidariedade perdurou a todo o período do desenvolvimento do quilombismo em Sergipe. Manifestou-se em caso de perigo, quando uns protegiam os outros, escondendo-os nas senzalas principalmente no inverno. Em tempos normais, realizavam intercâmbio comercial, trocando farinha e agasalhos pelos roubos praticados.

Lavradores também participavam deste intercâmbio comercial. O Chefe de Polícia, tendo notícias da existência de um quilombo no engenho Salôbro, escrevia ao Delegado de Rosário para investigar a comunicação que existia entre, *"os quilombolas com o lavrador do Capim Assu de nome Victor que mora no Oiteiros"*.²³

Os quilombolas ameaçavam a segurança individual e da propriedade. No dia 30 de janeiro de 1873, foi realizada uma diligência em Rosário, nos engenhos Piripiri Novo e Velho. A falta de praças suficientes não permitiu a captura de todos os quilombolas, sendo presos apenas três. As causas apontadas pelo fracasso da diligência eram os contatos entre os negros insurretos e os escravos das senzalas e a incapacidade das forças municipais, contando no máximo com 15 praças. Os comandantes de destacamentos pediam continuamente reforços ao Chefe de Polícia, Manoel Spnola Júnior, tentando justificar o fracasso das diligências. Acusavam também os senhores de engenho pois, *"deixam que os escravos se açoitem em suas terras como também não impediam o relacionamento com os do engenho"*.

De todos os quilombolas, o que deu mais trabalho às forças policiais foi o escravo João Mulungu. Nascido no engenho Piedade, termo de Itabaiana, era escravo de João Pinheiro, proprietário do engenho Mulungu, também em Itabaiana. Daí a origem do seu sobrenome "Mulungu".²⁴

Na primavera de 1873, o Tenente João Batista da Rocha partiu com cinco praças e mais seis do destacamento de Rosário para capturar João Mulungu. Procedeu-se o cerco nas matas do engenho São José onde se suspeitava a existência dos quilombolas. No caminho, encontrou um escravo que os guiou até o local onde os escravos estavam arranchados, encontrando 15 ranchos com 14 escravos. Apesar dos esforços empregados, foram capturados somente quatro, inclusive uma preta de mais ou menos 13 anos que se supunha viver em companhia de Mulungu. Foram apresados no rancho dois cavalos e algumas foices. João Mulungu conseguiu fugir.²⁵

Na África, a média de cada quilombo chegava a mil habitantes. No Brasil, Palmares congregou mais de vinte mil. Em Sergipe, os quilombos na sua maioria compunham-se de dez a quinze indivíduos.

Tendo notícias de que João Mulungu encontrava-se residindo nas margens do Rio Vaza Barris, junto ao engenho Itapema, em Itaporanga, João Batista da Rocha partiu no seu encalço. Mulungu não se encontrava no local.

No final do mês de setembro, o tenente comunicou ao Presidente da Província:

"tenho conhecimento de que se acha nas imediações de Rosário o escravo João Mulungu, um dos poucos quilombolas que restão ser capturados e que é respeitado e o chefe mais terrível deles mais oito ou dez escravos se acham na sua companhia".²⁶

Outra diligência foi realizada. Novo fracasso. Mais outra na Vila de Japarutuba, também resultando em mais um fracasso pelo auxílio que os quilombolas receberam dos escravos residentes nos engenhos. Avisados, deixaram o quilombo e refugiaram-se nas senzalas. Foram apreendidos inúmeros animais de montaria, o que mostra a mobilidade que os quilombolas possuíam, deslocando-se rapidamente frente à presença das tropas.

Presidente da Província, Antônio dos Passos Miranda comunicou à Assembléia Legislativa Provincial que ainda não se podia

"extinguir os quilombolas que de longa data são o terror de grande número de proprietários, cuja fortuna e vida sofrem de constantes ameaças pelos assaltos que de vez em quando dão os escravos em diferentes termos. Muitas diligências se tem feito e alguns resultados se há colhido, resta porém muito a fazer-se".²⁷

Dois anos mais tarde, o Presidente João Ferreira de Araújo Pinho destaca, na Assembléia Legislativa Provincial, que há longos anos são os quilombolas,

"O terror da população do interior. Formando quilombos diferentes percorrem os engenhos que querem, penetram algumas vezes disfarçados nas cidades, roubam e fazem quanta violência entendem".²⁸

Tendo conhecimento de que Mulungu atacava em Divina Pastora, o Juiz Municipal Manuel Cardoso Vieira de Mello ofereceu-se ao Chefe de Polícia, Vicente Cascaes Telles para dar-lhe combate, ao tempo em que pedia também uma expedição que fosse chefiada pelo tenente João Batista da Rocha, o maior caçador de quilombolas em Sergipe. Vamos transcrever essa captura:

“no dia 14 de janeiro o tenente João Batista da Rocha, comandando 10 praças se dirigiu para a Vila de Divina Pastora, se reunindo aí com o Juiz Municipal e o alferes Marcolino de Souza Franco acompanhado de mais oito praças. Na noite do dia 15, seguiram em direção às matas do engenho Maria Teles, termo de Maruim, não encontrando nenhuma pista. No dia seguinte acamparam às margens do riacho Manicoba. À noite, dirigiram-se para o sítio Limoeiro, no termo de Divina Pastora, para verificarem uma denúncia que foi dada sobre a presença de João Mulungu nas matas do sítio citado, nada foi encontrado. No dia 17, marcharam para as matas dos engenhos Capim Assu e Jurema. Junto à cancela do Capim Assu, foram agredidos por um grupo de escravos, armados de facas, facões e enxadas, que indignados pela perseguição a seus companheiros, tentaram repelir a diligência, sendo repelidos a ponta de baionetas. Do engenho Capim Assu, foram no dia 18 para as matas do povoado de N. Sra. do Carmo. No dia seguinte, regressaram para Divina Pastora e ao chegarem ao engenho Periperi, encontraram a força da cidade de Maruim batendo as matas do engenho. Nada conseguiram, seguindo para Divina Pastora. Chegando ao engenho Vassouras encontraram um escravo de nome Severino, do engenho Flôr da Roda, termo de Laranjeiras, que entregou uma carta comunicando que se encontrava nas senzalas do engenho João Mulungu. Às 10 horas da noite, encontraram o escravo Severino no engenho Velho Tanque que os guiou para o engenho Flôr da Roda. Não encontrando João Mulungu, dirigiram-se para dentro de um bananal. Mandaram um soldado disfarçado vestido apenas de camisa ceroula e chapéu para encontrar Severino. Confirmou o escravo que João Mulungu encontrava-se fora mas, que chegaria ao meio dia. As onze horas e meia do dia 20, Severino encontrando-se com a tropa, deu parte que João Mulungu se achava descansando com um seu companheiro no centro de um canavial. Partiu a tropa e chegando próximo ao canavial mandou o tenente João Batista da Rocha que seis soldados franqueassem pela esquerda, nove pela retaguarda e três praças atacassem pela frente. Vendo a tropa, João Mulungu tentou fugir sendo arrojado no chão com um golpe na cabeça”.²⁹

O movimento dos quilombolas não morreu com Mulungu. Crescia sempre e sempre, mais fugas se verificavam em vários pontos da Província. Consideramos como motivo maior para essas fugas os castigos corporais que sofriam os cativos e o desejo de liberdade. Para ilustrar a nossa tese, veremos abaixo o depoimento de três escravos.

Perguntado a João Mulungu a razão da sua fuga, respondeu:
*"porque sendo ainda de pouca idade seu senhor sobrecarregava de trabalhos superiores a suas forças e castigando-o às vezes sem razão e fazia com rigor (...) trazendo-lhe ao pé uma corrente e sujeitando-o a pesados serviços".*³⁰

O escravo Joaquim assim declarava:
*"além de rigorosos castigos que já tinha aplicado nelle prometteo dar-lhes novos, prende-to e mete-lo no tronco".*³¹

O cativo José explica a causa da sua fuga, ou seja:
*"tinha precisão de farinha por ser muito pequena a ração que recebia e tirara das roças do seu senhor, um cesto de mandioca e seu senhor o castigou e pôs ferro no seu pescoço e os castigos foram as causas da fuga".*³²

Atentados, principalmente contra senhores e feitores, registraram-se com frequência. No engenho Paty, em Itaporanga, trinta e seis escravos assassinaram o feitor. Fato idêntico se deu em Riachão, com o assassinato do feitor do engenho Grutão por três escravos. Em Capela, uma escrava assassinara sua senhora.

No dia 24 de janeiro de 1876, nova diligência em Maruim, resultando na captura de um escravo. O Chefe de Polícia, tendo conhecimento da prisão do quilombola, animava o delegado de Laranjeiras anunciando que era preciso, "batel-los até extingui-los".³³

No mesmo mês foi capturado, pelo agora Capitão João Batista da Rocha, o escravo Lauriano. Era chefe de um grupo e considerado como *"um dos mais ousados e dos que mais terror inspira nos proprietários"*.³⁴

Nos meados de 1880, o tenente Domingos Camelo recebeu um comunicado do Major Félix Zeferino, proprietário do engenho São Félix, que nas matas de sua propriedade se achavam vários quilombolas. Acompanhado de quatorze praças e alguns civis, o Tenente invadiu as matas do engenho. Os quilombolas evadiram-se do local, dirigindo-se para outras matas.³⁵

No dia 6 de janeiro de 1882, uma diligência foi efetuada nas matas do engenho Quindongá (Divina Pastora), sendo presos dois escravos; no entanto o chefe do grupo, o escravo Frutuoso, conseguiu fugir do cerco.

O Chefe de Polícia, referindo-se à fuga, assim se pronunciava:
*"(...) os quilombolas e o galé que se virão perseguidos fugirão, tornando-se por enquanto difícil captura-los".*³⁶

No dia 20 de janeiro de 1887, o Delegado de Polícia de Divina Pastora informava ao Chefe de Polícia, José Inácio Fernandes de Barros, que vinha recebendo queixas e reclamações de roubos, incêndios e depredações praticados por um quilombo de escravos estacionados nas matas entre os engenhos Salôbro e Limeira. Esse quilombo, além de roubos praticados nas duas mencionadas propriedades, estendia suas façanhas pelos engenhos mais próximos, furtando gado vacum, animais cavaleiros e criação miúda.³⁷

Da mesma forma, o delegado de Capela comunica que a uns oito quilômetros da Vila, em direção ao Rosário, existia,

*"cerca de dez quilombolas que trazem a população alarmada com os seus furtos continuados e ultimamente até com ameaças à segurança individual".*³⁸

Em Maruim, os escravos invadiram o engenho Matta, de propriedade de Joviniano Marcelino de Lemos e cometeram roubos, incendiando seu canavial.

Aí em Maruim a liderança, às vésperas da abolição, era a cargo de Izidoro, que durante muito tempo deu trabalho às forças policiais.

No dia 9 de fevereiro, o Delegado de Maruim, Capitão Miguel Pereira dos Anjos, foi informado de que na sua jurisdição se achava um grupo de quilombolas responsável pelo furto de cavalos e bois. No dia seguinte, à frente da força policial e grande número de paisanos, o Capitão Miguel dos Anjos fez uma diligência nas terras dos engenhos Pedras e Maria Teles. Realmente aí encontraram um quilombo com ranchos feitos, assim como cinco cavalos, dois bois e grande porção de carne do sol, muito milho, açúcar, várias armas de fogo, sendo presos três quilombolas.

No dia 11, nova diligência é realizada no engenho Canoa Nova, às margens do rio Siriri, onde estavam assentados alguns quilombolas que, através de espias, perceberam o movimento da tropa e fugiram, exceto o escravo Izidoro, líder do grupo, que, mesmo sem resistir, foi alvejado pelas costas, pelo Capitão Miguel dos Anjos, morrendo 15 dias depois.

Instalado o processo, foi acusado o Delegado Miguel dos Anjos pela morte de Izidoro, mas no entanto foi absolvido.

Podemos perceber alguns aspectos importantes na análise desse processo, ou seja, a mobilidade que possuíam os quilombolas, uma vez que cinco cavalos foram encontrados no quilombo, além dos utilizados para a fuga, assim que se deu o encontro com a força policial.

O segundo aspecto diz respeito aos materiais encontrados no quilombo como a grande porção de carne do sol, açúcar, etc., o que demonstra que esse grupo, além de roubar para sua subsistência, provavelmente também realizava alguma espécie de intercâmbio comercial.

Terceiro aspecto foi o resultado do processo, em que o assassino de Izidoro foi absolvido e com isso foram preservados os interesses da camada senhorial.³⁹

O Jornal "A Reforma", na sua edição de 22 de abril de 1888, comentou: *"assassinato bárbaro, cobarde e violento"*.⁴⁰

Izidoro não tinha cometido nenhum crime pelo qual pudesse ser preso e assassinado, era um escravo que, apoderado pela justa aspiração de ser livre, deixara a companhia de seu senhor e vagava sem fazer mal a ninguém.

À guisa de conclusão, podemos afirmar que as fugas e Quilombos surgiam como forma de reação à escravidão. Esse tipo de rebeldia aparece como elemento de contradição do sistema econômico implantado na colônia. Socialmente, isso conduzia à violência permanente, pois, como podemos ver, o grau de sofrimento do escravo chegava ao limite.

A rebeldia dos escravos era constante, na medida em que se procurava transformá-lo em coisa, assim a rebeldia surgia e assumia várias formas: fugas, assassinatos, roubos e muitas outras.

Em Sergipe, como nos demais pontos do Brasil, o escravo se rebelou, fugindo dos engenhos e fazendas, formando quilombos. Por isso, os quilombos em Sergipe foram constantes na sua História. Julgamos que a grande diferença entre os quilombos de outras regiões do País e de Sergipe está em não serem aqui os quilombos de grandes proporções, nem desenvolverem uma economia própria nos seus redutos. Satisfaziam-se apenas com roubos praticados em engenhos e em viajantes desavisados. Foi o que observamos através dos vários ofícios enviados ao Chefe de Polícia pelos Delegados Municipais.

Impossibilitados de se enquadrarem na sociedade vigente, os escravos contestavam a estrutura. Marginalizados dentro do sistema monocultor, maltratados e tratados como animais, para o escravo a fuga era uma alternativa, mesmo percebendo os riscos que corriam. A revolta do negro e sua contestação através dos quilombos também podem ser explicados pela recusa diante de uma condição estranha que não permitia sequer uma identificação com o espaço físico. O negro era arrancado da sua família, dos seus valores, para sustentar uma sociedade que não o via como ser humano.

Como percebemos, a resistência do negro através dos quilombos foi uma resistência de fora para dentro, no contexto da sociedade escravista. Os quilombolas evitavam confrontos diretos com as forças do governo, e sim atraíam as tropas para o recesso das matas e lá, em movimentos rápidos levavam-nas a um desgaste de energia constante e desesperador.

A partir da Lei do Ventre Livre (1871), percebemos uma tendência maior para a fuga e organização de quilombos. A criminalidade aumenta e um maior número de fugas se verifica. Os escravos, ao perceberem que esta lei abrangia apenas uma parcela dos cativos, tenderam mais a fugirem e organizar quilombos.

Finalizando, podemos afirmar que os quilombos marcaram a História da escravidão em Sergipe, desempenhando um papel importante para a crise do regime escravocrata; no entanto, em nenhum momento promoveram uma transformação social revolucionária, nem mesmo a nível de Brasil como um todo. Não conseguiram instituir um novo modo de produção, não traziam os escravos consigo à consciência de instituir um novo regime no dizer de Décio Freitas e Clóvis Moura, apenas o ideal de liberdade marcou seus movimentos, tendo como causa principal a repressão movida pelos senhores, no tocante aos castigos e maus tratos.

NOTAS:

- ¹ MOURA, Clóvis. Os Quilombos e a Rebelião Negra. São Paulo, Brasiliense, 1981, pág. 16.
- ² FREITAS, Décio. Op. cit., p. 30.
- ³ FREIRE, Felisbello. História de Sergipe. 25ª ed. Petrópolis, Vozes, 1977.
- ⁴ GOULART, José Alípio. Op. cit., p. 158.
- ⁵ Idem.
- ⁶ Ibidem.
- ⁷ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. O negro e a violência do branco: o negro em Sergipe. Rio de Janeiro, J. Álvaro Editor, 1977, p. 98.
- ⁸ APES, SP1, pacotilha 316.0.
- ⁹ Idem.
- ¹⁰ Ibidem.
- ¹¹ Ibidem.
- ¹² APES, SP1, pacotilha 563.
- ¹³ APES, SP1, pacotilha 598.
- ¹⁴ Idem.
- ¹⁵ APES, SP1, pacotilha 121.
- ¹⁶ Idem.
- ¹⁷ APES, Relatório do Presidente da Província à Assembléia Legislativa Provincial. Cx. 029, 4 de março de 1872.

- ¹⁸ Idem.
- ¹⁹ Ibidem.
- ²⁰ Jornal do Aracaju, 15 de fevereiro de 1872.
- ²¹ Jornal do Aracaju, 20 de março de 1872. Apud MOURA, Clóvis. *Rebelião de Senzalas*. São Paulo, Brasiliense, 3ª ed., 1981.
- ²² Idem 3 de abril de 1872.
- ²³ AJES, CMa, 1ª, Caixa 1, 1826/1886.
- ²⁴ Jornal do Sergipe, 19 de março de 1873. Apud MOURA, Clóvis. *Op. cit.*
- ²⁵ APES, SP1, pacotilha 564.
- ²⁶ Idem.
- ²⁷ APES. Relatório do Presidente Antonio dos Passos Miranda à Assembléia Provincial. Caixa 02, 2 de março de 1874.
- ²⁸ APES. Relatório do Presidente João Ferreira de Araújo Pinho à Assembléia Legislativa Provincial. Caixa 02, 12 de março de 1876.
- ²⁹ APES, CM3, 1876.
- ³⁰ APES, SP9, 1876.
- ³¹ Idem.
- ³² AJES, CLJ 1ª, 1870/1878.
- ³³ APES, SP1, pacotilha 575.
- ³⁴ Idem.
- ³⁵ APES, SP1, pacotilha 325.
- ³⁶ APES, SP1, pacotilha 519.
- ³⁷ APES, SP1, pacotilha 490.
- ³⁸ Idem.
- ³⁹ AJES. Furto, CMa 2ª, Caixa 02, 1888/1892.
- ⁴⁰ Jornal "A Reforma", 22 de abril de 1888, nº 67, ano 11.

TRÁFICO INTER E INTRA-PROVINCIAL DE ESCRAVOS NO NORDESTE AÇUCAREIRO: SERGIPE (1850-1887)

Josué Modesto dos Passos Subrinho

Prof. do Departamento de Economia da
UFS e doutorando no IE/UNICAMP

1. Introdução

Até a divulgação dos estudos de Slenes, o papel do tráfico interprovincial de escravos na redução da população escrava no Nordeste e Sul brasileiros e no reforço do escravismo no Sudeste, estava permeado de incertezas e afirmações genéricas sem bases estatísticas ou documentais seguras. Por exemplo, segundo Matoso:

*"Há fortes indícios de que, entre 1850 e 1888, o volume desse tráfico interiorano atinge a média de 5.550 escravos deslocados anualmente, o que daria um total de 209.000 no período. As regiões açucareiras teriam assim perdido de 100 mil a 200 mil escravos, cifra aceitável quando se tem conta que a crise econômica foi sentida mais fortemente no Nordeste."*¹

Além da imprecisão na estimativa, a afirmação de Matoso pode nos levar a concluir que praticamente todos os escravos que ingressaram no Sudeste, via tráfico interprovincial, no período 1850-1888, vieram das regiões açucareiras do Nordeste. Eisenberg, em seu valioso estudo sobre a agro-indústria açucareira pernambucana, também insinua que foram os senhores de engenho ou lavradores da cana-de-açúcar os fornecedores de escravos ao tráfico interprovincial.²

Uma consequência possível da superestimação do tráfico interprovincial de escravos é a conclusão de que ele teria sido a principal razão do declínio da população escrava no Nordeste. É esta a conclusão a que chegou Galloway: "As vendas de escravos para o Sudeste brasileiro foram a principal causa de perda [de população escrava] do Nordeste".³

Explícita ou subjacente, as afirmações quanto ao volume e as fontes do tráfico interprovincial de escravos, havia duas hipóteses: a decadência da agroindústria açucareira nordestina na segunda metade do século XIX e a fácil substituição da mão-de-obra escrava que se exportava, morria ou alforriava, por trabalhadores livres nativos. Evaldo Cabral de Melo abre seu estudo sobre a questão do tráfico interprovincial de escravos, retomando as teses de Conrad e Toplin acerca das divergências regionais no encaminhamento da “questão servil” e, em particular, do tráfico interprovincial, com a seguinte afirmação: “É sabido que a transição do trabalho escravo para o livre na grande lavoura do Império se processou em condições crescentemente dessemelhantes de oferta de mão-de-obra no norte e no sul. Enquanto a grande lavoura açucareira pode incorporar uma oferta relativamente abundante de braços livres, a lavoura cafeeira teve de recrutar o elemento servil subutilizado em outras províncias meridionais e nas províncias setentrionais, cujos produtos de exportação, o açúcar e o algodão, não encontravam no mercado a demanda remunerada de que gozava o café”.⁴

Em Sergipe, apenas dois estudos abordaram a questão do tráfico interprovincial de escravos e o seu papel no declínio da escravidão. Figueiredo, embora apresentando os dados de exportações de escravos referentes apenas aos exercícios de 1858-1859 a 1860-1861, conclui que: “A simples citação dos números desse comércio é confissão da sua importância da vida na Província. A estatística, organizada para sonegar a realidade, objetiva ocultar o contrabando permanente, generalizado, escandaloso”. Adiante o autor afirma a inevitabilidade do tráfico interprovincial de escravos, dado a deterioração econômica do Norte e Nordeste e a ascensão da economia cafeeira e aduz que: “No número das províncias condenadas encontra-se a maior de todas elas, Sergipe”.⁵

Santos, com base nos dados de redução da população escrava das diversas províncias brasileiras, apresentados por Conrad, e no estudo da legislação provincial sobre a exportação de escravos, bem como em alguns números de exportação de escravos, publicados nos relatórios de presidentes da Província, conclui que: “A força de trabalho escravo, fundamental para a agricultura, essencialmente a de exportação, foi defendida ferrenhamente pela oligarquia agrária de Sergipe”.⁶

Neste trabalho, utilizando dados primários acerca do tráfico inter e intraprovincial de escravos na Província de Sergipe, especialmente no período 1873-1886, testaremos as hipóteses de significativo papel do tráfico interprovincial na redução da população escrava nordestina e, portanto, na transição do trabalho escravo para o livre

nas "plantations" açucareiras, nas últimas décadas do regime escravista. Discutiremos inicialmente a reação das províncias nordestinas, e de Sergipe em especial, ao incremento do tráfico interprovincial de escravos que se seguiu à proibição do tráfico africano. Tentaremos mostrar que existiam interesses contraditórios acerca da liberalização ou não deste comércio. Entretanto, o resultado final foi a adoção de tributos sobre a exportação interprovincial de escravos que restringiram a saída de escravos das províncias do Nordeste açucareiro ao elevar, para os cafeicultores, o diferencial de preço dos escravos comprados pelos senhores de escravos nordestinos. Em seguida apresentaremos as estimativas disponíveis sobre o montante do saldo migratório de escravos para a Província de Sergipe nos últimos anos do regime escravista, bem como a nossa própria estimativa, com base em dados primários. Esses mesmos dados permitirão uma discussão sobre o saldo migratório de escravos nas diversas regiões da Província. Finalmente, poderemos apresentar nossas conclusões e apontar algumas implicações destas sobre a visão predominante de fácil transição do trabalho escravo para o livre no Nordeste açucareiro.

2. O Nordeste açucareiro e o tráfico interprovincial de escravos

A revitalização do tráfico interprovincial de escravos, em decorrência da proibição efetiva do tráfico internacional, a partir de 1850, provocou uma reação quase que imediata nas províncias nordestinas visando coibir a exportação para o Sudeste, onde, impulsionados pela economia cafeeira, os preços dos escravos eram mais elevados que no resto do país. Esta reação, entretanto, estava permeada de contradições. Premidos por circunstâncias econômicas adversas, alguns proprietários de escravos desejavam vendê-los ao maior preço possível e este só podia ser pago pelos comerciantes que revendiam escravos a outros comerciantes, fornecedores dos cafeicultores do Sudeste. Por outro lado, os senhores de engenho que estivessem em situação econômica estável ou próspera necessitavam de novos escravos para substituir os que morriam, envelheciam, ou eram alforriados. Para esses a livre exportação não apenas trazia concorrentes que elevavam os preços dos escravos como também comprometia o futuro da Província, uma vez que a base do trabalho organizado, isto é, o trabalho escravo, estava sendo corroída pela exportação. Esses interesses antagônicos estarão presentes em todas as discussões de como e porquê coibir ou liberalizar as exportações provinciais de escravos. O re-

sultado foi o estabelecimento, no nível da Província, de impostos que colocavam algumas barreiras às exportações.

A proibição total de exportações de escravos certamente seria uma decisão que transcendia o nível provincial. Mesmo se desconsiderarmos a presença dos interesses de parte dos proprietários de escravos em sua livre exportação, há que lembrar que o escravo era uma mercadoria, das mais líquidas e valiosas na segunda metade do século XIX. Portanto, colocar óbices intransponíveis à sua comercialização agredia fartamente os interesses de uma numerosa classe de proprietários de escravos e também de comerciantes e banqueiros, cujas operações estavam lastreadas na propriedade escrava. Portanto, decisões mais drásticas sobre a comercialização de escravos teriam como instância natural o Parlamento. Foi neste que João Maurício Wanderley, futuro barão de Cotegipe, deputado pela Bahia, em 1854, apresentou projeto proibindo o tráfico interprovincial de escravos, com a previsão da aplicação das mesmas penas prescritas pela lei Eusébio de Queiroz ao tráfico africano. Esse projeto recebeu o apoio das bancadas nordestinas, especialmente das províncias açucareiras, mas não foi aprovado devido ao desinteresse do ministério conservador e à oposição das bancadas das províncias cafeeiras. Novamente, em 1856, outro deputado baiano — José Augusto Chaves — tentou suprimir o tráfico interprovincial, agora com a “localização” do escravo, transformando-o em uma espécie de servo. Esse projeto também não conseguiu aprovação.⁷

A não aprovação pelo parlamento dos projetos de lei de Wanderley e Chaves, não significa que os senhores de engenho das províncias nordestinas não continuassem à procura de mecanismos eficazes e aceitáveis por parte do conjunto de proprietários de escravos que restringissem o tráfico interprovincial. Pelo menos no caso de Sergipe, há evidências dessa incessante busca de barreiras às exportações de escravos, que terminaram limitando as saídas de escravos da Província.

A primeira reação da Assembléia Provincial de Sergipe ao incremento do tráfico interprovincial de escravos foi, seguindo o exemplo de outras províncias, elevar drasticamente o imposto sobre a exportação de escravos. Em 1851, pagava-se 12\$800 réis sobre cada escravo saído da Província; em 1853, tal imposto foi elevado a 100\$000 réis. Em 1855, isto é, após a rejeição no Parlamento do projeto de proibição do tráfico interprovincial apresentado pelo futuro barão de Cotegipe, a Assembléia Provincial de Sergipe volta à carga com uma nova majoração do imposto sobre a exportação de escravos, agora estabelecido em 300\$000 réis sobre cada escravo ex-

portado, além de ter fixado em 10% a meia sisa sobre os escravos exportados.⁸

Tais impostos, por serem excessivos, parece não terem atingido seu principal objetivo, a imposição de barreiras significativas à exportação de escravos, estimulando antes o contrabando. É o que se depreende do relatório do Inspetor da Tesouraria Provincial, de 1857, analisando o imposto de exportação:

"Este imposto não ofereceu rendimento algum no exercício findo, como vereis no respectivo balanço; entretanto, escravos saíram clandestinamente da província sem pagar impostos, e a lavoura ressentia-se da falta de braços.

*Medidas de rigor partiram contra os especuladores e contrabandistas, houveram algumas apreensões; e, então, começou-se a despachá-los nas estações; e a cifra deste ramo de receita já aparece no balanço do primeiro semestre do corrente exercício na importância de 30:000\$000. Ainda estou convencido que a continuação de tão elevado imposto, longe de ser um bem é um mal para a Província. A saída dos escravos, que a lei teve em vista proibir, não cessa, continua, e o possuidor deles na Província, que por necessidade os vende, é quem vem a pagar o imposto, porque o especulador descontado logo no preço de compra. Espero que reconsidereis esta matéria e aliviareis vossos concidadãos de um ônus tão pesado."*⁹

Os argumentos do Inspetor da Tesouraria Provincial, acima expostos, serão repetidos em outras ocasiões, eventualmente sob novas roupagens, mas consistindo basicamente em: o imposto excessivo estimula o contrabando de escravos e prejudica os agricultores endividados, que são exatamente os que se desfazem de seus escravos, pelo desconto deste no preço pago pelos comerciantes. Finalmente, em 1858, o imposto foi reduzido para 100\$000 réis por escravo exportado. Aparentemente o argumento mais forte foi a impossibilidade de cobrá-lo, com a alíquota anterior, devido a facilidade de contrabando de escravos via províncias limítrofes, onde o imposto era menor. Tanto é assim que a elevação do imposto de exportação de escravos, pela província de Alagoas, para 150\$000 réis por escravo, levou o Inspetor da Tesouraria Provincial de Sergipe a solicitar da Assembléia Provincial uma idêntica elevação.¹⁰

Não obstante a adoção do elevado imposto de exportação de 300\$000 réis por escravo, a partir de 1855 registrou-se a exportação legal de escravos, após as medidas regressivas, segundo o Inspetor da Tesouraria Provincial. Nos exercícios de 1856-57 e 1857-58, quando estava em vigor o citado imposto, a exportação legal chegou

a 136 e 234 escravos, respectivamente. O paradoxal é que em 1856-57, o preço médio que se obtém dos dados oficiais da exportação de açúcar, foi dos mais altos atingidos na segunda metade do século XIX; em 1858-59 o preço médio sofreu uma queda significativa, recuperando-se nos períodos seguintes. Portanto, do ponto de vista da expectativa de lucros da agro-indústria açucareira, não havia razão para um incremento nas exportações sergipanas de escravos. Entretanto, um fator deve ter abalado a estrutura patrimonial de muitos proprietários de escravos — a epidemia de *cólera morbus* — que atingiu a Província a partir de outubro de 1855 e dizimou, somente na região sul de Sergipe, mais de 4.000 escravos. Certamente muitos tiveram que vender escravos remanescentes para saldar débitos contraídos anteriormente e, provavelmente parte dessas vendas fora feita sem o pagamento do imposto de exportação previsto em lei. Compreende-se que em uma situação em que muitos proprietários de escravos eram obrigados a vendê-los para comerciantes que os remeteriam para outras províncias, surgissem pressões pela redução do imposto de exportação de escravos.¹¹

A adoção a partir de 1858 do imposto de 100.000 réis por escravo exportado elevou consideravelmente a exportação legal, tendo atingido em 1860/61, a quantidade de 594 escravos. Em 1859 o total de impostos a ser pago pela exportação de cada escravo subiu com a criação de um novo imposto — o imposto de 30.000 réis sobre cada escravo vendido por procuração. Como possivelmente a maior parte dos escravos exportados saía da Província com procuração do proprietário para sua venda, na prática, o imposto total por escravo exportado passava a 130\$000 réis.¹²

Na década de 1860 assiste-se a uma redução das exportações sergipanas de escravos, devido, possivelmente, à normalização da situação econômica dos proprietários com a superação dos efeitos mais imediatos da crise provocada pela epidemia de *cólera morbus* e pelo arrefecimento na subida de preços de escravos nos mercados do Sudeste, em consequência da redução do preço do café no mercado internacional.¹³

A preocupação com a fixação do imposto sobre a exportação de escravos num nível que estimulasse a saída ilegal dos escravos, via províncias limítrofes, onde o referido imposto era menor, fez com que, quando da elevação do imposto de exportação de escravos a 150.000 réis, em 1864, se excetuasse os exportados através da Mesa de Rendas de Vila Nova, município limítrofe de Penedo (Alagoas), que continuariam a pagar o imposto de 100.000.¹⁴

Em 1867 houve um novo aumento no imposto total, por escla-

vo exportado, com a majoração do imposto sobre procurações para venda de escravos para fora ou dentro da província, para 40.000 réis. Esse movimento prosseguiu com a fixação, em 1870, do imposto sobre a exportação de escravos em 250.000, além do anteriormente citado imposto sobre procurações. Em 1872 recuou-se, fixando o imposto em 200.000 réis; em 1879, estabeleceu-se o imposto em 240.000 e excluiu-se o imposto sobre procurações.¹⁵

Na segunda metade da década de 1870 assiste-se a uma retomada das exportações de escravos e ao acirramento do debate sobre os benefícios para a Província e sua lavoura, do imposto de exportação de escravos. De um lado estão os que defendem a necessidade da manutenção em nível elevado desse imposto, como forma de proteger a lavoura local do definhamento; de outro, os que argumentam que quem vende seus escravos é porque necessita dos recursos para saldar compromissos ou mesmo realizar investimentos. Neste sentido começa-se a argumentar com a rentabilidade do trabalho livre vis-à-vis o trabalho escravo e que, portanto, restringir a exportação de escravos seria colocar entraves ao desenvolvimento da lavoura na Província.

A pressão dos proprietários endividados e comerciantes de escravos que precisam saldar seus débitos, pela redução do imposto de exportação se faz presente em todas as discussões sobre a exportação de escravos. Um requerimento apreciado na Assembleia Provincial de Sergipe, em 1875, descreve, provavelmente, os mecanismos de uma das formas mais comuns de exportação de escravos da Província. Mares Pinto & Cia., negociantes da praça da Bahia, possuíam um crédito superior a dois contos de réis com Antônio de Mello e Sá, residente na Vila da Capela. Não tendo condições de saldar este débito, Antônio de Mello e Sá fez uma venda à retro de sete escravos; para tanto, Mares Pinto & Cia. passaram procuração ao seu caixeiro na Província, e Antônio de Melo e Sá também passou procuração para outra pessoa, que efetuou o negócio em seu nome. Vencido o prazo convencionado da venda à retro, Mares Pinto & Cia. se apossaram dos escravos, venderam alguns na Província, libertaram outros (através de alforria com ônus?), e exportaram alguns para a Bahia. O que fica implícito nesse requerimento é que Antônio de Mello e Sá possuía uma situação econômica difícil, e que foi obrigado a oferecer como garantia do seu débito sete escravos, cujo valor, provavelmente, era muito superior à dívida contraída. No final do prazo para saldar sua dívida, Antônio de Mello e Sá não conseguiu fazê-lo, levando os comerciantes baianos, através de seu agente na Província, a se apossarem dos escravos e vendê-los, alguns na Província, o que comprova a existência de um

mercado local capaz de concorrer com os mercados nacionais, dada a proteção dos custos de transporte, intermediação e impostos de exportação (diretos e indiretos) e, finalmente, exportando outros.

Pessoas endividadas como Antônio de Mello e Sá inevitavelmente teriam que oferecer como garantia de seus débitos os bens mais valiosos e líquidos que possuísem, muito provavelmente seus escravos. Na eventualidade de não conseguirem saldar suas dívidas, estas seriam quitadas com a venda dos escravos oferecidos como garantia. O problema é saber se esses escravos seriam vendidos na Província ou nos mercados extra-provinciais. Os impostos sobre a exportação de escravos não impediam sua saída da Província, mas possibilitavam uma aproximação do poder de compra dos compradores locais de escravos ao dos compradores dos mercados extra-provinciais. Adicionalmente, as próprias províncias importadoras, temendo um desequilíbrio no consenso escravista em decorrência de uma concentração excessiva de escravos na região Sudeste, e tendo em mente a Guerra de Secessão nos EUA, estavam colocando barreiras à importação de escravos de outras províncias com a adoção de impostos.¹⁶

O objetivo de todos os que defendiam a proteção à lavoura local da concorrência dos importadores de escravos parece ter sido, portanto, a elevação do poder competitivo dos compradores locais de escravos vis-à-vis comerciantes envolvidos no tráfico inter-provincial. Não se cogitava da proibição das exportações de escravos, meta de difícil alcance devido aos interesses de parcelas dos proprietários de escravos, especialmente os que precisavam vender parte do seu plantel, além da oposição de comerciantes envolvidos no tráfico interprovincial. Por outro lado, em pelo menos um aspecto, a proibição total do tráfico inter-provincial atingiria todos os proprietários de escravos — o preço de mercado dos escravos cairia significativamente. A presença de compradores de outras províncias, especialmente do Sudeste, através de seus agentes, elevava as cotações dos escravos, aumentando portanto o valor do patrimônio de todos os proprietários de escravos.¹⁷

A venda dos escravos e a utilização dos recursos assim obtidos para a contratação de trabalhadores livres chegou a ser apresentada como uma panacéia capaz de multiplicar a produção agrícola, uma vez que, segundo se dizia, o preço médio de um escravo equivalia ao salário anual de seis homens livres. Neste sentido, portanto, o imposto sobre a exportação de escravos estaria representando uma peia ao progresso da lavoura da província, ao dificultar sua venda por melhores preços.¹⁸ Não obstante este tipo de argumentação ter obtido a simpatia até de Presidentes da Província, a

Assembléia Provincial não extinguiu, ou reduziu, antes pelo contrário, elevou, como já vimos, o imposto sobre a exportação de escravos. A nossa hipótese é que a Assembléia Provincial era sensível aos interesses da “grande lavoura” e que esta era indissociável do trabalho escravo até seus últimos momentos de existência. Mantendo o imposto direto sobre a exportação de escravos, e os indiretos — meia sisa e sobre procurações e subestabelecimentos para compra e venda de escravos — num nível não tão elevado que estimulasse o contrabando via províncias limítrofes, mas não tão baixo que facilitasse a exportação legal de escravos, a Assembléia Provincial restringia o poder competitivo dos comerciantes de escravos, agentes dos cafeicultores do Sudeste, preservando, ao menos parcialmente, para os grandes demandantes de escravos da Província — isto é, os senhores de engenho e lavradores de cana — o mercado local. Mesmo quando revogou o privilégio, exclusivo dos senhores de engenho e lavradores de cana de comprarem escravos sem o pagamento do imposto da meia sisa, foi sob o argumento de que tal privilégio estaria prejudicando os próprios interesses da “lavoura” ao facilitar a exportação de escravos, ou nas palavras do Presidente da Província:

*“Esta resolução ... só tem servido para difalcar (sic) fortemente a renda deste importante ramo da receita, e para mais alimentar a exportação dos escravos, porque os exportadores facilmente conseguem dos vendedores contratos de vendas de lavradores de canas, que em troca lhes dão procuração para efetuar as vendas fora da província”.*¹⁹

3. Estimativas do volume do tráfico interprovincial de escravos em Sergipe

Para o período pós 1873 a meados da década de 1880 pode-se estimar a exportação bruta de escravos, bem como o saldo migratório líquido, a partir de fontes e métodos alternativos: os registros policiais de entrada e saída de escravos nos portos do Império, os registros fiscais de arrecadação de impostos sobre a exportação e/ou importação de escravos, os boletins estatísticos de atualização dos dados da matrícula de escravos de 1873, e finalmente a estimativa do saldo migratório a partir do método de sobrevivência global inter-censitária, utilizando-se os dados das matrículas de escravos de 1873 e 1885 e Censo de 1872. Entretanto, nem sempre esses dados estão disponíveis, ou não foram objeto de estudo, de forma que a estimativa do movimento migratório dos escravos, das

diversas províncias do Império, nos anos finais do regime escravista, a partir dessas fontes alternativas que permitissem comparações e afirmações mais seguras sobre as correntes migratórias ainda está em seu início, no nosso país.

Para Sergipe estão disponíveis três estimativas do saldo migratório de escravos, nos últimos anos do regime escravista; uma de Conrad, para o período 1874-1884, avalia em 2.342 escravos a perda líquida da Província através do comércio interprovincial. Slenes, por sua vez, apresenta duas estimativas de exportação líquida de escravos de Sergipe: a primeira a partir do ajustamento dos dados publicados dos boletins estatísticos de atualização da matrícula de escravos, de 1873, estabelece uma exportação líquida de 4.105 escravos para o período 1873-1885; a segunda, derivada do método de sobrevivência global intercensitária, avalia em -298 a exportação líquida de escravos da Província, no período 1873-1887, ou seja, teria havido, segundo esta estimativa uma importação líquida de escravos, em Sergipe, no citado período.

Com base nos dados primários fornecidos pelos boletins estatísticos de atualização da matrícula de escravos de 1873, e que, no período 1873-1886 a população escrava sergipana teve uma redução de 10.192 pessoas. Deste total, 5.376 deveu-se às mortes, 3.926 às alforrias de escravos e 893 à exportação líquida de escravos. Portanto, o tráfico interprovincial de escravos teve um papel relativamente pequeno na redução da população escrava da Província, significando apenas 8,76% da diminuição total. Comparativamente às outras províncias do Nordeste açucareiro a redução da população escrava, em decorrência do tráfico interprovincial de escravos, foi pequena, representando 2,71% dos escravos matriculados em 1873.²⁰

A diferença entre as duas estimativas do volume do tráfico interprovincial de escravos na Província de Sergipe, feitas por Slenes, pode ser reduzida se observarmos a crítica que fizemos aos dados dos boletins de atualização da matrícula de escravos, de 1873. Da mesma forma submeteremos os dados utilizados por Conrad à crítica.

QUADRO I

SERGIPE População Escrava — Saldo Migratório ²¹		
Período	Saldo	Saldo Retificado
1874–1884	–2.432	–556
1873–1885	–4.105	–1.754
1873–1886	-	–893
1873–1887	298	683

A retificação dos dados dos boletins estatísticos de atualização da matrícula de escravos diminui sensivelmente o saldo migratório negativo, para o período 1874–1884 e 1873–1885. Esta retificação fez aproximar duas estimativas independentes, feitas por Slenes, do saldo migratório da população escrava sergipana nos períodos 1873–1885 e 1873–1887. Com isso podemos concluir que ou o saldo migratório da população escrava sergipana, nos últimos anos da escravidão, foi negativo, porém reduzido, ou ligeiramente positivo.

Slenes supõe que o método de sobrevivência global intercensitária forneça uma estimativa mais acurada da migração inter-regional de escravos que a colhida dos boletins de atualização dos dados da matrícula de 1873. Para compatibilizar os dados de migração bruta de escravos do Norte–Nordeste para o Centro–Sul, com os dados de migração líquida derivados do método de sobrevivência global, o autor utiliza uma amostra de escravos vendidos em Campinas para estimar a exportação bruta de escravos das diversas províncias para o Sudeste e constrói a hipótese do comércio intra-regional de escravos no Norte–Nordeste, baseada na diferença entre os preços médios dos escravos nas províncias dessas regiões. Segundo essa hipótese, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Alagoas e Sergipe seriam importadores líquidos de escravos no comércio intra-regional, com o que contrabalançariam as perdas decorrentes das exportações para o Centro–Sul. As províncias do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba seriam exportadoras líquidas de escravos, tanto para o Centro-Sul como para suas vizinhas do Norte-Nordeste.²²

Sergipe, com um índice de preços de escravos, durante a década de 1870 ligeiramente menor que suas províncias vizinhas — Alagoas e Bahia — e equivalente ao de Pernambuco, deveria, segundo o esquema de Slenes, importar escravos das províncias nordestinas exportadoras líquidas de escravos. Entretanto, os dados

do Censo de 1872 indicam que de um total de 2.198 escravos brasileiros nascidos em outras províncias e residentes, na data do Censo, em Sergipe, 53,09% eram baianos, 19,15% pernambucanos, 16,24% alagoanos, 4,55% paraibanos e 2,68% fluminenses. Ou seja, a maior parte dos escravos nacionais que não eram sergipanos, haviam nascido nas províncias vizinhas, especialmente na Bahia. A possibilidade de que após o Censo de 1872 tenha se intensificado a importação, em Sergipe, de escravos das províncias nordestinas exportadoras líquidas de escravos para a região Norte-Nordeste, necessita de confirmação, porém não deve ser descartada, em princípio. Por outro lado, observe-se que os preços médios provinciais podem não refletir as médias de preços vigentes nas diversas regiões das províncias, durante o período citado. Assim, é possível que os escravos nos agrestes-sertões de Pernambuco, Alagoas e Bahia atingissem preços médios inferiores ao da zona da mata sergipana, possibilitando assim sua importação. Também é possível que parte desses escravos, nascidos em outras províncias, tenham migrado para Sergipe acompanhando seus senhores e não através do tráfico inter-provincial. Essa hipótese é muito plausível particularmente para as décadas de 1840–1850, quando a economia açucareira da Província estava em expansão, com a ampliação do número de engenhos.²³

Podemos concluir, portanto, que no período 1873–1886, ou mais precisamente no período 1873–1881, que foi ao nível nacional o de maior intensificação do tráfico inter-provincial de escravos, Sergipe não sofreu fortemente os efeitos da “drenagem” de escravos promovida pelas importações desses, pela economia cafeeira. Os resultados a que chegamos, com a análise crítica dos boletins estatísticos de atualização dos dados da matrícula de escravos de 1873, bem como a revisão, com os dados que dispomos, da estimativa de migração líquida de escravos, a partir do método de sobrevivência global intercensitária, feita por Slenes, convergem no sentido de apontar uma pequena exportação líquida de escravos, ou uma igualmente pequena importação líquida de escravos. Em termos numéricos, tal variação vai de uma exportação líquida de 2,71% da população escrava matriculada em 1873, a uma importação líquida de 2,07% da população escrava matriculada. Portanto, não seria errôneo, para a Província como um todo, afirmar que o tráfico inter-provincial de escravos teve um efeito praticamente nulo sobre a população escrava. Esse resultado é compatível com a conclusão a que chegamos da ligeira expansão na produção de açúcar na Província, não obstante a queda dos preços médios do produto nos mercados internacionais e nacionais, nas duas últimas décadas do

regime escravista e da persistência de emprego relativamente elevado de força de trabalho escravo na agro-indústria açucareira sergipana até véspera da abolição.²⁴

4. O tráfico inter e intra-provincial de escravos nas regiões sergipanas

Temos, até aqui, tratado o tráfico de escravos a partir de dados agregados no nível da Província, porém, podemos desagregá-los por regiões da Província, ou por municípios. Assim fazendo, poderemos verificar a variação entre as diversas regiões da Província da importância do tráfico inter-provincial de escravos, matizando, por exemplo, a afirmação que fizemos acima, a pequena importância do tráfico na Província como um todo, na redução de sua população escrava.

Os dados fornecidos pelos boletins estatísticos de atualização da matrícula de escravos de 1873 não permitem discriminar o destino dos escravos que saíram dos municípios, bem como a procedência dos que entraram nos municípios. Portanto, é impossível se obter, diretamente desses boletins, o volume do tráfico intra-provincial de escravos. Podemos, entretanto, chegar ao saldo migratório, no nível dos municípios, e por agregação, das regiões da Província e com esses dados analisar a possível variação, entre as regiões da Província, da importância do tráfico inter e intra-provincial na redução da população escrava. Para controlarmos a precisão dos dados obtidos dos boletins estatísticos de atualização da matrícula de escravos de 1873, utilizaremos as estimativas derivadas do método de sobrevivência global intercensitária e a diferença entre as estimativas da população escrava, em 1886, nos respectivos municípios e regiões, e o montante da população matriculada em 1887.

QUADRO II

SERGIPE População Escrava – Saldo Migratório 1873–1886 ²⁵			
Regiões	Saldo “a”	Saldo “b”	$\frac{P_{1886} - P_{1887}}{P_{1887}}$
Cotingüiba	1.031	1.119	0,3829
Mata Sul	88	447	0,3489
Agreste: Sertão do S. Francisco	-259	-228	0,4658
Agreste: Sertão de Itabaiana	-1.388	-767	0,1976
Agreste-Sertão Sul	-365	112	0,2426
Total	-893	683	0,3500

A região da Cotingüiba, a mais importante zona produtora de açúcar da Província, foi durante o período importadora líquida de escravos. Tanto os dados obtidos dos boletins estatísticos de atualização da matrícula de 1873, como as estimativas a partir do método de sobrevivência global intercensitária, apontam uma importação líquida de pouco mais de 1.000 escravos, no período 1873–1886. A importação líquida de 1.031 escravos, no período citado, apontada pelos boletins de atualização da matrícula de 1873, significa 6,78% da população escrava da região, em 1873, ou 8,21% da população, matriculada em 1873, com até 40 anos de idade. Por municípios, no mesmo período, temos alguns dados mais expressivos — Maruim importou em termos líquidos o equivalente a 25,75% da sua população escrava matriculada em 1873, com até 40 anos de idade; Divina Pastora 44,44%; no período 1873–1882, Laranjeiras importou em termos líquidos o equivalente a 21,21% de sua população escrava, matriculada em 1873, com idade até 40 anos; e Japaratinga, no mesmo período, importou o equivalente a 21,16% de sua população escrava, nas mesmas condições. Se temos em vista que as províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo importaram, respectivamente, no período 1873–1887, o equivalente a 9,1%, 11,12%, 16,7%, e 23,1% de suas populações escravas, matriculadas em 1873, com idade até 40 anos, vemos como essa região da Província se aproximou, em termos de demanda por escravos, das províncias cafeeiras. Aliás, a Província como um todo foi a única, fora da região Sudeste, a apresentar importação líquida de escravos.²⁶

A região da Mata-Sul também foi importadora líquida de escravos, no período 1873–1886, segundo os dados obtidos dos boletins de atualização da matrícula de escravos de 1887 e segundo a estimativa obtida através do método de sobrevivência global intercensitária. A estimativa de importação líquida de escravos dessa região, no período 1873–1886, varia de 1,3% a 6,61% da população escrava matriculada em 1873, conforme utilizemos os dados dos boletins estatísticos ou o método de sobrevivência global intercensitária. Em princípio, poderíamos aceitar a estimativa mais conservadora de importação de escravos, uma vez que a mais otimista se aproxima muito do índice atingido pela região da Cotingüiba, que era um núcleo produtor de açúcar muito mais importante que a Mata-Sul. Por outro lado, o resultado obtido com o método de sobrevivência global intercensitária pode estar influenciado pelos dados discrepantes da população escrava matriculada no município de Itabaianinha, em 1887.²⁷

O Agreste-Sertão do São Francisco aparece com dados praticamente idênticos de exportação líquida de escravos, representando 7,94% da população escrava matriculada em 1873, ou 6,99% se utilizarmos, respectivamente os dados derivados dos boletins estatísticos de atualização da matrícula de escravos de 1873 ou derivados da estimativa feita a partir do método de sobrevivência global intercensitária. O município de Vila Nova, no período 1873–1882, exportou em termos líquidos, o equivalente a 15,84% de sua população escrava matriculada em 1873.

O Agreste-Sertão de Itabaiana foi a região mais caracteristicamente exportadora líquida de escravos da Província. Na década de 1860 esta região passara por um surto de crescimento econômico em decorrência da expansão do cultivo do algodão. Como se sabe, esse surto se arrefeceu com a volta à normalidade da produção algodoeira, nos EUA, após o final da Guerra de Secessão, e consequente redução dos preços internacionais e perda de mercados conquistados na ausência dos produtores norte-americanos. Entretanto, é também a região que apresenta maior divergência nos resultados da exportação líquida de escravos. Se utilizarmos os dados obtidos nos boletins de atualização da matrícula de escravos de 1873, concluiremos que foram exportados, em termos líquidos, no período 1873–1886, 1.388 escravos, se utilizarmos a estimativa derivada do método de sobrevivência global intercensitária, concluiremos que foi de 767 escravos a exportação líquida da região. Em termos relativos, tais números significam respectivamente, 33,99% e 18,79% da população escrava matriculada em 1873. Se levarmos em conta apenas a população escrava com idade até 39 anos, ma-

triculada em 1873, as exportações líquidas da região significariam 39,04% ou 21,58%, da população escrava, conforme da estimativa de exportação líquida que adotarmos. Tais índices de exportação líquida da população escrava são semelhantes aos atingidos pelas maiores províncias exportadoras de escravos, como o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e o município da Corte.²⁸

A grande discrepância nas estimativas de exportação líquida de escravos da região do Agreste-Sertão de Itabaiana, exige que façamos e expliquemos nossa opção por uma das duas. Em geral, dado o sub-registro e, por vezes, inconsistência de dados dos boletins estatísticos de atualização da matrícula de escravos de 1873, se prefere as estimativas derivadas do método de sobrevivência global intercensitária. Entretanto, como os boletins estatísticos do município de Itabaiana eram exemplarmente precisos, contendo, algumas informações além das solicitadas pelo questionário padrão; e tendo em vista que a exatidão desses boletins pode ser atestada pela pequena diferença que se observa entre a população escrava matriculada em 1887 e a estimada, em 1886 — apenas 12,44% — e como essa região era formada por 2 municípios, sendo que o de Itabaiana continha, em 1873, 81% dos escravos da região, podemos considerar a estimativa obtida dos boletins de atualização da matrícula de escravos mais acurada que a derivada do método de sobrevivência global intercensitária.²⁹

A região do Agreste-Sertão Sul apresenta resultados divergentes na estimativa da migração líquida de escravos. A baseada nos boletins de atualização da matrícula de escravos de 1873, apresenta uma exportação líquida de 365 escravos; a derivada do método de sobrevivência global intercensitária apresenta uma importação líquida de 112 escravos. Já mencionamos os problemas de inconsistência dos dados dos boletins de atualização da matrícula de escravos dos municípios dessa região, em especial os decorrentes da matrícula na agência fazendária de Lagarto, dos escravos deste município e dos de Riachão e Boquim e posterior remessa de cópias dos livros de matrículas para os citados municípios, sem que se tivesse o cuidado de discriminar com rigor os escravos da matrícula original que pertenciam a cada um dos municípios, de forma que se tornou impossível estimarmos com precisão o número de escravos alforriados, mortos e o saldo migratório dessa região. Entretanto, o resultado final, isto é, o número de escravos existentes na região, em 1886, apresenta uma diferença em relação ao número de escravos matriculados, em 1887, proporcionalmente menor que a média da Província, o que indica que os dados dos boletins, se não eram precisos, eram ao menos boas aproximações do movimento da população escrava da região.

A importação líquida de escravos, apontada pela estimativa derivada do método de sobrevivência global intercensitária, nos parece incompatível com a realidade econômica dessa região. Os baixos preços do açúcar vigentes nas décadas de 1870–1880, impediam a expansão e até dificultavam a manutenção da produção dos engenhos localizados nas regiões marginais; o algodão também passava por uma fase de baixos preços e, portanto, de rentabilidade deprimida. Nessa situação é muito mais provável que o Agreste-Sertão Sul tenha sido exportador líquido de escravos, como as demais regiões do Agreste-Sertão sergipano e, portanto, concluiríamos que a região exportou liquidamente 9,97% de seus escravos matriculados em 1873, índice superior ao do Agreste-Sertão do S. Francisco, mas bem abaixo do Agreste-Sertão de Itabaiana.

Resumindo, podemos afirmar que as duas regiões da Zona da Mata sergipana, Cotinguiba e Mata-Sul, foram importadoras líquidas de escravos, no período 1873–1886. No caso da Cotinguiba a importação líquida de escravos atingiu, em termos percentuais, 8,21% da população escrava matriculada em 1873, com idade até 40 anos. Para a Mata-Sul há uma discrepância entre os dados obtidos através de métodos alternativos de estimação, porém, coincide-se no resultado final de ter sido esta região importadora líquida de escravos. O percentual de importação líquida de escravos em relação a população escrava com até 40 anos, matriculada em 1873, obtido dos dados referentes à região da Cotinguiba aproxima-se da média das províncias do Sudeste, sendo mais expressivos os dados dos principais municípios açucareiros da região e da Província — Divina Pastora, Laranjeiras, Maruim e Japaratuba. Por outro lado, as três regiões do Agreste-Sertão sergipano foram, no citado período, exportadoras líquidas de escravos. Dentre elas, a mais claramente exportadora líquida de escravos foi a região do Agreste-Sertão de Itabaiana, que exportou liquidamente, segundo os dados derivados dos boletins de atualização da matrícula de escravos de 1873, 39,04% de sua população escrava com até 40 anos, registrada na referida matrícula, apresentando, portanto, índices de perdas líquidas de escravos semelhantes às províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Município da Corte. Essa desagregação dos dados demográficos da população escrava, nos últimos anos do regime escravista, pôr regiões das províncias, não tem sido comum nas análises que concluem pela importância do tráfico inter-provincial na redução da população escrava das províncias do Nordeste açucareiro. É possível que, como fizemos para Sergipe, a agregação por regiões das províncias reforce as teses de que foram as regiões não-açucareiras do Nordeste e, possivelmente, suas áreas

urbanas, as que mais perderam escravos no tráfico inter e intra-provincial, e que as regiões açucareiras foram importadoras líquidas de escravos. Se ficarem comprovadas tais teses para o Nordeste açucareiro como um todo, haveria a necessidade de se reestudar a tão decantada, mas efetivamente pouco explorada, fácil transição do trabalho escravo para o livre, no Nordeste.

5. Conclusões

No início desse artigo contestamos as afirmações de alguns autores que declaram que as províncias do Nordeste açucareiro foram as principais perdedoras de escravos no tráfico interprovincial, e que o tráfico foi a principal causa da redução da população escrava nessas províncias. O estudo da documentação sergipana sobre o tráfico de escravos, especialmente no período 1873–1886, nos levou a confirmar o reduzido impacto negativo, ao nível da Província como um todo, ou mesmo a possibilidade de ter havido uma pequena importação líquida de escravos. Esse resultado médio da Província, entretanto, esconde uma diferença interna muito grande que demonstramos: os mais importantes municípios produtores de açúcar foram também os que mais receberam escravos, apresentando índices de importação líquida semelhantes e mesmos superiores às médias das províncias cafeeiras. Por outro lado, os municípios do Agreste-Sertão foram os que apresentaram maiores saídas de escravos, chegando a apresentar índices de exportação líquida semelhantes aos das províncias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Explicitamente, ou mais comumente, de forma subjacente, nas mais importantes obras que trataram da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste açucareiro, há a hipótese de uma importante drenagem de escravos dos engenhos para a economia cafeeira, e de uma fácil substituição, semelhante ao fenômeno hidráulico dos vasos comunicantes desses escravos que saíam, morriam ou eram alforriados por trabalhadores livres. Demonstramos que não foi bem assim, pelo menos no caso de Sergipe: os senhores de engenho, nos principais centros produtores, não só não venderam, em termos líquidos, seus escravos para proprietários de outras regiões, como compraram escravos em outras regiões da Província e do país. Esta constatação, mais evidências de que o escravismo no Nordeste açucareiro ainda mostrava sinais de grande vitalidade nos últimos anos do regime, têm sérias consequências para a explicação da transição do trabalho escravo para o trabalho livre na citada região. Dentre os sinais de vitalidade do escravismo,

nos últimos anos do regime, constatamos em pesquisa que estamos realizando, cujos resultados, porém, não apresentamos neste artigo; elevada proporção da população escrava empregada na agricultura e seu incremento no período 1873–1887, aumento da participação relativa da população escrava rural na população escrava, baixa taxa de alforria da população escrava nas regiões da Zona da Mata sergipana e brusca elevação da mesma nos anos finais do regime escravista, aumento da proporção da população escrava em idade produtiva, elevada proporção de escravos empregados na agro-indústria açucareira. Podemos concluir, portanto, que o escravismo no Nordeste açucareiro, e em Sergipe, em particular, apresentava uma vitalidade em termos de rentabilidade e flexibilidade traduzidas na realocação da força de trabalho escrava, que o tornava crucial para o funcionamento da agro-indústria açucareira nordestina e, em especial, das plantas industriais dos engenhos de açúcar.³⁰

Se, ao contrário do que tem afirmado a maior parte da literatura especializada, o trabalho escravo ainda era importante para o funcionamento da economia açucareira nordestina, a abolição da escravidão representaria uma importante ruptura na ordem econômico-social da região. Na ausência de um movimento de imigração em massa de trabalhadores, a população local, inclusive ex-escravos, teria que ser transformada em trabalhadores livres, porém submetida à dominação do capital. Com isso abre-se uma série de indagações sobre os mecanismos utilizados pelos proprietários de terras, sua eficácia, limitações e reações da população livre e pobre da região.

NOTAS:

- 1 MATOSO, K. M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 2ª ed., 1988, págs. 63-64. Vide também COSTA, Emília Viotti da. *O escravo na grande Lavoura*, em HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira II. O Brasil Monárquico. Reações e Transações*. 4ª ed. São Paulo, DIFEL, 1982, p. 156. PINTO, Manoel de Aguiar. *Notas sobre o enigma baiano. Planejamento*. Vol. 5, nº 4, out/dez 1877, Salvador. Fundação de Pesquisas — CPE, p. 128-129. MELO, Evaldo C. de. *O Norte agrário e o Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Brasília: INL, 1984, p. 56. GORENDER, J. *O escravismo colonial*. São Paulo, Editora Ática, 1978, p. 325.

Na realidade, em termos relativos, entre 1873 e 1881, o Sul perdeu mais escravos, via tráfico interprovincial que o Nordeste; segundo Slenes, no período citado o Sul perdeu 18,2% da população escrava matriculada em

1873, com idade entre 1–39 anos, enquanto que o Nordeste perdeu 14,8%. As províncias nordestinas que apresentaram os mais elevados índices de perda de escravos — Ceará e Rio Grande do Norte — não faziam parte do Nordeste açucareiro. Cf. Slenes, R. W. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery, 1850–1888*. Tese de Doutorado em História. Stanford University, 1975, p. 124.

- ² EISENBERG, R. L. *Modernização sem Mudança. A indústria açucareira em Pernambuco. 1840–1910*. Rio de Janeiro, Paz e terra, Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977, p. 174-175.

Para um ponto de vista semelhante, vide: PANG, Eul-Soo. *O Engenho Central do Bom Jardim na economia baiana — alguns aspectos de sua história — 1875-1891*. Rio de Janeiro: AN, IHGB, 1979, p. 46.

- ³ GALLOWAY, J. H. *The Last Years of Slavery on the Sugar Plantations of Northeastern Brazil*. *Hispanic American Historical Review*, 51:4 (November 1971), p. 589.

De forma semelhante vide CABRAL, Pedro E. T. *Tempo de Morada. A constituição do mercado de trabalho semi-assalariado na lavoura canavieira pernambucana*. Em: SAMPAIO, Yony (organizador). *Nordeste Rural: a transição para o capitalismo*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Editora Universitária, 1987, p. 22-23.

- ⁴ MELO, E. C. de. *O Norte Agrário e o Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

Vide também: CASTRO, Antônio Barros de. *As mãos e os pés do Senhor de Engenho*, em PINHEIRO, Paulo Sérgio (coordenador). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 58-59.

- ⁵ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *O negro e a violência do branco (O negro em Sergipe)*. Rio de Janeiro: J. Álvaro. 1977, p. 33.

- ⁶ SANTOS, Lenaida A. *Oligarquia Açucareira e Crise*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em História da UFF, Niterói, 1979, p. 49.

- ⁷ MELO (1984:30).

Vide também: CONRAD, R. *Os últimos anos da escravidão no Brasil — 1850-1888*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 83-87.

- ⁸ Segundo Conrad, a reação das províncias exportadoras de escravos foi iniciada por Pernambuco, em 1852, e seguida por outras. O autor cita leis das províncias do Ceará e Alagoas, além de Pernambuco. Cf. Conrad (78:83). Art. 17 '3 da Lei nº 334, de 28.03.1851. Cf. *Collecção de leis e resoluções da Assembléia Provincial de Sergipe, 1851*. Typ. Provincial. 1851. Art. 19 '4 da Lei nº 367, de 17.09.1853. Cf. *Collecção de leis e resoluções da Assembléia Provincial de Sergipe, 1853*. Typ. Provincial. 1853. A elevação do imposto sobre a exportação de escravos, em 1855, foi acompanhada de medidas direcionadas à coibição das fraudes (resolução nº 417, de 24.04.1855). FRANCO, C. A. P. *Compilação das Leis*

Provinciais de Sergipe – 1835 a 1880. Aracaju, F. das Chagas Lima, s/d, 2 volumes.

- ⁹ Relatório com que foi aberta a 2ª Sessão da Undécima Legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe, no dia 01.02.1857, pelo excelentíssimo Presidente, Dr. Salvador Correia de Sá e Benevides.
- ¹⁰ O Presidente da Província, Dr. Salvador Correia de Sá e Benevides, em seu relatório apresentado à Assembléa Provincial, em 02.07.1856, afirma que o imposto de 300\$000 réis sobre cada escravo exportado da Província era excessivo e estimulava o contrabando, sendo difícil sua repressão, já que as províncias limítrofes — Alagoas e Bahia — adotavam um imposto de 100\$000 réis. Assim sendo, sugeria a redução deste imposto ao valor cobrado pelas províncias vizinhas. Art. 2º '4 da Lei nº 541, de 12.07.1858. Cf. *Collecção das Leis da Província de Sergipe*. Typ. Provincial, Aracaju, 1858. Relatório do Inspetor da Tesouraria Provincial, anexo ao Relatório do Presidente da Província de Sergipe, de 04.03.1861.
- ¹¹ Cf. Almeida, M. G. S. *Estrutura de Produção: A crise de alimentos na província de Sergipe (1855-1860)*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 27, Aracaju, 1978, pág. 31.
- ¹² O imposto de 100\$000 réis sobre escravo exportado continuava sendo cobrado, sendo o imposto de 30\$000 réis específico para os escravos vendidos por procuração, o que poderia atingir inclusive escravos vendidos no mercado interno da Província. Resolução nº 577 de 13.07.1859, Art. 13, '42 e '13. Sobre o uso de procurações no tráfico interprovincial de escravos, vide Slenes, op. cit., 1975:155-157.
- ¹³ Cf. *Relatório do Presidente da Província enviado à Assembléa Provincial, 04.03.1863*. Para o arrefecimento dos preços dos escravos nos mercados do Sudeste, após a "explosão" da década de 1850, cf. STEIN, S. J. *Vassouras: um Município brasileiro do café – 1850-1900*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990, p. 271. SLENES, op. cit., (1975:253). Para os preços do café, no citado período, cf. MELLO, J. M. C. de. *O capitalismo tardio – Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 71 e DELFIM NETO, A. *O problema do café no Brasil*. São Paulo, FIPE, 1981, págs. 10-16.
- ¹⁴ Na Fala do Presidente da Província, de 01.03.1862, condiciona-se, claramente a elevação do nível do imposto sobre exportação de escravos ao cobrado pelas províncias limítrofes. O Presidente da Província, em sua fala acima citada, se referia, certamente, à lei nº 625, de 13.05.1861, "Art. 20. O imposto estabelecido no art. 21 '4 da presente lei poderá ser elevado até 300\$000 logo que seja igualado nas províncias limítrofes". Em 1862, a Assembléa Provincial repetiu quase que literalmente o mes-

mo dispositivo na Lei 650, de 02.05.1862. FRANCO, C. A. P. *Compilação das Leis Provinciais de Sergipe – 1835 a 1880*. Aracaju, R. das Chagas Lima, s/d. 2 Volumes.

- ¹⁵ Lei nº 779, de 03.12.1867, Art. 15 '13 e '14. *Colecção das Leis e Resoluções da Assembléa Provincial de Sergipe*. Typ. do Jornal de Sergipe, 1868. Resolução 890, de 09.05.1870, Art. 12 '5 e '3. Resolução nº 951, de 08.05.1872, Art. 1º, '5 e '13. *Collecção de Leis e Resoluções promulgadas pela Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe no ano de 1872*. Typ. do Jornal do Aracaju. Resolução nº 1.127, de 12.05.1879, Art. 1º, '11.

- ¹⁶ Além disso, provavelmente os compradores de escravos possuíam consciência das "imperfeições" do mercado de escravos. Essa mercadoria "*sui generis*" reagia à transferência de seus locais de moradia, obrigados a abandonar os amigos e familiares. Como "*homo economicus*", esses compradores deduziam do preço do escravo o risco representado pela resistência à transferência forçada do escravo. Vide, por exemplo, as memórias de um proprietário sergipano do vale do São Francisco, que recusou-se a receber, em pagamento de uma dívida, um escravo que vivia na região da Cotigüiba: "*Meu filho, eu não quero esse escravo, não. Escravo de engenho é acostumado no olho da cana, é acostumado no mel... Vem pr'aquí pra lama do arroz, pra pedreira, estranha. Pode morrer. Não quero, não.*" CASANOVA, M. Leônidas. *loiô Pequeno da Várzea Nova*. São Paulo, Clube do Livro, 1979, pág. 82.

Sobre a resistência dos escravos, principalmente os que foram transferidos de suas regiões de origem, na Corte, Vide: CHALOUN, S. *Visões da Liberdade – Uma História das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 59.

Sobre os impostos sobre a importação de escravos adotados pela Província do Rio de Janeiro, vide SLENES, (1975:626).

Para a Província de São Paulo, nos anos entre 1871 e 1873, vide MELLO, Zélia C. de. *Metamorfoses da Riqueza*. São Paulo, 1845-1895. São Paulo, Hucitec/Secretaria Municipal de Cultura, 1985, p. 123.

- ¹⁷ Vide, por exemplo, o anúncio publicado no "Jornal do Aracaju": "*Barboza S. A. – Irmãos, moradores na Vila de Capela continuam a comprar escravos de ambos os sexos que sejam de 16 a 24 anos de idade, sadios, pretos e muito bonitos; chega mais preço que outro qualquer, e só tem autorizado na mesma Vila da Capela a Antonio Ernesto de Mello Cabral, e na Itabaiana, Simão Dias e Lagarto, a José Ferreira de Figueiredo e Manoel Cordeiro de Melo (maroto). "Capela, 25.09.1874". Jornal do Aracaju, 20.06.1874. CEMIC-UFS.*

- ¹⁸ Assembléa Provincial. Sessão de 19.04.1877. Jornal do Aracaju, 01.05.1877. CEMIC-UFS.

¹⁹ *Relatório do Presidente da Província*. 10.01.1877.

²⁰ Os boletins estatísticos de atualização da matrícula de escravos, de 1873, consistiam em um questionário padrão remetido pelo Inspetor da Fazenda às agências deste Ministério nos diversos municípios contendo os seguintes itens: Total de escravos matriculados até o encerramento da matrícula, entrada de escravos, saldo de escravos, falecimento de escravos, manumissão de escravos: total, manumissão a título gratuito, manumissão a título oneroso. Total de escravos existentes na data do boletim. Localizamos no Arquivo Público do Estado de Sergipe os boletins estatísticos referentes aos anos de 1882 (G¹ 788), 1883 (G¹ 815), 1884 (G¹ 809), 1885 (G¹ 813) e 1886 (G¹ 819).

²¹ Fontes: Saldo 1874-84 — Relatório do Ministério da Agricultura, 07.05.1884, apud. Conrad, op. cit., (1978:351). Na realidade sabendo-se que os boletins estatísticos de atualização da matrícula de escravos eram remetidos pelas autoridades fazendárias locais após 30 de junho de cada ano, e tendo-se em vista a data do Relatório do Ministério da Agricultura, os dados que o autor cita devem se referir ao período 1873-1883. Saldo 1873-1885 — Slenes, op. cit. (1975:610). Saldo 1873-1887 — SLENES, op. cit., (1975:616). Saldo retificado. 1874-1884 — Com base nos boletins estatísticos de 1884, que atualizaram a matrícula de escravos de 1873. Adotando o critério de Slenes de corrigir as saídas com a multiplicação por 1,0944, por terem sido as mesmas, sub-registradas no país como um todo, chegamos ao saldo migratório de -556 escravos.

Saldo retificado 1873-1885. Utilizamos os dados dos boletins estatísticos de atualização da matrícula de escravos, referentes ao período citado. Adotando o critério de Slenes de corrigir o número de saídas com a sua multiplicação por 1,0944, chegamos ao saldo migratório de -1.754. Saldo retificado 1873-1887. Utilizamos os critérios de Slenes (1975:616). Sabendo-se que no período 1873-1886 foram alforriados 3.926 escravos em Sergipe, chegamos a uma média anual de 291 (3.926/13,5), sendo o último o número de anos entre 1º de janeiro de 1873 e 30 de junho de 1886. Vide Slenes (1975:495). O total de escravos alforriados até 01.01.1887 é de 4.071. Para chegarmos a população de 1873 ajustada, adicionamos ao total dos escravos matriculados, os que foram matriculados após o prazo legal, chegando a um subtotal de 33.224 (87 em Itabaiana, 8 em Estância, 150 em Propriá, 4 em Laranjeiras e 1 em Santo Amaro. APES G¹ 813) e subtraímos o número estimado de escravos alforriados até 1887, chegando, portanto, ao resultado de 29.153. Sendo a população estimada de 1887, 17.283, para obtermos o efeito líquido da migração sobre a população de 1887, aplicamos a fórmula: $M_{1887} = P_{1887} - 0,5734 \times P_{1873}$, onde M_{1887} é o efeito líquido da migração na população de 1887, P_{1887} é a população estimada para 1887, e P_{1873} é a população de 1873 ajustada. O resultado é 567. Para chegarmos à migração líquida

total em 1873–1887, dividimos o efeito líquido da migração na população de 1887 pelo coeficiente de sobrevivência dos migrantes (0,83), chegando ao resultado final de 683.

- ²² O cálculo da migração líquida interna do país e/ou região pode ser feito pelos métodos de sobrevivência intercensitária. Esses métodos já foram aplicados para o estudo da migração interna no Brasil. Eles permitem o cálculo das migrações líquidas de cada Estado a partir da determinação das taxas de sobrevivência de cada período intercensitário por faixa de idade; supõe insignificante a emigração externa de brasileiros (“população fechada”); toma como válidas as hipóteses de que:

- 1) para cada grupo etário a taxa de mortalidade seja a mesma para todos os estados; e ainda que:
- 2) a distribuição dos erros dos censos seja proporcionalmente igual para todos os estados do país.

Cf. GRAHAM, Douglas e HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Migratio, Regional and Urban Growth and Development in Brazil: A Selective Analysis of the Historical Record 1872–1970*. São Paulo: IPE-USP, 1971. VILLELA, Aníbal V. e SUZIGAN, W. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira. 1889–1945*. 2ª ed. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975. SLENES, op. cit., (1975:627, 644, 649-654.)

- ²³ SLENES, op. cit., (1975:623). APES, *Acervo Geral*, pacote 287.

- ²⁴ Esses números foram obtidos da divisão dos saldos corrigidos verificados nos períodos 1873–1886 e 1873–1887 pelo número de escravos matriculados, em 1873. Cf. Matrícula de Escravos de 1873. Diretoria Geral de Estatística. Relatório Anexo ao do Ministério dos Negócios do Império, de 1875. Rio de Janeiro, Typ. de Pinto, Brandão & Comp., 1875.

- ²⁵ Fontes: Saldo — Obtido a partir dos boletins estatísticos de atualização da matrícula de escravos, de 1873. Saldo — Obtido a partir do método de sobrevivência global intercensitária. Os coeficientes $P_{1887} - P_{1886} / P_{1887}$ foram obtidos com a subtração da população escrava existente em cada município/região da Província em 1886, da população matriculada em 1887 e dividindo-se esse resultado pela população escrava matriculada em 1887. Esse índice serve como indicador do grau de precisão dos boletins estatísticos, isto é, quanto menor o índice, maior o grau de precisão dos boletins. Na regionalização da Província de Sergipe adotada neste trabalho, suas unidades constituem-se dos seguintes municípios: Cotinguiba: Aracaju, Socorro, Santo Amaro, Maruim, Laranjeiras, Riachuelo, Rosário, Capela, Japaratuba, Divina Pastora e Siriri; Mata-Sul: São Cristóvão, Itaporanga, Estância, Santa Luzia, Espírito Santo e Itabaianinha; Agreste-Sertão do S. Francisco: Propriá, Vila Nova e Porto da Folha; Agreste-Sertão de Itabaiana: Itabaiana e N. S. das Dores; Agreste-Sertão Sul: Lagarto, Boquim, Riachão, Campos e Simão Dias.

- ²⁶ Dados sobre a população escrava da Província, em 1873, cf. Diretoria Geral de Estatística (vide nota 23). Importações e exportações líquidas de escravos para as diferentes províncias — Slenes, op. cit., (1975:621).
- ²⁷ Na matrícula de 1873, foram matriculados na agência fiscal de Itabaianinha, 1.940 escravos, compreendendo os do próprio município, mais 341 do município de Campos, que então não possuía agência fazendária. O boletim estatístico de 1882 computa a “saída” do município dos escravos matriculados em Campos, que agora já possuía sua própria agência fazendária, existindo então, no município de Itabaianinha, 917 escravos. Em 1883 o município possuiria 909 escravos, em 1884, 886; em 1885, 834 em 1886, 853 escravos. Entretanto, foram matriculados, em 1887, 1.298 escravos, no município de Itabaianinha. Tal resultado é surpreendente, pois não detectamos qualquer mudança político-administrativa que explicasse tal aumento expressivo do número de escravos às vésperas da abolição da escravidão.
- ²⁸ Sobre os índices de exportação líquida de escravos, vide Slenes (1975:621).
- ²⁹ Sobre o uso dos dois diferentes métodos de estimação da migração de escravos e sua confiabilidade, vide SLENES (1975:608-609).
- ³⁰ Sobre a lucratividade do trabalho escravo na Zona da Mata pernambucana, no final da década de 1870, Cf. REIS, Jaime. *Abolition and economic of slave holding in Northeast Brazil. Boletim de Estudios Latinoamericanos Y del Caribe*. Amsterdã, nº 17, 1974, p. 12-14.

CALENDÁRIO RELIGIOSO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE ESTÂNCIA: 1772-1827*

Francisco José Alves dos Santos

Licenciado em História na
Universidade Federal de Sergipe.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa ampla em andamento sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância, no período de 1772 a 1827.

Mostraremos, inicialmente, a devoção à Nossa Senhora do Rosário. Sua origem na Europa, a difusão no Brasil, principalmente na forma de irmandades religiosas leigas de pretos escravos.

O calendário de festas da Irmandade será compreendido na sua possível interrelação com o ciclo agrícola da mandioca, da cana-de-açúcar e do arroz, principais culturas da região no período. Veremos o calendário religioso diferenciado da Irmandade, fato comum noutras regiões do Brasil, onde brancos e pretos celebravam o mesmo Santo Padroeiro em data e forma diferentes, como forma de diferenciação simbólica das três categorias constituintes da Irmandade: escravos, libertos e livres.

2. A DEVOÇÃO À NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

O culto a Nossa Senhora do Rosário no Brasil remonta os inícios de colonização.

Na Europa, a devoção tornou-se popular com a Batalha de Lepanto (1571) bem como a recitação do terço, foram intensamente divulgados pelos dominicanos (Scarano, 1978:34). É a partir daí que o Papa Gregório XI institui a festa de Nossa Senhora do Rosário, no primeiro domingo de outubro. Uma outra fonte (Costa, 1985:95), data a devoção da recitação do Rosário no ano de 1100. Segundo ele "um certo ermitão de nome Pedro inventara o modo de rezar por

55 contas passadas num fio. O fato é que a reza de 150 contas em honra da Virgem Santíssima foi criada por São Domingos” que viveu entre 1170 e 1221.

Desde os séculos XV e XVI, organizam-se em Portugal irmandades de pretos sob a proteção de Nossa Senhora do Rosário. A Virgem do Rosário torna-se a protetora especial dos homens de cor juntamente com Santa Efigênia, São Benedito, Santo Onofre, Santo Antônio Catagerona.

Levadas à África pelos missionários europeus, as irmandades do Rosário serviram de veículos de catequização das populações negras (Matoso, 1982).

“Em nosso país a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi trazida sobretudo pelos jesuítas e é mesmo possível que tenha vindo como confrades saídas de Portugal.” (Scarano, 1978:47).

No século XVI formaram-se as primeiras confrarias de gente de cor. No Brasil, antecedem estas, as irmandades de brancos livres (Hoonart, 1974:237). No entanto, as irmandades tiveram seu período áureo no Brasil Colônia. Documento do início do século XVIII registra na Bahia a existência de 23 irmandades do Rosário, das quais 14 são de devoção exclusiva dos escravos; 3 de brancos; 1 de pretos forros e outra de crioulos, escravos nascidos no Brasil.

Luiz Mott registra que no alvorecer do século XIX, existiam sete irmandades do Rosário dos Pretos espalhadas pelas vilas e povoações da então Província de Sergipe del Rey (Mott, 1976:10). Registra também ele uma Irmandade do Rosário em Itabaiana além de uma outra mista (brancos, pardos e pretos) em Propriá.

Já na segunda metade do século XIX temos o compromisso de sete irmandades do Rosário, além de muitas de outras invocações. A data de aprovação dos compromissos das irmandades do Rosário sergipanas, não são, seguramente, as de suas fundações. Muitas delas já eram seculares ao pedirem a aprovação do governo provincial a partir da segunda metade do século XIX.

Salvo breves referências em obras de estudiosos da história sergipana, as irmandades permanecem inestudadas. Visando analisar estas importantes formas de socialização, escolhemos para pesquisa a irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância, uma irmandade mista, isto é, formada de livres, libertos e escravos.

3. A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE ESTÂNCIA

Quando da organização da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, em 1772, era a povoação de Estância um núcleo de vida intensa no contexto da Província. Embora a sede da Vila fosse Santa Luzia, a povoação desenvolvia-se enquanto a sede definhava. Centro de exportação e de comércio, Estância era desde a segunda metade do século XVIII o porto principal de envio de produtos agrícolas, principalmente a farinha de mandioca, para a Bahia e para Pernambuco.

Alguns anos após a formação da Irmandade, funde-se com esta a Irmandade de São Benedito, uma Irmandade de Pretos. Fato comum, sobretudo entre as Irmandades pobres que enfrentavam dificuldades para sobreviverem independentes, e pelo parentesco dos Santos padroeiros de pretos. Fato semelhante se dá em Laranjeiras, no século XIX: fundem-se a Irmandade de São Benedito e a de Nossa Senhora do Rosário.

De caráter bastante elástico, a Irmandade admitia no seu seio livres, libertos e escravos. Embora juntas, estas categorias se diferenciam de diversas formas, desde a ocupação de cargos até a data das festas no calendário religioso.

A finalidade primordial da Irmandade é o culto dos santos, a piedade cristã, as obras da caridade. No início do século XVIII, as Constituições do Arcebispo da Bahia recomendam expressamente a organização dessas entidades como forma conveniente do catolicismo leigo. A formação de uma irmandade dava-se com a aprovação do Estado e da Igreja. A estes deviam enviar os Compromissos, uma espécie de estatuto regedor da irmandade para receber a aprovação e, às vezes, algumas correções. Até o século XVIII os compromissos das irmandades brasileiras eram enviados diretamente a Portugal para aprovação pelo rei. Isto era o estabelecido na lei, porque na prática muitas irmandades viveram grande parte de suas vidas sem possuírem um Compromisso aprovado. Assim, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância, embora tenha se organizado desde 1772, só terá seu Compromisso aprovado em 1843, isto é, após 71 anos de funcionamento.

Dirigia a irmandade uma mesa composta por juiz, tesoureiro, escrivão, procurador e mesários, eleitos pelos demais participantes da irmandade. Observa-se aí uma clara hierarquização dos cargos. Ocupava geralmente os cargos principais as pessoas de prestígio ou possuidoras de habilidades especiais.

A sobrevivência econômica da irmandade se fazia pelo pagamento de uma jóia de entrada além de uma taxa anual paga pelo irmão. Contribuía também para tal as doações feitas à irmandade pelos irmãos ou benfeitores, o aluguel de casas e de esquite e até mesmo o arrendamento de terras da propriedade da irmandade.

A admissão numa irmandade era sinal de prestígio social. Era possível, a depender das posses, pertencer simultaneamente a diversas irmandades. Por outro lado, pertencer a uma irmandade era a garantia de assistência na hora da desgraça (doença, prisão), de um enterramento digno e do sufrágio da alma.

4. CALENDÁRIO RELIGIOSO E CICLOS AGRÍCOLAS

É fato incontestável a relação entre festas e o ciclo agrícola nas comunidades rurais. É no período pós-colheita que geralmente se situam as festas, pois além da vacância do trabalho agrícola, há dinheiro resultante da venda dos produtos que possibilita a realização das práticas religiosas e lúdicas (Araújo, 1957:43-45).

O calendário religioso da irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância possuía duas festas: uma celebrada no primeiro domingo de outubro, data oficial de Nossa Senhora do Rosário no calendário da Igreja, e outra no dia 6 de janeiro, festa dos Reis Magos e da Epifania. A primeira é a festa dos brancos da irmandade, dos proprietários da região. É significativa a presença de proprietários de roças de mandioca, de senhores de engenho, de militares, enfim de elementos precedentes aos estratos superiores daquela sociedade na novena que antecede a festa. Trata-se de uma festa realizada, segundo os cânones da Igreja Católica, na data e forma oficial. Embora a data desta festa coincida com uma fase de pique da atividade agrícola: plantio da mandioca e moagem da cana (Souza, 1948:25 e Calazans, 1869:21), os proprietários podem se afastar das lides agrícolas para celebrar a festa na data prescrita pela Igreja Católica.

Outra é a realidade da festa dos escravos. Ela é realizada no dia 6 de janeiro na festa dos Reis Magos. Nesta, é realizada a Coroação dos chamados Reis do Congo, além da posse da Mesa Regedora da Irmandade. Vale aqui salientar a associação Reis do Congo (pretos) e a existência, segundo a tradição, de um rei Mago de cor negra. Há uma associação das festas dos Reis do Congo e dos Reis Magos.

Por outro lado a festa dos Reis (6 de janeiro) localiza-se numa fase de vacância das lides agrícolas da cultura da cana-de-açúcar,

de mandioca e do arroz, culturas principais da região no período. Sendo um período, digamos, de repouso, a escravaria estava livre para realizar a sua festa. Observa-se aí uma adaptação da data da festa dos escravos ao calendário agrícola regional. Este fato era comum noutras regiões do Brasil. Deslocava-se a festa de Nossa Senhora do Rosário do 1º domingo de outubro para dezembro ou janeiro (Natal e Reis).

Analisando o calendário religioso de outras irmandades do Rosário da Bahia no século XVIII e de Sergipe no século XIX, constata-se a existência de duas festas principais: uma, na data do calendário religioso católico, a festa de Nossa Senhora do Rosário no primeiro domingo de outubro e a outra em dezembro ou janeiro. Esta dicotomia é sempre associada a categoria étnico/social dos devotos. Assim, quando se trata de uma irmandade que abriga livres, por supostos brancos, e escravos, por supostos negros, os primeiros comemoram na data oficial, primeiro domingo de outubro e os escravos em dezembro ou janeiro. Frei Agostinho de Santa Maria, no seu minucioso **Santuário Mariano**, refere-se a esta diferenciação nas datas das festas na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Ilha de Itaparica (BA) nos inícios do século XVII.

*"Na Igreja Matriz de Itaparica delicada como fica dito ao Glorioso Santo Amaro, se venera huma devota Imagem da Mãe de Deos com o título do seu Rosário. Esta Sagrada Imagem he tão antiga como a mesma Paróquia & assim seria colocada pelos annos de 1640 & logo desde os seos principais começou a ser **servida pelos seos pretinhos, os quaes a servem em huma Irmandade com fervorosa devoção & a festejão os seos confrades na primeyra Oytava do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo. E não só eles são os que a servem, mas todos os moradores brancos da mesma Freguesia, as quaes no seu dia proprio da Primeyra Domingo de Outubro a festejão com muyta grandeza**".* (grifo nosso) (Santa Maria, 1947:129)

Pode-se constatar a tendência de localizar as festas de escravos no final do ano, fase em geral de vacância dos trabalhos agrícolas (Costa, 1859). É compreensível que os senhores não quisessem liberar os seus escravos nas fases de pique das atividades agrícolas, o que levava os escravos a realizarem suas festas sempre no final do ano.

5. CALENDÁRIO RELIGIOSO E DIFERENCIAÇÃO SOCIAL

Existindo num contexto de drásticas desigualdades sociais, as irmandades as reproduzem e as reafirmam. Temos notícias, assim, da existência de irmandades de escravos, libertos e de livres. E mesmo quando estas categorias estão unidas numa única irmandade, como no caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância, estas irão diferenciar-se de formas variadas.

O branco, ocupando o cimo da pirâmide social do Brasil colônia, é natural que mesmo numa irmandade de escravos tivesse ele os cargos-chaves. Como poderia o escravo impedir que o seu senhor participasse da sua irmandade? Não era muitas vezes ele mesmo quem incentivava a sua criação? A maioria dos escravos fundadores da Irmandade do Rosário de Estância era de propriedade da família Rodrigues Dantas, rica família da região.

A presença do branco livre na irmandade de escravos se deve basicamente ao desejo daquele controlar a vida da irmandade (Scarano, 1978:131). Ficava muito fácil controlar de dentro. Por outro lado, o próprio desconhecimento de certos saberes como ler e escrever, da maioria dos escravos forçavam a escolha de um branco para os ofícios de escrivão, tesoureiro e outros cargos vitais na direção da irmandade. Os compromissos das irmandades são bastante claros a este respeito (Scarano, 1978:130). Os cargos importantes requerem habilidades que os escravos, de ordinário, não possuem. Restava aos escravos a pompa vazia dos cargos honoríficos: reis, rainhas, etc. Forma sutil de domesticação dos escravos de emulação social dos brancos.

A festa da coroação dos Reis e Rainhas na capela, pelo padre, na realização de danças, músicas e cortejos processionais pelo povoado e na comilança, banquete gratuito pago pelos Reis, ou melhor, pelos seus senhores. (Costa, 1966:236) e (Koster apud, Carneiro, 1967:292-293).

Configuravam-se assim duas festas díspares: a dos homens brancos, na data e forma oficial. Seguindo os moldes da Igreja, os escravos, por sua vez, realizando suas festas ***“... com tanta alegria e tantos instrumentos dos que elles usão a sua moda que he muyto para ver e também para admirar os seus grandes festejos, que parece que só disso cuydão...”*** (Santa Maria, 1947:36). Embora fosse a irmandade um espaço controlado pelo senhor, ela representava para os escravos o espaço ambíguo, a “oportunidade de se reunirem enquanto grupo de cor.” (Mott, 1976:18).

* Trabalho apresentado no IX Encontro Cultural de Laranjeiras/SE, 07.01.84 (Sessão “Folguedos e Religiosidade Popular)

A. FONTES

1. *Manuscritas*

- Livro de Provimentos e capítulos de visita respectivos à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância, 1776-1866 — Arquivo Paroquial de Estância, Sergipe.
- Livro de termos de entrada da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Estância, 1772-1827 — Arquivo Paroquial de Estância, Sergipe.

2. *Impressas*

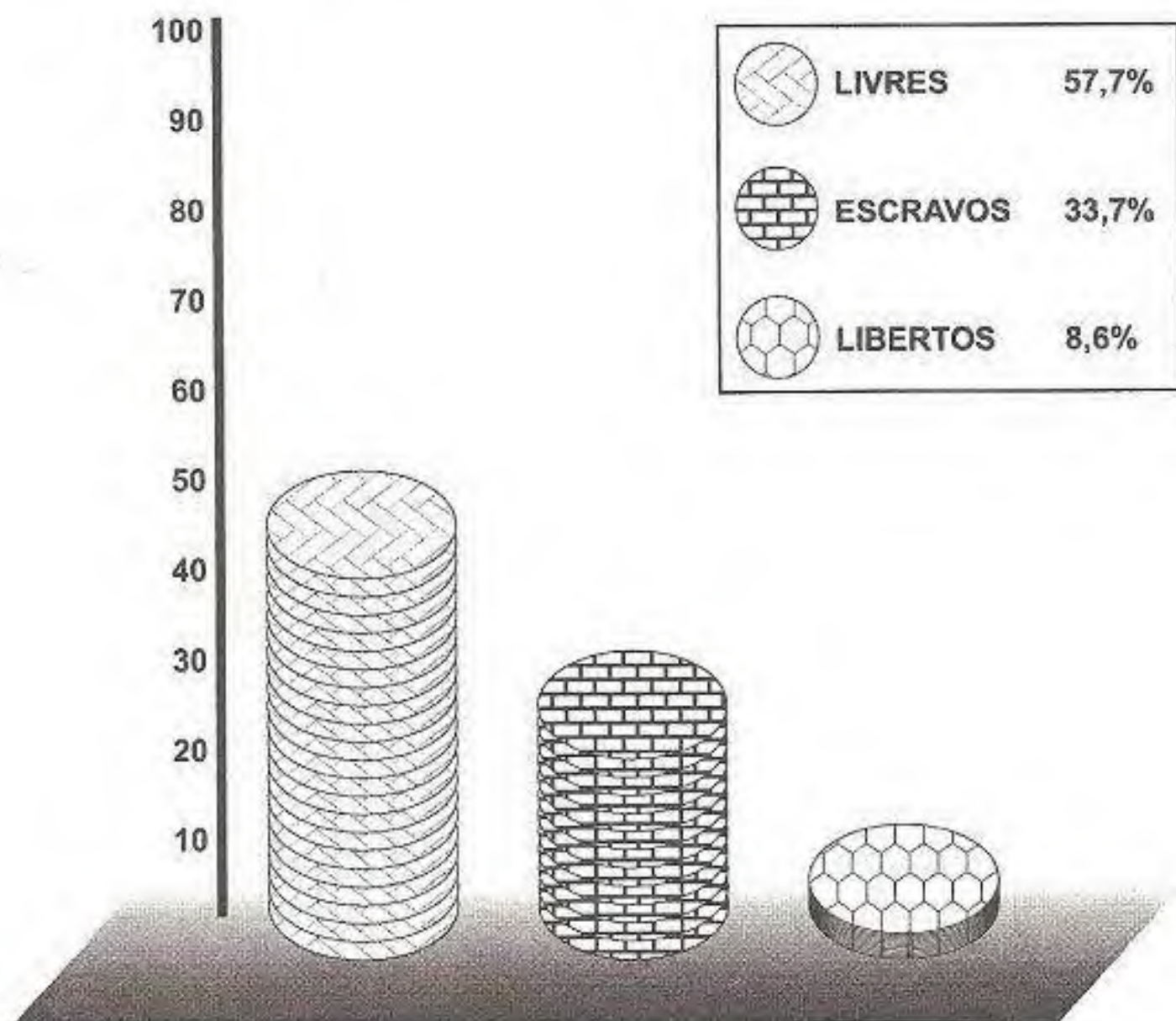
- CALAZANS, J. J. Bitencourt. *O Agricultor Sergipano da Cana-de-Açúcar*. Ed. Fac Simile. Bahia, 1869.
- FRANCO, Cândido Augusto Pereira. *Complicação das Leis Provinciais de Sergipe – 1835-1880*. Aracaju, Typografia de F. das Chagas Lima, sd, V. I.
- SANTA MARIA, (Frei) Agostinho de. *Santuário Mariano e História das Imagens Milagrosas de Nossa Senhora*. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, nº 74, 1947, p. 1-81.
- SOUZA, (R.) Marcos Antonio de. *Memória sobre Capitania de Sergipe*. 2ª ed., Aracaju, 1944.
- VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituição do Arcebispado da Bahia*. 3ª ed., São Paulo, Tipografia Dois de Dezembro, 1985.

B. BIBLIOGRAFIA

- ARAUJO, Alceu Maynard de. *Ciclo Agrícola, calendário religioso e magias ligadas à plantação*. In Revista do Arquivo Municipal. V. CLIX, 1957, p. 11-155.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Divino, o Santo e a Senhora*. Rio de Janeiro. Companhia de Defesa do Folclore Brasileiro, 1978.
- CARNEIRO, Edisom. *Antologia do Negro Brasileiro* (Org.). São Paulo, Ed. Ouro, 1967.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *As Culturas Populares do Capitalismo*. Tradução Cláudio N. R. Coelho. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difel, 1966.

- COSTA, Luiz Monteiro da. *A Devoção de Nossa Senhora do Rosário na Cidade do Salvador*. In Revista do Instituto Genealógico da Bahia, nº 10/11, 1958/1959, p. 95-117/155-177.
- DANTAS, Beatriz Góis. *A Taieira de Sergipe: uma dança folclórica*. Petrópolis, Vozes, 1972. (Col. Vozes do Mundo Moderno, 7)
- HOONAERT, Eduardo et alli. *Historia da Igreja no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1977, v. II.
- LIMA, Rossini Tavares de. *Folclore das Festas Cíclicas*. São Paulo, Irmãos Vitale, 1971.
- MATOSO, Kátia de Queiroz. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MOTT, Luiz R. B. *Pardos e pretos em Sergipe: 1774-1851*. In Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 18, 1976, p. 7-37.
- TUCHLE, G. e BOUMAN, C. A. *Nova História da Igreja: Reforma e Contra Reforma*. Trad. Valdomiro Pires Martins. Petrópolis, Vozes, 1971, v. III.
- SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão*. 2ª ed., São Paulo, Ed. Cia Nacional, 1978.

Composição da Irmandade de N. S. do Rosário de Estância — 1772-1827



Fonte: Livro de Termos de Entrada da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância — 1772-1827. Arquivo da Casa Paroquial — Estância, Sergipe.

**CALENDÁRIO RELIGIOSO DA IRMANDADE DE N. S. DO
ROSÁRIO DE ESTÂNCIA — 1772 -1827**

SETEMBRO	1ª semana	Preparativos para a novena de N. do Rosário
S.		
OUTUBRO	1ª semana	Novena, Festa de N. S. do Rosário
para		Eleição dos mordomos da novena o ano seguinte
NOVEMBRO	2	Missa dos finados da Irmandade ("irmãos finados")
DEZEMBRO	8	Eleição da Mesa
	26	Missa da Festa de Nossa Senhora
JANEIRO	6	Festa dos Reis Magos
		Posse da Mesa
		Coroação dos Reis do Congo
FEVEREIRO		
MARÇO		
ABRIL		
MAIO		
JUNHO		
JULHO		
AGOSTO		

Fontes: Livro de Provimento e Capítulos de Visita respectivos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário — 1776 -1866.
Livros de termos de Entrada — 1776-1827.

QUADRO COMPARATIVO

CONDIÇÃO SOCIAL	LIVRES	ESCRAVOS
Etnia	Brancos	Pretos
Ocupação de cargos na irmandade	Cargos de direção na Irmandade: Escrivão, Tesoureiro, Procurador, etc.	Cargos formais de honra (sem ingerência na direção da Irmandade).
Data da Festa	Festa na data oficial do calendário da Igreja Católica (1º domingo de outubro)	Festa em data não oficial. Deslocada para 6 de janeiro (Festa dos Santos Reis).
Forma da Festa	A forma da festa obedece aos ditames da Igreja: missa, novena, procissões.	Festa agregando ritos que extrapolam a ortodoxia da Igreja: Reis, dança, "comilança".
Festa e calendário agrícola	A festa é realizada numa fase de pique dos trabalhos agrícolas.	Festa numa fase de vacância das atividades agrícolas.

O LIBERALISMO LINGÜÍSTICO DE SÍLVIO ROMERO

Antonio Ponciano Bezerra

Professor Adjunto da UFS

Começemos por afirmar que há mais de cem anos atrás (1888), o reconhecido intelectual sergipano, Sílvio Romero, dava forma a algumas de suas idéias sobre a questão do português do Brasil, num ensaio estimulante, inserido na obra "Estudos sobre a poesia popular do Brasil" e intitulado "Transformações da língua portuguesa na América".

Este artigo procura ordenar e discutir algumas das idéias contidas nesse ensaio, de modo a ressaltar a concepção de linguagem, de língua e a atualidade das posições de Sílvio Romero sobre a modalidade do português falado no Brasil em relação ao falado em Portugal. Portanto, não se pretende aqui mais que um ponto de partida que venha instigar reflexões mais amplas sobre as preocupações lingüísticas do ensaísta em questão.

Não pretendemos também tecer considerações de cunho teórico-metodológico sobre a sua doutrina, a não ser as estritamente necessárias à explicação de um pormenor estudado, nem insistiremos nos chamados "exageros" e "contradições" por ela cometidos. Tais propósitos fogem da natureza e objetivo destas notas.

Parece-nos conveniente uma rápida digressão de cunho histórico a propósito do conjunto do pensamento romeriano, de modo a declarar melhor o conteúdo de nosso tema. A produção intelectual de Sílvio Romero se estende de 1869 a 1914 e abriga os mais variados temas. Entre outros, são de destacar os ensaios de filosofia, sociologia, crítica literária e cultura popular. Todos, porém, trazem o signo de sua personalidade polêmica, exagerada, controvertida e, em muitos aspectos, precursora e progressista. É o Prof. Antônio Cândido que ressalta:

"As suas idéias não se propunham com o desenvolvimento linear e conseqüente, mas com o vaivém, retomada incessante, tensão de opostos, visão simultânea do verso e reverso — o que pode ferir exigências lógicas, mas enriquece o senso da realidade. Sob este aspecto, havia algo dialético no jogo das suas idéias e opiniões que, se não chegavam a uma síntese satisfatória, permitiam sempre alguma conclusão interessante, graças ao entrelaço por vezes antinômico mas vivo das proposições, jogadas como pedras".

Silvio Romero é produto de um momento histórico marcado pela presença de várias correntes de pensamento, em muitos aspectos, inconciliáveis. A ânsia do saber e a erudição que exibía, o que muito bem corresponde à mentalidade bacharelesca da época, não lhe possibilitavam uma sistematização dos conhecimentos ingeridos através de leituras de obras que expunham doutrinas diversas e até excludentes.

Com um pensamento em constante oscilação, sujeito a mudanças e substituições conforme lhe exigia o seu próprio espírito enciclopédico, Sílvio Romero expunha concepções e pontos de vista que mais se revelavam filiados a uma ideologia européia do que instrumento realmente válido para interpretar a realidade cultural brasileira, em toda a sua amplitude e complexidade.

Apesar do ecletismo dominante em todo o seu pensamento, ele se mantém fiel a certas explicações evolucionistas dos fenômenos sociais. Assim, as origens desses fenômenos deveriam ser buscadas na própria história da sociedade. Por outro lado, imbuído do idealismo liberalista da época, lutou por uma renovação intelectual no Brasil. Não cansou de apontar e criticar o silêncio de intelectuais e homens letrados de seu tempo, no sentido de despertá-los para o dever de serem progressistas e avançados.

A luz de certos princípios da filosofia liberal, é que o pensamento romeriano merece ser avaliado. As contradições, incoerências e limites neles contidos são da natureza da própria doutrina liberal que, ao mesmo tempo que legitima atitudes progressistas, procura preservar atitudes conservadoras. São progressistas as atitudes que apregoam a criação de uma sociedade boa e justa, sem desigualdade de classes; são conservadoras as atitudes que procuram manter a ordem estabelecida e legitimar direitos e privilégio adquiridos. Isso que parece um contracenso, um paradoxo, se explica e se suporta na própria Filosofia do Direito, doutrina que Sílvio Romero exibía formação acadêmica.

Apesar dos limites e contrastes do contexto histórico e intelectual, da ideologia ou ideologias que nutria, Sílvio Romero percorreu e, muitas vezes, com rara lucidez e mestria, sobre temas desde os mais simples e de sua especialidade, aos mais complexos e amplos, alheios à sua formação acadêmica, o que respondia perfeitamente ao comportamento intelectual do bacharel da época. Porém, distinguia-se da maioria de seus contemporâneos, por se mostrar profundamente consciente da realidade da cultura brasileira, em seu sentido mais amplo.

Não se deve pois negar o valor da maioria de suas idéias sobre as várias manifestações da realidade cultural brasileira. Concebê-las apenas como incoerentes, reduzidas ou limitadas, nada mais pode revelar do que leituras descontextualizadas e impressionistas de muitos de seus textos.

Retomando o tema destas notas, convém salientar que, de modo geral, não fazia parte das preocupações intelectuais imediatas de Sílvio Romero a questão da língua falada no Brasil. Mas nem por isso, ele deixou de lado o tema que considerava um "magno problema". Tanto isso é verdade que conhecia as referências anteriores sobre o problema e, com cuidado, fez um levantamento de opiniões, de Varnhagen até a sua época. Sabia, contudo, que essas opiniões sempre escorregavam para o mais fino purismo. São poucos e esparsos os textos e referências dedicados ao assunto. Mesmo assim, é possível detectar a visão que ele nutria do complexo lingüístico brasileiro. Neste sentido, assinala, não com uma base científico-metodológica sólida e consciente, mas guiado por uma profunda intuição capaz de elidir ou desmascarar verdades extraídas da mera aparência dos fenômenos, traços de uma realidade que só na atualidade têm sido encarados em tal dimensão.

Assim, faziam parte das inquietações de Sílvio Romero questões que, indiretamente, remetiam a problemas de linguagem. Não via com bons olhos a centralização da cultura brasileira no Rio de Janeiro. Argumentava que esse tipo de "unificação cultural" era lesivo por conduzir a um esquecimento das tradições e costumes de outros locais. Reconhecia também que o Rio de Janeiro se constituía o centro do purismo e de afetadas posições sobre a língua portuguesa falada no Brasil.

A propósito da atitude purista, observa:

"Um grande e deplorável abuso devemos desde logo assinalar: referimo-nos a certo e inveterado vício de encarar a questão (da língua) por uma face subjetiva e partidária de censura ou defesas incabida".²

Por isso, a questão deve ser tratada de um outro ângulo, isenta tanto quanto possível de guardiões e vigilantes que, por total

ignorância, investem contra as inovações lingüísticas e a natural mobilidade histórica das línguas.

“A questão é de fatos a coligir e a comprovar; é um problema de crítica, de lingüística e etnografia e não de ‘chicana’, queremos dizer de ‘retórica’ mesquinha... Não há uma língua mais correta que outra; porque não há uma língua típica e no seu próprio desenvolvimento um mesmo idioma pode ser mais ou menos opulento; porém nunca mais ou menos correto. Não se trata, pois, de elogiar ou vituperar a linguagem de Portugal ou a do Brasil. De resto, um povo fala e traja como quer e os pedantes da língua se parecem com os pilantras da moda”.³

Este ajuste (ou reajuste) de ótica é que confere a Sílvio Romero o estatuto de polemista, haja vista a segura percepção das atitudes lingüísticas formuladas por vários intelectuais brasileiros da época, em torno da questão da língua, que a captavam de um prisma impressionista, centrado, portanto, na mera aparência da realidade sensível da fala. Daí reconhecer, sobejamente, que *“Não existem, por enquanto, observações seguras e amplas e quase nada de positivo possuímos neste sentido”*.

Apesar de não ser um lingüista, nem mesmo no sentido que o termo tinha na época, mas um autodidata como muitos outros de seu tempo, e de não se achar munido das nascentes idéias lingüísticas de então, por exemplo, as pesquisas em dialetologia e geografia lingüística alemã, iniciadas por Georg Wenker (1881) e seguidas, posteriormente, pelo suíço Jules Gilliéron, não se deixou guiar por simples palpites, nem se dominar pelo credo do purismo. Exibia uma visão do fenômeno das inovações lingüísticas, de certo modo projetada para o que, hoje, denominamos de perspectiva sócio-lingüística das variações da fala. De fato, a sua própria intuição o levava mais para esboçar uma concepção racional do fenômeno observado, do que para assumir posições radicais e subjetivas.

Ao se referir às modificações regionais do português do Brasil, teve intuições louváveis. Discordando da idéia da existência de um dialeto brasileiro, com características acentuadamente distintas em relação ao português de Portugal, enfatizou que nas várias províncias que compõem o Brasil não há dialetos particulares, mas regionalismos ou provincialismos. A esse respeito, as palavras de Sílvio Romero vêm cheias de humor e ironia:

“Temos ‘provincialismo’ mais ou menos fortes de pronúncia que, se não devem ser exagerados, como o praticam alguns fantasmas para fazerem crer que

estamos no país das quimeras, das antinomias absolutas, de norte a sul, dos 'El Dourados' centrais, que ocultam monstros e brilhantes, maravilhas e prodígios de que vão sair vinte nações e outras tantas raças, línguas e literaturas..."⁴

Esta questão, aliás, se articula com uma polêmica já bastante difusa, que fez correr muita tinta, gerada pela atribuição de que o português do Brasil é um dialeto do português de Portugal. Sílvio Romero não deixa por menos e dá uma lição de modernidade ao se manifestar sobre o que entende por dialeto:

*"O vocábulo 'dialeto' é tomado em três acepções bem distintas: como sinônimo 'impróprio' de 'língua' e 'idioma' em geral: 'forma interior' de uma língua e como uma 'subdivisão' de um idioma, correspondendo a uma subdivisão de um povo".*⁵

Ora, só mais de vinte anos depois é que o pai da Lingüística moderna, Ferdinand de Saussure, dá uma nova dimensão ao conceito de dialeto, ao encará-lo como um conjunto de inovações lingüísticas que se realiza numa dada superfície e, a isso, acrescenta: "existem tantos dialetos quanto localidades".

Por isso, Sílvio Romero nega, categoricamente, que a realidade lingüística brasileira se explique, levando em consideração a primeira e/ou a segunda acepção de dialeto, além de apontar para o caráter faccioso e pouco científico dessas duas noções. O caso do português do Brasil seria, portanto, compatível com a terceira acepção de dialeto que considera as inovações lingüísticas ocorridas, no mínimo, no plano horizontal, isto é, a mobilização da língua de acordo com as regiões, as localidades em que é falada.

Isso não quer dizer que ele já não intuísse a possibilidade de existência de inovações no plano vertical, social. É, exatamente, o que sugere esta passagem: *"...apresentamos aqui um pequeno glossário de termos estropiados pelo 'jargão' das classes baixas..."* Esta concepção vem bem mais consolidada em um outro texto de 1908, que trata da divisão radical entre a língua popular e a língua dita culta.

Ao salientar que esta fronteira é estabelecida por estudiosos poucos cômicos dos problemas lingüísticas e culturais, resgata e reforça essa idéia germinar de uma variação social da linguagem, quando diz: "Esta questão de língua 'popular', língua 'vulgar', língua da 'plebe', do 'vulgo', há de ser reduzida às legítimas proporções". E na mesma linha de argumentos, prossegue:

"Acontece com a linguagem o mesmo que se dá com a 'ciência' e com a 'lógica'.

A velha metafísica tinha conferido a estas duas criações do espírito uns foros de coisas raras, quase sobrenaturais.

A 'ciência' era predicado de privilegiadas inteligências, a 'lógica' um artefato produzido por gênios raros...

Tudo isto é hoje sonho e miragem. A decantada 'ciência' não passa do mesmo conhecimento 'vulgar', um pouco mais metodizado e desenvolvido: a encantada 'lógica' não é mais do que a sistematização dos processos ordinários, espontâneos, do raciocínio. É o que se dá com a linguagem. A tão gabada língua dos escritórios é a mesma língua do povo, mais polida apenas".⁶

Não só o problema da mobilidade social da língua está realçado e discutido nesta passagem, mas também uma questão bem mais sutil: a intenção de desmistificar o discurso científico como o único a produzir verdades, simplesmente porque sobre ele incide a razão. Ora, este argumento faz vislumbrar mais um pressuposto da atual pesquisa sócio-lingüística, que é a problemática do prestígio social de determinadas modalidades ou variedades lingüísticas, manifestadas tanto no ato de resistência às mudanças lingüísticas efetivas ou em curso, nas formas de circulação dos discursos, quanto em situações de plena receptividade. Aliás, este fenômeno já tinha sido notado por Sílvia Romero sobre as relações lingüísticas luso-brasileiras como um prolongamento às relações de poder. Eis, portanto, a sua observação:

"...temos conhecido muitos brasileiros, que, tendo estacionado por anos em Portugal, voltaram de lá falando como se fossem filhos dali, o que nunca mais perderam de todo; ao passo que não conhecemos um só português que tenha perdido aqui o seu velho 'sotaque'".⁷

A formação liberal de Sílvia Romero é que sustentava a sua forte inclinação para colocar em pé de igualdade e valor as diversas modalidades e inovações lingüísticas existentes, embora tenha deixado transparecer o seu lado conservador, elitista mesmo e estetizante de suas preferências lingüísticas. Destacam-se, porém, as idéias que reivindicavam igualdade de estatuto às diferentes variedades da língua.

Por outro lado, Sílvia Romero percebe um fenômeno muito curioso e com certa ênfase argumenta que existe uma tendência infundada em se atribuir a São Paulo toda e qualquer sorte de desvio lingüístico. Esta atitude leiga de estudiosos de seu tempo, pouco informados da realidade lingüística brasileira, levou-o às seguintes ponderações:

"Há entre nós um certo vício infundado de atribuir excelência e originalidades a São Paulo em tudo que se refere à vida intelectual e material brasileira".⁸

Esta colocação é feita a propósito do emprego da expressão “agorinha” e do possessivo pleonástico “dele”, “dela”, tidos como exclusivamente paulistas, mas que possuem amplo uso no Brasil, inclusive no Nordeste. Nada mais atual do que essa denúncia. Ainda hoje há quem atribua a São Paulo a originalidade de certas características de linguagem evidentes em certas regiões do interior do Estado. A atribuição dessas pseudo-originalidades, não raro, vem acompanhada de toda sorte de preconceitos.

Sirva-se de exemplo o caso do /r/ retroflexo ou dito pejorativamente caipira por paulistas. Sabe-se que esse fenômeno está longe de ser uma exclusividade do falar de determinados locais sulistas, nem também tem procedência a idéia de originalidade paulista. O mesmo fenômeno existe em Alagoas e nas regiões fronteiriças entre este Estado e Pernambuco e é de uso amplo nas diversas classes sociais, embora a letrada se dê ao luxo de exercício esmerado de policiamento lingüística. Que este traço de pronúncia tenha emigrado para outras regiões do Sul, para o Paraná, por exemplo, a partir de São Paulo, é um fato historicamente explicável, mas que se tenha deslocado para a região Nordeste é muito pouco provável, pois não se registrou esse tipo de deslocamento populacional no quadro histórico das emigrações do país.

Ainda, no âmbito dessas denúncias, refere-se ao uso de “mecê” e ao tratamento de segunda pessoa, não como emprego exclusivo de São Paulo, mas comum ao Brasil inteiro. Para ele, essas atribuições quando não são produtos de ignorâncias, impressionismos, fantasias, são tendenciosas, carregadas e reveladoras do mais obtuso purismo.

Levantou-se também contra a tese do “acastelhanamento” da língua portuguesa do Brasil, por considerá-la falsa e sem raízes históricas sólidas que a explicassem cientificamente. Contesta este fato a partir de pequenas interrogações dirigidas ao ilustre historiador Varnhagen que o sustentava. Aponta para a unilateralidade da tese, argumentando que o fenômeno da assimilação ou influência lingüística não se processa apenas de um ângulo e estaticamente. Mesmo que se tratasse de uma verdade insofismável, não era um fenômeno americano devido simplesmente à vizinhança lingüística. A propósito, ressalta:

“Não viu este escritor (Varnhagen) que o contato com os castelhanos no Brasil foi mínimo em todo tempo; que, ao contrário, Portugal tem estado com eles em maiores relações? A ação castelhana devia-se mais sentir no reino, onde até foi moda de 1500 a 1600 escrever em espanhol”.⁹

Ainda nesta mesma linha de contestação, acrescenta:

“...as alterações das línguas européias na América não se produz (sic) só no Brasil; o ‘espanhol’ das repúblicas americanas também se vai ‘transformando’. A que se deve este fato? Sem dúvida ao ‘contato com o Brasil’, responderia o Sr. Varnhagen.”¹⁰

Termina por concluir que o ilustre histodador teve uma visão impressionista, assentada na aparência de certas alterações lingüísticas que se processavam no Sul do Brasil, no espaço íntimo de contato entre os dois povos e generalizou o fenômeno sem o devido cuidado de verificar que essas influências não ressoavam em regiões distantes do norte e do centro do país, onde a língua portuguesa também se alterava, mas não devido ao contato com o castelhano. Acrescenta ainda que Varnhagen fantasiou a realidade lingüística do país, profetizando uma mesclagem, já em plena ascensão, não explicável nem geográfica, nem historicamente.

Neste particular, aponta as causas que, para ele, são responsáveis mais diretamente pelas alterações e inovações das “Línguas européias na América” e evoca fatores como o meio, o clima e a raça, além de outros “mais particulares e obscuros”.

Aqui, estão patentes os princípios científicos de sua época, hoje sem eco no contexto da explicação científica do fenômeno em questão. Apesar disso, as suas posições são mais para recolocar o problema, se não em seu lugar definitivo, mas fora daquele que vinha sendo posto e que em nada correspondia à realidade dos fatos.

A presença da concepção evolucionista da linguagem se manifesta em várias outras situações de análise e interpretação da realidade lingüística brasileira e portuguesa, não chegando nem mesmo a evitar prognósticos do tipo: “nossa língua caminha para tornar-se um dialeto”, em que a noção de dialeto se confunde com a de língua, no caso, uma nova língua. E ainda, ao se referir a determinados casos de alterações fonética do português do Brasil, opina que, no momento, não se podem abonar sistematicamente de acordo com o que preceitua a Lei de Grimm: *“Quando por esta lei se produzirem elas invariavelmente, o luso-brasileiro constituirá um dialeto do português europeu”*. Aqui não só a concepção de dialeto como de formação lingüística substancial a partir de uma matriz homogênea é resgatada, mas também se patenteia a ideologia evolucionista que o impele a interpretar questões lingüísticas numa perspectiva de natureza determinista.

De fato, o que mais limitava a sua mentalidade a esse respeito era a sua profunda confiança no conceito evolucionista de “organismo” da língua. A este fator limitativo soma-se o crédito que conferia à

natureza determinista da Lei de Grimm e à trilogia taineana. Esta crença prejudicou-o em suas instituições sobre a língua, vedando-o de uma mais ampla percepção do social na linguagem. Estes dois fatores impediram-no de projetar o fenômeno das alterações e inovações, no caso do transplante do português para a América, no eixo dos fatores sócio-culturais como motivos sobremaneira determinantes.

Mesmo assim, foi capaz de alternar posições sobre estes fenômenos de linguagem. Com efeito, as modificações do português não eram, para ele, uma exclusividade do português da América: "tanto aqui como lá a língua se foi desenvolvendo, ou alterando, como quiserem". A passagem seguinte é reveladora de seu poder de intuição ao exibir alguns conhecimentos de geografia lingüística, método, aliás, que iniciava seus primeiros passos na Europa do final do século passado:

"Desde que a corrente se tinha bifurcado, cada um dos veios novos começou a modificar a parte, independente um do outro. A língua não é hoje em Portugal a mesmíssima de 1500; não é também no Brasil.

Acresce que, não sendo as modificações feitas de acordo entre os dois países, o que seria por natureza impossível, o português do Brasil difere muito do de Portugal. E (sic) isto um fato orgânico do desenvolvimento lingüístico e não há aí motivo para mágoas ou zombarias".¹¹

Esta passagem, além de revelar uma profunda consciência das dimensões do fenômeno, coloca Sílvio Romero no itinerário da concepção saussureana sobre o transplante de uma língua para outro território. Vejamos pois o ponto de vista de Saussure:

"Não se deve imaginar que o idioma transplantado se modifique sozinho, enquanto o idioma originário permanece imóvel; o inverso não se produz tampouco de maneira absoluta; uma inovação pode nascer de um lado, ou de outro, ou nos dois ao mesmo tempo".¹²

Não obstante os excessos e um certo ortodoxismo nas argumentações, as idéias lingüísticas de Sílvio Romero inauguram uma nova fase na história da mentalidade intelectual brasileira em relação ao campo de conhecimento em questão. Foram, antes de tudo, um instrumento voltado para a interpretação de nossa realidade lingüística-cultural e um depoimento vigoroso sobre o itinerário da cultura e da língua popular brasileira. Com o seu patriotismo, sem ufanismo, abriu, com suas idéias, uma espécie de perspectiva heterodoxa, como podemos constatar em relação ao tratamento dado

ao português do Brasil, que só em nossos dias começa a ser devidamente explorada.

Foram poucas as posições dessa natureza em sua época e no ambiente intelectual em que viveu. A atualidade de algumas de suas intenções nem mesmo exibem os mais esclarecidos gramáticos ou intelectuais de seu tempo. Basta que se abra uma gramática da época, a de João Ribeiro, por exemplo, ou que se analise um depoimento de um de seus contemporâneos, como Rui Barbosa, para se notar o esforço exagerado despendido para dissociar radicalmente os dois níveis de língua, sempre a elevar o dito culto e a estigmatizar o popular ou vulgar.

Concluindo, é oportuno mais uma vez o depoimento do professor Antônio Cândido quando salienta com justiça que "o que se tira de Sílvio Romero com uma das mãos, é preciso dar de volta com a outra".

NOTAS

- ¹ CÂNDIDO, Antônio. In Sílvio Romero — *Teoria, Crítica e História*, p. XI, Introdução. São Paulo, LTC — EDUSP, 1978.
- ² ROMERO, Sílvio. "Transformações da Língua Portuguesa na América", p. 290, *In O Português do Brasil — Textos Críticos e Teóricos*. 1 — 1820-1920, *Fontes para a Teoria e a História*. Seleção e apresentação de Editti Pimentel Pinto. Vol. I, São Paulo, LTC — EDUSP, 1978.
- ³ Idem, p. 290.
- ⁴ Idem, p. 292.
- ⁵ Idem, p. 291.
- ⁶ ROMERO, Sílvio. "A Questão Ortográfica", *in O Português do Brasil*. P. 328.
- ⁷ ROMERO, Sílvio. "Transformações da Língua Portuguesa na América", *in O Português do Brasil*. P. 311.
- ⁸ Idem, p. 292.
- ⁹ Idem, p. 312.
- ¹⁰ Idem, p. 312.
- ¹¹ Idem, p. 316.
- ¹² SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*, p. 228, São Paulo, Cultrix, 1969.

SERGIPANAS NO CONVENTO DA SOLEDADE DA BAHIA

Luiz Mott

Depto. de Antropologia, UFBA.

Havendo, desde o início da colonização do Brasil e ao longo dos primeiros séculos de nossa história, grande falta de mulheres brancas no Novo Mundo, não interessava à Coroa Portuguesa o enclausuramento religioso das filhas da terra, posto urgir ocupar com a máxima presteza o imenso território colonial com cidadãos de “sangue puro”, isto é, brancos cristãos-velhos, descendentes das mais antigas famílias da velha Lusitânia. Daí as dificuldades impostas pelas autoridades do Reino na ereção de conventos e recolhimentos femininos nas terras de Santa Cruz, malgrado as constantes solicitações e ofícios enviados por moradores de diferentes Capitanias, à Corte de Lisboa, requerendo autorização para a abertura de casas pias destinadas a abrigar donzelas, viúvas virtuosas ou mesmo madalenas arrependidas desejosas de abandonar o mundo imundo.¹

Embora desde os primeiros anos da colonização haja notícia da existência de “casas de recolhimento” nas cidades de Salvador e Olinda, residências privadas onde alguma matrona respeitável abrigava outras mulheres também de reconhecida virtude, para viverem um arremedo de vida conventual, porém sem votos nem autorização eclesiástica ou real², somente em 1677 é que chegam na Bahia as primeiras Clarissas de cidade de Évora, fundando na Capital da Colônia nosso primeiro mosteiro de religiosas: o Convento do Desterro, que em apenas dez anos de existência, logo completou às 50 vagas de clausura.³

Depois do Desterro, já no século XVIII, novos conventos e recolhimentos femininos são autorizados, destacando-se o Convento

da Ajuda e de Santa Tereza, no Rio de Janeiro; o Recolhimento das Macaúbas, em Minas Gerais; o Recolhimento de Nossa Senhora da Luz, em São Paulo. Em Salvador, por ser o coração da América portuguesa, foi a localidade onde existiu, no período colonial, o maior número destas instituições recoletas: após o Convento do Desterro, em 1725 concluem-se as obras do Recolhimento da Santa Casa de Misericórdia e outro menor, dedicado ao Bom Jesus dos Perdões. Em 1735 é a vez da inauguração do Convento das Ursulinas, de Nossa Senhora das Mercês, e em 1739, o jesuíta Padre Gabriel Malagrida (1698–1761), o mais controvertido e venerado taumaturgo do Norte e Nordeste setecentista, funda nos arrabaldes de Salvador o Convento do Santíssimo Coração de Jesus da Soledade, contando para tanto com generosas esmolas de seus devotos e a proteção do Vice Rei, o Conde de Galveas, convento que teve sua Provisão aprovada por D. João V em 1741, passando à categoria de convento de religiosas em 1751, por Breve do papa Bento XIV.⁴

Este convento organizou-se de acordo com a regra das Ursulinas de Santa Angela de Médici, e embora menos famoso que o Desterro, já em 1764 contava com 81 celas, sendo as religiosas servidas por 35 escravas. Alguns anos mais tarde, em 1775, tal era a população residente neste mosteiro: 38 religiosas, 8 educandas seculares, 1 recolhida, 2 hóspedes agregadas, 24 servas forras, 7 escravas da comunidade e 35 escravas particulares, perfazendo um total de 115 pessoas: era o quarto convento feminino em número de professoras, após o Desterro, as Mercês e a Lapa.⁵

Consultando o *Catálogo das recolhidas que entraram neste Convento da Soledade*, com data inicial de 1739, localizamos diversas moças naturais da vizinha capitania de Sergipe del Rei entre as professoras, e por tratar-se de notícia inédita nos estudos sergipanos, consideramos que a divulgação de tais nomes poderá ser de utilidade para os estudiosos da história social e religiosa desta região nordestina. Cumpre notar, à guisa de introdução, que nos séculos passados, os conventos femininos funcionavam muito mais como recolhimentos, para não dizer prisões, para moças e mulheres que não conseguiam casamento à altura das expectativas sócio-econômicas de seus pais, do que como espaço destinado ao cultivo da piedade e caminho à perfeição.⁶ Muitas famílias da elite, por não disporem de recursos suficientes para o pagamento do “dote”, ou por não encontrarem pretendentes de sangue puro e da mesma condição sócio-econômica, preferiam internar suas descendentes nestas instituições religiosas, independentemente da donzela desejar ou não seguir a vida enclausurada. Provavelmente, tais foram os móveis das famílias sergipenses quando enviaram suas

descendentes para o Convento da Soledade da Bahia: Sergipe del Rei, nos setecentos, carecia de mancebos brancos, de boa estirpe, possíveis cônjuges para as herdeiras de aristocracia; aí optaram seus pais pela reclusão das mesmas intra-muros, na vizinha Bahia, do que correr o risco de casá-las com pretendentes de inferior condição, raças misturadas, ou pior, como acontecera com algumas das melhores famílias locais, serem ludibriadas por falsos solteiros que na verdade eram casados no ultramar, e quando descoberta a fraude, acabaram sendo processados pelo crime de bigamia, uma das contravenções perseguidas pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição.⁷

Desde a fundação do Convento da Soledade, se nota a presença de donzelas procedentes da região sergipana: dentre as primeiras fundadoras a serem enclausuradas, “cinco eram naturais do Sertão do Rio São Francisco” expressão que na época praticamente equivalia ao território de Sergipe del Rei. Eis seus nomes: Arcângela dos Anjos, que foi a primeira Regente desta comunidade; Irmã Joana Damasceno, Irmã Jerônima de Santo Jó; Irmã Custódia do Sacramento e Irmã Antônia Maria de Jesus. Nada sabemos sobre a ascendência destas recolhidas, nem de que freguesia procediam: não seria de todo infundado conjecturarmos que em suas caminhadas pelo sertão nordestino, o Padre Malagrida tenha percorrido também as terras de Sergipe — posto constar em sua biografia uma passagem pelo sertão do S. Francisco quando do Maranhão veio missionando até o sul da Bahia⁸, tendo, portanto, conhecido nesta região as tais donzelas que vieram a ser as fundadoras, juntamente com o jesuíta, da Soledade.

Irmã Beatriz Maria de Jesus, a segunda Regente deste mosteiro, era natural da Freguesia de Nossa Senhora de Abadia do Rio Real, da Comarca de Sergipe del Rei, filha do proprietário João Batista Correia e de Antônia dos Santos Siqueira. Juntamente com ela vieram mais duas filhas deste casal: as Irmãs Antônia Maria de Jesus e Teresa Maria de Jesus. A mais velha, Irmã Beatriz Maria de Jesus ocupou vários postos de destaque dentro desta comunidade cordícola: foi primeiramente assistente da Regente no primeiro triênio da fundação, depois, a partir de 27 de março de 1748, entrou na Regência do Convento, governando-o por cinco anos e quatro meses: durante este tempo, realizou diversas obras na instituição, apaziguado os ânimos dos Irmãos da Confraria da Soledade que disputavam com as freiras certos direitos em relação à capela do Convento, “porém tudo venceu, ficando a Comunidade em paz.”⁹ Ainda entre as realizações desta sergipana, citem-se: a colocação do Santíssimo Sacramento no altar, a confecção dos confessionários

da igreja, a fundação do Educandário de donzelas, com mestras para o ensino das educandas tanto para tocar música e cantar, como para ler e escrever. Pelo visto, a inteligência e autoridade desta filha de Sergipe foram fundamentais para a consolidação desta casa pia fundada pelo jesuíta italiano.

Ainda em 1739, consta no Catálogo das religiosas da Soledade o nome de outra sergipana: Irmã Teresa de Jesus Maria, “natural de Sergipe del Rei”, isto é, provavelmente de São Cristóvão, filha de Máximo Luís da Penha e de Dona Ana Pereira de Matos.

No ano seguinte, 1740, mais duas donzelas da mesma capitania: Isabel da Costa de Jesus, “natural de Estância de Santa Luzia”, filha de Domingos Vieira de Melo e de D. Maria Carvalho da Costa, e Antônia de Jesus Maria, também nascida na mesma freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe da Estância, pertencente à vila de Santa Luzia do Itanhi, filha de Domingos Afonso Lena e de D. Maria Silva, a qual faleceu antes de professar.

Ainda nesta mesma década, outras sergipanas são enclausuradas no mesmo Convento da Soledade: em 1745, Irmã Angela da Encarnação, procedente de Santa Luzia, filha de Leandro Vieira de Melo e Eugênia (ilegível), e Irmã Bernardina de (ilegível), filha de Domingos Rodrigues e Isabel da Costa de Jesus, todos residentes na mesma vila de Santa Luzia. Em 1748 é a vez de entrar para a Soledade a jovem Lourença de Jesus, de Estância, filha de (ilegível) e Lourença Rodrigues Barbosa. A frequência de donzelas procedentes da mesma vizinhança revela que certamente tais famílias deviam ser aparentadas, ou manter contatos pessoais, lançando mão dos laços de amizade para trocar informação sobre esta importante decisão familiar, representada pelo envio de uma filha para local distante vários dias de viagem da terra natal.

Em 1745 inaugura-se a presença de sergipanas procedentes da região do rio Cotinguiba entre as religiosas ou educandas recolhidas na Soledade: Maria de São José é a primeira desta lista, filha de Manuel Suzarte de Siqueira e de D. Antônia Maria de Melo. Em seu registro consta ter professado como religiosa de véu preto, fazendo portanto o voto perpétuo de pobreza, castidade e obediência. Este Manuel Suzarte de Siqueira era natural de Santarém, no Ribatejo, e fora casado (primeira vez?) com Maria Andrade (Melo), natural da Cotinguiba; era Cavaleiro da Ordem de Cristo e grande proprietário. Seu neto, Domingos Dias Coelho, foi o primeiro sergipano nato a receber a comenda e venera de Familiar do Santo Ofício da Inquisição, fato ocorrido em 1764.¹⁰

Entre 1782-1797, cinco filhas de um rico proprietário de engenhos da Cotinguiba, Leandro Ribeiro Siqueira e de D. Maria Diniz

de Mello, são enviadas para o Convento do Santíssimo Coração de Jesus da Soledade: Irmãs Ana Josefa Perpétua, Eustáquia Maria de Santana, Maria Angélica de São José, Joaquina Perpétua do Coração de Jesus e Emerenciana. Eram todas moradoras nos Engenhos São Paulo e Conceição do Campo Grande e aparentadas com o citado Familiar do Santo Ofício.

Outra importante cepa sergipana a enviar duas de suas filhas a recolher-se na Bahia, sempre no mesmo Convento da Soledade, foi a família do Coronel Pedro Vieira de Mello, casado com Josefa Vieira de Mello: a primeira representante deste clã a enclausurar-se foi Joana Josefa de São Pedro, nos últimos anos do século XVIII, seguida por D. Antônia Maria das Mercês, em 1803. Passam-se algumas décadas sem novas filhas de Sergipe baterem às portas deste secular convento, até que em 1831, D. Josefa Vieira de Mello, com apenas 13 anos de idade, filha do Coronel José Agostinho da Silva Daltro e de D. Maria Diniz de Mello, é recebida na Soledade. Também natural da Cotinguiba, esta donzela possui o mesmo nome e sobrenome da mãe das outras duas religiosas que a precederam, sendo todas aparentadas entre si. Em 1848 é a vez de outra moçoila de 16 anos, procedente da próspera freguesia de Santíssimo Coração de Jesus das Laranjeiras, D. Maria Diniz, portadora do mesmo nome da mãe da anterior, só que filha de José Gomes da Silva e de D. Josefa Maria de Santa Clara. Neste mesmo ano, outra menina, Francisca de Melo Freire, de 11 anos, procedente de Nossa Senhora de Guadalupe da Estância, é enviada para o mesmo educandário: era filha de Torquato José de Mello e D. Joana de Jesus Maria. Parece que foram todas juntas neste mesmo ano de 1848, levando consigo a mais jovem das internas de Sergipe a viver na Soledade: Maria Rosa, filha de José Maria de Sousa e D. Francisca Joaquina, com a idade de tão somente dois anos. Diz o documento que esta menina, natural de Estância, foi retirada do Educandário da Soledade em 1850. Também neste mesmo ano entrou para o Convento D. Isabel (ilegível), 28 anos, filha de Francisco José de Araújo e de D. Maria Manoela, moradores na mesma freguesia do precedente. Em 1853, outra donzela do mesmo lugar: Josefa Maria de Jesus, 18 anos, filha de Domingos Correia Pimentel e de D. Maria Madalena de São José. Encerra a lista das educandas do Convento do Santíssimo Coração de Jesus a menina D. Marlene Freire de Melo, recebida em 1870, com 10 anos de idade, filha de Justiniano Freire de Melo e de D. Maria Pastora Freire de Melo, residentes também na Estância. Por esta época contava a Soledade tão somente 11 religiosas.

Cumprir notar, à guisa de conclusão, que esta relação de sergipanas entradas no Convento da Soledade inclui tanto religiosas, que depois de recolhidas desejaram e foram aptas a receber o véu preto de professoras, como também moçoilas ou mesmo meninas pré-adolescentes que estiveram nesta instituição com finalidade de se educarem, temporariamente. Algumas, tudo faz crer que após alguns anos dentro da Soledade, saíram, quer para constituir nova família, quer para retornar à casa paterna. Outras, recebidas inicialmente como educandas, encaminharam-se para a vida religiosa, como a filha de Manuel Suzarte de Siqueira, Irmã Maria de São José, 1754.

Somente uma pesquisa mais minuciosa poderia responder a algumas indagações que este rol de sergipanas residentes no Convento da Soledade, entre 1739-1870, suscita: por que a concentração de filhas de Sergipe exatamente neste mosteiro? Haveria outras sergipanas professoras ou educandas nos demais conventos femininos da Bahia? Quais os laços parentais ou de outro tipo que uniria as famílias sergipanas aqui citadas, cujas filhas viveram por algum tempo, ou até à morte, na Soledade de Salvador? O que teria significado, para as educandas que retornaram à Sergipe del Rei, o fato de terem sido instruídas, acima da média de suas contemporâneas? Que peso teria, para algumas das filhas de Sergipe internadas na Soledade, o fato de serem parentas próximas de um Familiar do Santo Ofício da Inquisição?

Que outros pesquisadores aprofundem o que apenas tivemos a intenção de esboçar. E deixo mais uma pista a quantos se interessarem por temas freiráticos: no famoso Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de Monte Alegre, mais conhecido como Recolhimento dos Macaúbas, em Minas Gerais, fundado pelo alagoano de Penedo, Félix da Costa, em 1716, ereto segundo a regra das Franciscanas Concepcionistas, a partir de 1749 governou esta comunidade como Regente a Irmã Antônia da Conceição, "natural de Sergipe". Quem era, de onde veio, como chegou às Minas Gerais, que desempenho teve nesta comunidade, são questões que ainda ficam sem resposta.

NOTAS

- ¹ AZZI, Rioldo. *A Vida Religiosa no Brasil*. São Paulo, Edições Paulinas, 1983.
- ² MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial*. Ed. Campos (no prelo)

- ³ NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. *O Convento do Desterro da Bahia*. Salvador, Editora Indústria e Comunicação, 1973.
- ⁴ UNIÃO ROMANA DA ORDEM DE SANTA ÚRSULA. *Recopilação memorável da Fundação do Convento Ursulino do Santíssimo Coração de Jesus da Soledade*. Salvador, mimeo, 91 pgs. 1981.
- ⁵ NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira. *A Postura Escravocrata no Convento de Religiosas*. Salvador. CEB nº 142.
- ⁶ SOEIRO, Susan. *A Baroque Nunnery: The Economic and Social Role of a Colonial Convent, Santa Clara do Desterro, Salvador, Bahia – 1677-1800*. Tese de doutorado, New York University, 1974.
- ⁷ MOTT, Luiz. *A Inquisição em Sergipe*. Aracaju, FUNDESC, 1989.
- ⁸ MURY, Paulo. *História do Padre Gabriel Malagrida*. Lisboa, Ed. Matos Moreira, 1875.
- ⁹ *Recopilação Memorável*, op. cit.
- ¹⁰ MOTT, Luiz. *A Inquisição em Sergipe*. Op. cit., p. 62 e ss.

OS VELHOS COMANDANTES — LUIZ MENDES DE MORAES

Arivaldo Fontes

Ex-Professor do CMRJ

Ao assumir a direção do Colégio Militar (2º Comandante efetivo) a 1º de julho de 1891, acabara de ser promovido a Coronel, por merecimento, a 7 do mesmo mês.

Chegara de Sergipe, onde exercera a Presidência do Estado, designado pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

Seu trabalho, como Presidente, fora bem árduo. Alguns republicanos históricos, encabeçados pelo Coronel da Guarda Nacional, Vicente Luiz de Oliveira Ribeiro, procuraram dificultar a sua gestão.

Assumira aquela função política a 26 de janeiro de 1891 e a 28 de maio do mesmo ano passara o cargo ao seu substituto, exatamente o Cel. Vicente Ribeiro, que fora nomeado Vice-Presidente do Estado.

A sua enérgica atuação é recordada por Ariosvaldo Figueiredo em *História Política de Sergipe* (1º Vol.): “ele prefere manter a ordem e presidir, com dignidade, as eleições para a Assembléia Constituinte”. E conclui: “porque não quis pactuar com as falcatruas daquele político, candidato à Presidência de Sergipe, é demitido pelo Marechal Deodoro”, porém, “cresceu no respeito da opinião pública”.

Também Acrísio Torres, na sua *História de Sergipe* afirma que o Cel. Vicente Ribeiro “obteve do governo federal a pronta e imediata demissão do Presidente”.

Ao chegar ao Colégio Militar apresentava uma carreira pontilhada de estudos e de trabalho.

Nascera na então província de São Paulo, a 13 de julho de 1850.

Praça de 1867, alcança o posto de Alferes-Aluno em 1872. As promoções se sucedem: 2º Tenente em 1873, 1º Tenente em 1874, Capitão em 1876 e Major em 1882.

Toma parte ativa nos acontecimentos de 1889 e é promovido a Tenente Coronel, a 7 de janeiro de 1890, por serviços relevantes à causa da República.

Era engenheiro militar e bacharel em matemática e ciências físicas.

Foi professor adjunto do Curso de Infantaria e Cavalaria na Escola do Rio Grande do Sul.

Começou um trabalho sério de ampliação do Colégio Militar.

Constrói o edifício do Este, destinado às aulas e ao dormitório (através de um longo passadiço fazia-se a ligação entre os dois prédios existentes àquela época).

Cria a biblioteca escolar, que recebeu 87 volumes oferecidos pela Livraria Garnier. Também inaugura o Gabinete e o Laboratório de Ciências Físicas e Naturais, a Sala d'Armas, o campo de exercícios, o picadeiro e a piscina.

Incentiva a criação da Sociedade Literária e Dramática, em 1892.

E a 9 de outubro de 1893, deixa o comando daquela Casa.

Vem o quadriênio Prudente de Moraes e assume a Chefia da Casa Militar.

No dia 5 de novembro de 1897 acompanha o Presidente e o Ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt, ao Arsenal de Guerra, na ponta do Calabouço, a fim de receber contingentes de tropas que regressavam de Canudos.

Na ocasião o anspeçada Marcelino Bispo de Melo tenta assassinar Prudente de Moraes.

Em defesa do Presidente é golpeado a faca no abdômen pela referida praça, que já ferira mortalmente o Ministro da Guerra.

Mesmo sangrando, ainda tem forças para conduzir o Presidente da República ao seu carro.

A 15 de novembro de 1897 é promovido a General-de-Brigada. E a de General-de-Divisão vem em 1903.

Assume a pasta da Guerra a 27 de maio de 1909, no governo Afonso Pena. Mas o velho político mineiro falece poucos dias depois e, com a ascensão do Vice Presidente Nilo Peçanha, deixa a referida Pasta a 18 de junho de 1909. É substituído pelo General Carlos Eugênio de Andrade Guimarães.

Veio a reforma a 27 de maio de 1914. E o velho Marechal, bravo e disciplinado, falece a 20 de junho daquele ano.

FÁVILA NUNES, REPÓRTER EM CANUDOS

José Calasans

Júlio Procópio **Fávila Nunes**, que a princípio assinava Júlio Procópio Pereira Nunes, conhecido nas rodas jornalísticas do seu tempo por Fávila Nunes, foi correspondente especial da Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro, junto às forças em operações contra Antônio Conselheiro e seus milhares de seguidores no povoado baiano de Canudos, denominado Belo Monte, pelos jagunços. No *Calor da Hora*, livro de Walnice Nogueira Galvão¹, que contém vasto documentário a respeito dos repórteres e reportagens do evento, estão reproduzidas as cartas enviadas por Fávila Nunes, que escreveu, logo após o término da Campanha, um livro em fascículos, sobre a história da guerra fratricida.²

No presente estudo, vamos tentar reconstituir a biografia do jornalista, tratar de suas reportagens, dar uma notícia do seu livro, que julgamos não haver sido concluído.

Biografia de Fávila Nunes

Natural de Bagé, Rio Grande do Sul, nasceu a 9 de abril de 1854, filho de Manuel Pereira Nunes e Margarida Fávila Nunes. O pai foi alferes da Guarda Nacional, segundo consta em documento existente no Arquivo do Ministério do Exército. Fávila Nunes alegou, sem documentar a afirmação, que ainda menor, participara da Guerra do Paraguai. Cedo entrou para a vida militar servindo no 5º Regimento de Cavalaria Ligeira e depois no 1º Regimento da arma. Fez alguns cursos militares, alcançando o posto de 1º Sargento. Obteve baixa em 1878. Dedicou-se, então, ao jornalismo, escrevendo para jornais do Rio de Janeiro, tendo ainda fundado e redigido gazetas de efêmera duração, como o Diário do Brasil (1881),

Jornal da Noite (1822), Gazetilha (1883), conforme Sacramento Blake, que acrescenta haver sido Fávila Nunes sócio fundador da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em cuja revista colaborou.³ Temperamento polêmico, andou às turras com o conhecido jornalista Apulcro de Castro, cujo fim trágico, em 1883, abalou a opinião pública, tendo sido assassinado, em pleno dia, por oficiais do Exército, injuriados pelo jornal O Corsário, dirigido pela vítima.⁴

No Rio, passou a ser funcionário público, inicialmente no lugar de amanuense da antiga Comissão Vacínico-Sanitária de São Cristóvão, transferido, na reforma de 1886, para a Secretaria da Inspeção Regional de Higiene, tendo pedido exoneração do cargo. Tentou, sem proveito, a vida comercial. Afeiçoado ao regime republicano, melhorou de situação com a proclamação da República, vindo a ser diretor da Comissão Central do Saneamento do Rio de Janeiro.⁵

Dedicando-se aos trabalhos estatísticos, consoante Blake, publicou alguns opúsculos, relacionados no Dicionário. O mais importante deles, teria sido *“A População, Território e Representação no Brasil, comparada com Diversos Países do Mundo”*, editada, no Rio, em 1889. Conforme Sacramento, *“este trabalho, na parte relativa à representação nacional, serviu de base para a confecção da Constituição da República”*.⁶

Floriano exaltado, mereceu o posto de “coronel honorário” da República, sabendo-se que combateu, de armas nas mãos, a Revolta da Armada.

Em 1903, aos 49 anos de idade, estava gravemente enfermo, tendo um dos seus filhos, Francisco Fávila Nunes, a rogo do genitor, requerido sua inclusão no rol dos beneficiados pelo Asilo dos Inválidos, alegando sua condição de ex-sargento e oficial honorário. Sofria de arteriosclerose generalizada. Possuía família numerosa, não dispunha de recursos para se manter. Esteve internado no Hospital Central do Exército. Servira, ainda menino, no Corpo Provisório da Guarda Nacional, durante a Guerra do Paraguai, de 10 de fevereiro de 1866 a 15 de novembro de 1870.⁷ Seu pedido foi indeferido.⁸

Presença em Canudos

A Gazeta de Notícias, em sua edição de 17 de julho de 1897, noticiou:

“Anteontem seguiu a bordo do Itaperuna, com destino à Bahia, o Sr. Coronel Fávila Nunes, que, na qualidade de correspondente especial desta folha, vai acompanhar as

operações em Canudos. Confiado no zelo e nas habilitações do Sr. Fávila Nunes, que é um velho soldado da Campanha do Paraguai, contamos por esta forma, prestar informações mais completas sobre os acontecimentos da Guerra".

Outros jornais do Rio, de São Paulo, da Bahia, por intermédio de correspondentes especiais, acompanharam a luta sertaneja, segundo levantamento realizado por Walnice Nogueira Galvão.⁹ Manuel Benício, pernambucano, radicado em Niterói, representou o **Jornal do Comércio** (Rio); Cisneiros Cavalcante, alferes, morto nos primeiros combates, Manuel Figueiredo e Alfredo Silva trabalharam para **A Notícia**, também no Rio; **O Paiz** aproveitou os serviços de um combatente, tenente coronel José de Siqueira Menezes, com o pseudônimo de Hoche; o **Estado de São Paulo** mandou o mais famoso de todos, o engenheiro Euclides Rodrigues da Cunha; Lelis Piedade, Bahia, foi o informante do **Jornal de Notícias**. Alguns deles, Euclides da Cunha, Manuel Benício, Lelis Piedade, após o conflito, reuniram em livros o resultado de suas reportagens, dando-lhes feição especial, como foi o caso do autor de "Os Sertões". Fávila Nunes tomou um rumo diferente na publicação do seu livro. Resolveu fazê-lo em fascículos, com assinaturas. Parece que não chegou a concluir a tarefa. Como já observamos em nota de pé de página, somente temos notícia de um fascículo, o 3º, além de informação da imprensa carioca a respeito do lançamento do fascículo nº 1.

Fávila acompanhou o 24 B. I., comandado pelo Coronel Rafael Tobias, unidade integrante da Brigada Girard, mandada em auxílio das forças da 4ª Expedição, que com sérias dificuldades sitiavam o povoado do Conselheiro. Em Salvador, o primeiro trabalho do correspondente especial da **Gazeta de Notícias** foi entrevistar o governador do Estado, conselheiro Luiz Viana. Os adversários políticos do executivo Baiano, que eram atuantes, contando com a declarada simpatia de alguns chefes militares, haviam criado a luta de Canudos, ora de ter tendências contra o Exército, ora de não haver prestado a necessária ajuda às primeiras expedições. Objetivamente Fávila Nunes, que ouviu Luiz Viana no Palácio da Vitória, residência oficial do Governador, colocou em seu questionário tudo quanto se propalava a respeito das ações do entrevistado. Aproveitando para fazer um retrospecto de sua vida pública, o Governador não deixou pergunta sem resposta, defendendo-se com calor das acusações que lhe eram feitas.¹⁰ Querendo mostrar sua neutralidade, Fávila ouviu também o ex-governador do Estado, José Gonçalves da Silva, inimigo ferrenho de Luiz Viana, enviando um questionário para a Fazenda Piabas, município do Senhor do Bonfim,

onde morava o segundo entrevistado. As duas entrevistas revelam o grau de hostilidades recíprocas, o clima de luta existente nos quadros políticos do Estado. Fávila, diante da repercussão do seu trabalho de homem de imprensa, reconheceu que jogara mais pólvora no fogo crepitante da porfia provinciana. *"As entrevistas que tive, em razão do meu ofício, com os Srs. Luiz Viana, Governador, e o general José Gonçalves, chefe das facções políticas daqui, tem dado pano para as mangas. O major Febrônio, meu velho camarada e amigo, diz pelo Republicano de 25 de agosto, que o ilustre governador da Bahia forjicou "Interview", taxando-a de caricata. Por outro lado, o ilustre general José Gonçalves no mesmo jornal, diz que eu sou muito sagaz. Expliquemo-nos. Na minha qualidade de representante de um jornal neutro, não tenho nem devo ter política: devo ser o que sou — a personificação da neutralidade. Ver, ouvir e contar é a minha obrigação".*¹¹

O repórter passou por Queimadas e Monte Santo, pontos principais na jornada para Canudos, chegando ao local de embate sangrento a 19 de setembro. Durante o período em que esteve nas duas localidades, mostrou-se constante na remessa do noticiário ao seu jornal carioca. Nas cartas, revela seu apreço aos comandantes militares, referindo-se à estima pessoal que o ligava a muitos deles, quer do seu tempo de sargento de Cavalaria no Rio Grande do Sul, quer da época em que pelejou contra os revoltosos da Armada de Janeiro. No modo de tratar os oficiais demonstra sua posição política. Um republicano exaltado, convicto que o regime de 89 seria salvo pelos bravos soldados da Expedição de Artur Oscar. Os heróicos combatentes da causa republicana salvariam a obra magnífica de 15 de novembro. Não perdia o ensejo de elogiar os homens de farda. Falando o Ministro da Guerra, marechal Machado Bittencourt que ele viu chegando a Monte Santo, declara:

"Alta patente, ministro da Guerra, moço, robusto, simpático, sua presença neste sertão, em momento tão angustiado, é um poderoso alento, uma promessa de vitória, uma esperança fundada". A propósito de Artur Oscar diz haver o mesmo *"aclamado o primeiro herói da República"*. Falando do general João da Silva Barbosa, seu antigo comandante comenta: *"Tão valente e ousado no campo de batalha, quanto modesto e acanhado fora dele. Todos dizem — não parece um general — tal a sua lhanza com todos, conhecidos ou não, sejam ou não militares"*. A respeito, porém, dos jagunços sua linguagem é bem outra. Por exemplo: *"A nossa artilharia, hoje reduzida a Krupp 7 1/2, tem hostilizado*

que sabe alçar à bravura denodada de soldado, um belo coração de pai, dá gostosamente estas crianças a quem as queira tratar e por isso eu levarei à minha pobre Josefa. Quase todos os oficiais já têm uma desgraçadinha destas para proteger, o que se faz com o maior carinho e dedicação. Até o próprio general Artur Oscar tem uma e o general Barbosa, duas protegidas".¹⁵ Mais adiante, outra nota sobre as jaguncinhas.

"Enquanto reunia a minha tropa, um animal com cargas de barracas e alguns víveres para a viagem, outro com uma jaguncinha montada e o meu camarada, que tangia os animais, de pé, trazendo eu ao colo outra jaguncinha menor, olhei em redor de mim. Estava em pleno acampamento anterior ao assalto do dia 18 de julho".¹⁶ Noutro trecho dá o nome de suas pequenas acompanhantes, Josefa e Honória, por sinal irmãs.¹⁷

Voltando à capital federal, naturalmente com dificuldades financeiras, tomou a resolução de vender o caititu e as coisas levadas na canastra. Anunciou a venda pelas colunas da Gazeta de Notícias, a 23 de janeiro de 1898. O anúncio é interessante. Vale a pena conhecê-lo:

"Canudos: Vende-se um bonito caititu (porco do mato) apanhado em Canudos, atrás da igreja nova, onde foi criado. É muito manso e dá pelo nome de jagunço, e tão limpo que dorme até com crianças e acompanha qualquer pessoa como um cachorrinho. Para ver e tratar no Boulevard 28 de setembro, 75. Vila Izabel. Também se vende uma coleção de espinhos de Canudos, sendo: cabeça de frade, xiquexique, rabo de raposa, favela, caiumbí, etc."¹⁸

O livro de Fávila Nunes

Durante o desenrolar da Guerra de Canudos, a tônica da imprensa e dos pronunciamentos oficiais era o caráter monarquista do movimento sertanejo, que contaria com o apoio dos restauradores do Rio de Janeiro e São Paulo. Uma clara e bem articulada ameaça à República. Antônio Conselheiro e seus seguidores eram a vanguarda sebastianista, encarregada de desviar dos principais centros do país as forças republicanas para o bom êxito do ardiloso plano, no momento oportuno. Cada insucesso das tropas legais contribuiria para o reforçamento dos partidários da volta monárquica.

Salvar, pois, o regime instituído a 15 de novembro de 1889, era o grito de guerra dos jacobinos, dos florianistas que acusavam as

autoridades civis de fraqueza, senão mesmo, em alguns casos, de conivência com os saudosistas rebelados. Prudente de Moraes, Presidente da República, não ficou livre da pecha de fraco, faltando-lhe energia para esmagar o atrevimento dos partidários do Império. A Bahia e seu governador figuraram na lista dos suspeitos. Propalava-se ser a Velha Província o refúgio de uma idéia morta, a monarquia. Finda a refrega, Luiz Viana, num discurso de saudação ao general Artur Oscar, proclamou alto e em bom som que a *"Bahia é republicana porque o é e porque quer ser"*. Respondendo à saudação, o general vitorioso afirmou o republicanismo baiano. Os discursos deram que falar. Júlio Procópio Fávila Nunes, que durante o choque armado acreditava no monarquismo canudense, veio a público com outra interpretação.

O Jornal do Comércio, na seção **Gazetilha**, informou haver o general Artur Oscar, em seu pronunciamento na Bahia, declarado que Canudos não era um reduto monarquista. O general Carlos Eugênio de Andrade Guimarães, irmão do comandante em chefe da Quarta Expedição, também combatente em Canudos, pediu esclarecimentos ao mano, que retornara ao Recife. Oscar reafirmou o caráter anti-republicano da movimentação interiorana, informando que somente afirmara que *"a Bahia não é monarquista tal a ajuda que Luiz Viana prestara ao Exército"*. Diante do esclarecimento, Carlos Eugênio sustentou seu ponto de vista. Canudos era monarquista.

A 2 de janeiro de 1898, a Gazeta de Notícias divulgou uma carta de Fávila Nunes, nos seguintes termos:

"Sobre Canudos, 'O Paiz' publicou ontem, subordinada a este título, uma carta do meu amigo, general Carlos Eugênio e um telegrama também do meu velho amigo, general Artur Oscar, afirmando um e outro dos dois ilustres generais que a guerra de Canudos tinha intuítos monarquistas. Eu também pensei isso enquanto Canudos não caiu em nosso poder, mas a 5 de outubro, me convenci do contrário, visto que ninguém encontrou o menor indício de proteção por parte dos supostos inimigos da República. Uma população enorme, acumulada em seis mil ranchos, não tinha uma cadeira, uma mesa, uma só cama. Os combatentes não souberam utilizar-se de quatro canhões Krupp 75 e não sabiam fazer uso da alça de mira das carabinas que nos tomaram nas expedições anteriores. Viviam na mais absoluta miséria e morreram de fome e sede, sem ter ao menos quem lhe fizesse um curativo nos ferimentos

mais graves. Em que consistia, então, essa imaginária proteção monárquica?

Animado pelo Venerado Presidente da República, vou escrever a verdadeira história de Canudos. As causas da Guerra e de novos desastres são outras que ninguém quer dizer, mas eu direi, porque sou obrigado a dizer a verdade como testemunha ocular. 1 de janeiro de 1898.”¹⁹

O livro anunciado, uma publicação em fascículos, com o apoio financeiro de assinantes, apareceu em janeiro de 1898, quando foi lançado, segundo nota divulgada pela Gazeta de Notícias²⁰, nos termos seguintes:

“Está sendo publicada em fascículos, dos quais o primeiro sairá quarta-feira, a História de Canudos, escrita pelo nosso colega de imprensa Fávila Nunes, que a acompanhou nas últimas operações nos sertões da Bahia, como correspondente da Gazeta de Notícias. A autenticidade das informações bebidas in loco, assim como o espírito de análise imparcial que, segundo nos informaram, presidiu a elaboração deste trabalho, torná-lo-ão extremamente interessante para o público, ávido de conhecer toda a verdade sobre essa triste e curiosa página de nossa história.”

O projeto do livro, tal como se apresenta no fascículo conhecido, é deveras ousado. Mais de 1.000 páginas estavam anunciadas, custando cada fascículo 10\$000 (dez mil réis). A obra estava dividida em volumes e os volumes em fascículos. Para êxito financeiro do empreendimento editorial, o autor tentou as assinaturas. No fascículo nº 3, Vol. I, figuram 53 assinantes, numa relação que começava na letra “A” e terminava em “J”. Alguns dos soldados da Campanha, nela aparecem, entre eles o próprio Artur Oscar.

O fascículo III vai da página 29 até a página 40. Temos a impressão de um fascículo incompleto.

De que trata o exemplar em questão? Contém, na maioria de suas folhas, cartas de jagunços, certamente recolhidas pelo autor durante as invasões às casinhas dos conselheiristas. Algumas de indiscutível influência para o melhor conhecimento da vida cotidiana no Belo Monte. Outras, em número bem menor, falam da política nacional, da Revolta da Armada. Ocupando algumas páginas a famosa profecia citada por Euclides da Cunha. Por sinal, diz Fávila: “E para completar este capítulo (o de nº 3), vai aí a prova da máscula mentalidade do poderoso e tímido sebastianista que tanto assombrou o mundo. São as profecias que as copiei em Canudos do próprio original que se acha em poder do meu colega de imprensa, Dr.

Euclides da Cunha". O capítulo termina assim: "*Nos capítulos seguintes mostraremos quais os elementos que contrariam o Império do Belo Monte.*" O capítulo IV, uma única página, descreve a viagem do escritor até Queimadas.

Pelo visto, além das cartas dos jagunços, nada de importante, nenhum comentário crítico, nenhum estudo das causas do conflito de 1896-97.

O julgamento de Júlio Procópio Fávila Nunes, portanto, não pode ser feito com a leitura do seu "livro", senão pela sua condição de repórter de guerra, que em verdade lhe é favorável. Bom informante, embora dominado pela exaltação republicana.

NOTAS

- ¹ GALVÃO, Walnice Nogueira. *No Calor da Hora. A Guerra de Canudos nos jornais*. 4ª Expedição. São Paulo, Editora Ática, 1974.
- ² *Guerra de Canudos*, narrativa histórica por J. P. Fávila Nunes, correspondente especial da ***Gazeta de Notícias*** junto às forças em operação nos sertões da Bahia, Fascículo nº 3, Volume I, Rio de Janeiro. Typografia Moraes. Rua de S. José, 35. 1898. Único exemplar que conhecemos. Encontra-se no Núcleo Sertão, do Centro de Estudos Baianos, Universidade Federal da Bahia, Salvador. O título do livro, segundo Sacramento Blake, é *História de Canudos*.
- ³ BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899, 5ª Vol., p. 365/6.
- ⁴ A propósito da morte de Apulcro de Castro, ler Pedro Calmon, *História de Pedro II*, Rio de Janeiro. J. Olympio, Vol. 3º, p. 1280/81.
- ⁵ BLAKE, op. cit., p. 1281.
- ⁶ Idem.
- ⁷ Documento no processo existente no Arquivo do Ministério do Exército, 1903.
- ⁸ Não conseguimos saber a época do seu falecimento.
- ⁹ GALVÃO, Walnice. Op. cit.
- ¹⁰ Walnice Galvão, no seu livro já referido, divulgou todas as reportagens de Fávila, a começar pela entrevista acima citada, na época, aliás reproduzida em folheto editado em Feira de Santana, parece-nos por iniciativa de amigos de Viana: "Interview". O Governador do Estado da Bahia, Dr. Luiz Viana,

e o representante da Gazeta de Notícias do Rio. Agosto de 1987. Distribuição gratuita. Feira Typ d'O Propulsor. Rua Barão de Cotegipe, nº 1897."

- ¹¹ O título de "General" de José Gonçalves era honorário. O Febrônio referido é o major Febrônio de Brito, Comandante da 2ª Expedição contra Canudos, que trocara farpas com os partidários de Luiz Viana pela imprensa. Queixava-se de falta de ajuda governamental, enquanto os vianistas apontavam o major como responsável pelo insucesso das armas legais.

¹² GALVÃO, Walnice. Op. cit., p. 211.

¹³ Idem, ibidem, p. 221/12.

¹⁴ "**O Paiz**", de 6 de novembro de 1897.

¹⁵ GALVÃO, Walnice. Op. cit., p. 193.

¹⁶ GALVÃO, Walnice. Op. cit., p. 193.

¹⁷ Idem, ibidem, p. 221.

¹⁸ O porco do mato pertenceu às fileiras Faustino, responsável pelas obras das igrejas do Conselheiro. No concernente a jaguncinhos e jaguncinhas, acreditamos que haveria muita coisa a anotar, trabalho de que se devia dedicar algum perquisador canudense. Há aspectos humanos em tal estudo.

¹⁹ Fávila procurou Prudente de Moraes pleiteando um lugar na Prefeitura do D. Federal.

²⁰ **Gazeta de Notícias**, Rio, 23 de janeiro de 1898.